Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

**Itinerários percorridos por mulheres migrantes
estrangeiras na cidade de São Paulo:
modos de fazer a vida na cidade**

Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Mestre em Ciências**

**Área de Concentração: Saúde, Ciclos de
Vida e Sociedade**

**Orientadora: Profa Dra Maria da Penha
Costa Vasconcellos**

São Paulo

2012

**Itinerários percorridos por mulheres migrantes
estrangeiras na cidade de São Paulo:
modos de fazer a vida na cidade**

Ana Cecília Andrade de Moraes Weintraub

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós Graduação em Saúde Pública da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Ciências**

**Área de Concentração: Saúde, Ciclos de
Vida e Sociedade**

**Orientadora: Profa Dra Maria da Penha
Costa Vasconcellos**

São Paulo

2012

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa quanto eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos desde que na reprodução final figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

WEINTRAUB, A. C. A. M. **Itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo: modos de fazer a vida na cidade**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ERRATA

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
10	6	3.6 Mais algumas...	(ajustar o espaço)
12	2	Agier et al.	Agier e Prestianni
12	26	migração,	migração
16	26	refugiados	refugiados.
19	22	ainda acordo	ainda de acordo
20	27	que, no trecho a seguir	que também
24	5	múltiplo	múltiplo
27	5	trabalho é aqui	trabalho, é aqui
28	3	esrangeira	estrangeira
28	5	cranças	crianças
28	17	Ferreira (2010)-	Ferreira (2010) -
40	3	pensamento, movimento	de pensamento e de movimento, liberdade e

		liberdade	
42	21	solitação	solicitação
44	9	vindo	vindos
45	24	corresponderia na época a	responderia na época com
47	27	esporadicamente lhe	esporadicamente ele lhe
50	6	coreanos, e surpreendentemente	coreanos e, surpreendentemente,
50	8	naquelas	aquelas
55	6	compreende-se	compreendendo-se
61	1	par	para
61	23	suação	situação
72	13	não marcados	não eram marcados
76	16	como a esta	como esta
79	26	sair	saísse
80	1	conversar	conversa
80	15	tinhanos	tinha nos
81	35	drogas)	drogas).
82	5	Henirque	Henrique
82	26	Luz fomos	Luz e fomos
82	28	ate	até

82	35	AMA Sé	AMA Sé.
82	47	jogam, de fato	jogam: de fato
83	23	abaixo se pode	abaixo pode-se
89	16	difícil Também	difícil. Também
105	1	Annie buscava tratamento médico...	Kate buscava tratamento médico.
110	7	ele, então	ele então
114	2	alerguias	alergias
114	10	Ministério Pública	Ministério Público
126	18	esar	estar
130	11	esteriótipos	estereótipos
131	16	prostitua	prostituta
132	29	prevalence	prevalece
134	29	alimentose	alimentos e
137	31	cidade,.	cidade.
159	4	própris	próprios
164	24	Medidas compulsórias.	Medidas compulsórias.
165	25	Resenha Migrações na Atualidade	Resenha Migrações na Atualidade
166	15	Revista Internacional de	Revista Internacional de Direitos Humanos

Direitos Humanos

- 168 5 - GERHARDT, T. E. Itinerários terapêuticos em situação de pobreza: diversidades e pluralidades. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p. 2449-2463, nov. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n11/19.pdf>
Acesso em 20/10/11.
- 171 19 São Paulo, **Psicologia USP**, São Paulo
Psicologia USP

À minha família, com carinho e orgulho

AGRADECIMENTOS

À Profa Dra Maria da Penha Costa Vasconcellos, pelo suporte e acompanhamento deste meu itinerário de pesquisadora;

Aos Professores Drs José Guilherme Cantor Magnani, Flávia Piovesan, Miriam Debieux Rosa e Sylvia Duarte Dantas, pelas discussões e sugestões ao trabalho;

À Casa de Acolhida e Associação Palotina, que me receberam e permitiram minhas incontáveis visitas e conversas tanto com as funcionárias quanto com as moradoras;

Às protagonistas desse trabalho, pelo tempo paciência, confiança e coragem de me contarem suas histórias;

À minha cunhada Daniela, pela ajuda com a preparação dos mapas do trabalho;

A todos os outros – professores, colegas, funcionários, voluntários, estudantes, pesquisadores, etc – que, de um jeito ou de outro, contribuíram para o percurso que consegui realizar nessa pesquisa;

Ao meu marido, pelo carinho, amor, suporte, ajuda e paciência, sempre;

À minha família – de origem e ‘agregada’ - por sempre terem estado do meu lado.

Às agências de fomento à pesquisa Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal – CAPES (julho/10 a fevereiro/11) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (março/11 a abril/12) pelo fundamental apoio financeiro a este projeto.

“(…) pourrions-nous intimement, subjectivement, vivre avec les autres, vivre *autres*, sans ostracisme mais aussi sans nivellement? La modification de la condition des étrangers qui s’impose actuellement conduit à réfléchir sur notre capacité d’accepter des nouveaux modes d’alterité”¹

Julia Kristeva (1988)

¹ (...) podemos nós, intimamente, subjetivamente, viver com os outros, viver *outros*, sem ostracismo mas também sem nivelamento? A modificação da condição dos estrangeiros que se impõe atualmente nos conduz a refletir sobre nossa capacidade de aceitar novos modos de alteridade. (tradução nossa)

RESUMO

WEINTRAUB, A. C. A. M. **Itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo: modos de fazer a vida na cidade.** 2012. 175f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta investigação tem por objetivo compreender como mulheres imigrantes constroem no espaço da cidade formas de convívio e negociações, conseguem acolhimento e respostas às suas necessidades e investem no pertencimento de redes sociais de apoio configurando novas formas de levar suas vidas. A partir de contato inicial realizado em uma instituição religiosa na cidade de São Paulo que recebe mulheres estrangeiras selecionaram-se cinco dessas mulheres: três solicitantes de refúgio, uma imigrante e uma egressa de sistema prisional propondo-se a pesquisadora a acompanhá-las, em diferentes períodos e situações, nas suas atividades cotidianas. A proposta possibilitou a realização de uma etnografia e observação participante em profundidade de seus itinerários na cidade. Os itinerários percorridos e acompanhados pela pesquisa mostraram diversas formas de construção de sociabilidade e de novas estratégias na vida dessas mulheres bem como diferentes modos de relação com as instituições às quais elas recorriam para apoio. De modo geral, percebe-se que, sendo mulheres, e estrangeiras, a transitoriedade de suas estadas na cidade é atravessada por interações com outras pessoas, com um trabalho ou uma atividade de lazer ou mesmo com as instituições de ajuda. Dentre estas interações percebe-se que as relações de ‘ajuda efetiva’ se dão, principalmente, nos espaços fora das instituições, ou seja, nas redes de sociabilidade criadas e nos espaços acessados e acessíveis da cidade.

Palavras-chave: Mulheres migrantes, Modos de vida; Itinerários urbanos; Saúde pública

ABSTRACT

WEINTRAUB, A. C. A. M. **Itineraries crossed by immigrant women in São Paulo: building life in the city**. 2012. 175f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

This study aims to comprehend how immigrant women build, in the space of the city of São Paulo, their interpersonal relationships, their negotiations with the institutions they have to deal with, their support and social networks, resulting in a new way of living their lives. Starting from a contact with one of the religious institutions that offers shelter to foreign women in São Paulo, five inhabitants of this house were met and followed on their routine activities around the city. Those women were three asylum seekers, one economic migrant and one ex-prisoner. This proposal made possible the construction of an ethnography and a participant observation of the itineraries undertaken by them in the city. Those itineraries undertaken by them and followed by this study showed different strategies and social relationships made by those women in the city. In general, the itineraries showed that, by being women and foreigners, their transitional relationship with the city was crossed by the people they meet, their work, their leisure activities and the institutions that were willing to help them. In spite of those interactions, the ones that seem to be more able to offer a significant help to them are the relationships outside the scope of those institutions, meaning the social networks built and the interactions with the accessible and accessed spaces in the city.

Key-words: Migrant women; Lifestyles; Urban itineraries; Public health;

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
1 RAZÕES E MOTIVAÇÕES DISTINTAS NOS TRÂNSITOS TRANSNACIONAIS	33
1.1. As solicitantes de refúgio e refugiadas	39
1.2 As estrangeiras egressas do sistema prisional brasileiro	45
1.3 As imigrantes “econômicas”	49
1.4 <i>Por que eu vim para o Brasil?</i> Comentários sobre o que foi tratado neste capítulo	52
2 ACERCA DO MÉTODO	54
2.1 Ponto de partida: a “Casa de Mulheres”	65
2.2 Etapas do contato com a instituição de abrigo a estrangeiras	69
2.3 Contato com as moradoras	70
2.4 Acompanhamento das moradoras pela cidade (dentro e fora das casas)	72
2.5 Análise dos relatos e dos itinerários	73
3 OS ITINERÁRIOS: MODOS DE ESTAR E VIVER NA CIDADE	75
3.1 Miriam e Henrique: da simplicidade e da confusão	77

3.2	Annie, seus três filhos e sua irmã: modos de conquistar o bem estar da família	87
3.3	Kate: da perseguição	97
3.4	Hortência: interfaces entre o ‘bom’, o ‘justo’ e o ‘correto’	107
3.5	Fernanda: em busca do tempo perdido	116
3.6	Mais algumas palavras acerca dos relatos	127
4	ITINERÁRIOS E NARRATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: MODOS DE FAZER A VIDA NA CIDADE	128
4.1	Ser mulher	129
4.2	Ser mulher, e ser mulher estrangeira	136
4.3	Ser mulher, e estrangeira, na cidade de São Paulo nos anos 2000	146
4.4	Das categorias tratadas nesse capítulo	153
5	À TÍTULO DE CONCLUSÕES	155
	REFERÊNCIAS	162
	ANEXOS	174
	CURRÍCULO LATTES	175

LISTA DE MAPAS

- Figura 1:** Pontos frequentes no itinerário percorrido por Miriam e seu filho Henrique na cidade de São Paulo, 2010/11. 85
- Figura 2:** Pontos frequentes no itinerário percorrido por Annie, seus filhos e sua irmã na cidade de São Paulo, 2010/11. 95
- Figura 3:** Pontos frequentes no itinerário percorrido por Kate na cidade de São Paulo, 2010/11. 104
- Figura 4:** Pontos frequentes no itinerário percorrido por Hortência na cidade de São Paulo, 2010/11. 113
- Figura 5:** Pontos frequentes no itinerário percorrido por Fernanda na cidade de São Paulo, 2010/11. 124
- Figura 6:** Síntese de itinerários “institucionais”, de “saúde”, de “trabalho” e de “lazer” percorridos pelas protagonistas da pesquisa na cidade de São Paulo, 2010/11 149

INTRODUÇÃO

Tudo começa pela decisão de um encontro e pela reciprocidade que ele cria ao decidir-se ir ver mais de perto. Parafraseando Agier et al. (2011), pode-se definir assim a atmosfera que este trabalho propõe: conhecer, ouvir, olhar, escutar, acompanhar – procurando compreender um pouco além daquilo que se deixava perceber a princípio. Mas compreender quem? Ou o quê?

Assim como a vida das protagonistas, essa pesquisa nasce de um processo de construção: de um percurso que foi se definindo durante anos de estudo e trabalho da pesquisadora, ao longo do tempo de contato com as mulheres participantes, dos esforços de leitura e debates sobre um assunto tão vasto – do tamanho do mundo: a migração.

O ponto de partida foi a constatação de que migrar é, claramente, uma ação, um verbo. Implica mudança: de local, de território, de espaço físico. O próprio termo ‘mudança’ é muitas vezes usado como um sinônimo do termo ‘migração’, por exemplo quando se diz: “mudei de cidade” ou “mudei de país”. A migração é então um fenômeno ativo para aquele que migra, onde está contida e muitas vezes desejada a idéia da mudança (de algum tipo). Assim, esta primeira afirmação sobre a migração, a da perspectiva da mudança, implica também afirmar que aquele que migra precisa se haver com algo novo, diferente, inesperado e ainda mais com os próprios sonhos e desejos que impulsionaram a mudança. De alguma maneira, o “novo” é um elemento fundamental da ação de migrar, seja pela esperança que ele produz, seja pelo medo. Diz uma das protagonistas, Kate, nascida em Uganda, 45 anos: *“Eu não sei porque vim para o Brasil. Mas eu precisava sair de lá e me pareceu que aqui seria melhor ”*. Quase um ano depois, esta mesma pessoa diz: *“Eu preciso sair do Brasil. Eu não sei para onde eu vou, só sei que preciso ir embora”*.

A migração se dá como um fenômeno relevante tanto para o território objeto da migração, quanto para aquele local que se pretende deixar e que deverá haver-se com

a falta do migrante, desejada ou não. Não é só o sujeito migrante que deve lidar com a novidade, então: essa ação tem efeitos e causas no contexto onde ela se dá.

Para Sayad (1998), as sociedades receptoras tendem a enxergar os indivíduos estrangeiros apenas sob o seu aspecto de imigrante, encobrindo assim sua emigração: as causas de sua saída, as condições de vida anteriores, os anseios e desejos de busca por uma vida nova. Enquanto “migração”, esta ação mostra um paradoxo: ela só existe na transitoriedade, no espaço de tempo em que o migrante ainda não se constituiu enquanto ‘morador’ ou ‘cidadão’, fato que pode nunca se concretizar, por inúmeras razões. Esta seria, então, outra importante característica da migração: a transitoriedade. A migração é um gerúndio pois ela tem seu nome enquanto ainda está se dando, enquanto perdura no tempo, enquanto transitória. Ao se fixar, deixa de ser migração para se tornar outra coisa: cidadania, marginalidade, exclusão...

Da perspectiva do deslocamento, a migração é tão antiga quanto a humanidade, mas é certo que ela adquire sua forma contemporânea com os grandes impulsos migratórios que marcaram os séculos XX e XXI: as duas Grandes Guerras, o fortalecimento do neoliberalismo enquanto modelo político, econômico e cultural, o advento da sociedade “do risco”² (BECK, 2001) ou mesmo da sociedade “de controle”³ (DELEUZE; GUATTARI, 2009).

Um período histórico importante e de intensificação migratória na geopolítica mundial foi o período correspondente e consequente às duas Grandes Guerras

² Ulrich Beck, sociólogo alemão, cunhou a expressão “sociedade do risco” ao refletir sobre a passagem da desgraça que acontecia antes com os ‘outros’ (os judeus, os negros, as mulheres, os refugiados, enfim, os excluídos em diversas passagens da história) para aquela que agora se mostra iminente à todos. O risco, sempre presente, domina as relações sociais e engendra formas de lidar com ele baseadas no medo, na contenção, na suspeição e na desconfiança *a priori*. Seria o imigrante, um risco? Ou seria ele um ‘outro’, cujas desgraças não são visíveis à todos?

³ Gilles Deleuze (1992) fez esta afirmação – a de que a sociedade contemporânea se inscreve dentro da noção de controle – como um mais-além da classificação de Michel Foucault, que introduz a noção de sociedade disciplinar. A sociedade de controle vai além do desejo disciplinador: ela controla os modos de produção, os modos de ser, os modos de desejar, sob seu olhar atravessador e censor, intimidador e espetacular. O paralelo com as diversas estratégias de contenção, de repressão ou mesmo de compaixão e consequente submissão a que estão postas certas lógicas da migração atual parece possível de ser feito.

Mundiais, entre 1914 e 1918 e entre 1939 e 1945, conflitos que alteraram significativamente o campo das relações internacionais entre as nações. O período pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente, gerou propostas de um novo ordenamento nas relações internacionais, agora arbitradas pela criação de organismos inter-estatais que ocuparam, com o passar do tempo, papéis fundamentais na conformação do que significa a migração internacional neste início de século XXI, bem como de sua formatação jurídica (ANDRADE, 2005) e parte de sua manifestação social. É a partir da Segunda Guerra Mundial que instrumentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)⁴ e o Estatuto do Refugiado (1951) são elaborados, assim como novas organizações geopolíticas, em função dos dois principais vencedores do conflito, os Estados Unidos e a extinta União Soviética, e dos modos de produção pós-capitalistas. Os horrores da guerra finalizada em 1945 e a consequente criação de seu *last million*, ou seja, dos cerca de um milhão de deslocados, refugiados, libertos e outros desterrados gerados por esse conflito na Europa, impulsionou a criação de agências e tratados internacionais para lidar com a questão, como por exemplo o Alto Comissariado das Organizações das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, ou UNHCR na sigla em inglês). Não são as duas grandes guerras que inventam o refúgio na Europa, que por sua vez começa a ser problematizado quando da formação dos estados-nacionais (FASSIN, 2010, a partir dos escritos de Hannah Arendt), mas os conflitos aumentaram consideravelmente seu volume e sua importância, bem como suas possibilidades de existência – ao menos no papel.

Para Fassin (2010) importa também ressaltar que é na segunda metade do século XX que as maiores entidades de assistência humanitária privada da atualidade são criadas (a Médicos Sem Fronteiras em 1971 e a Médicos do Mundo em 1980, entre outras), entidades essas que participam das ações de assistência a imigrantes ao redor do mundo – principalmente os que são tocados pelos conflitos não-europeus, ainda que

⁴ É claro que a almejada unanimidade da Declaração, bem como o debate sobre a universalidade ou relativismo dos direitos lá enumerados deve ser levada em consideração quando se pensa sobre seu impacto. Lafer (2008) e Belli (2009) são dois autores que retomam a história da construção da Declaração e salientam as divergências e discrepâncias de sua aplicação no campo geopolítico internacional.

seu *status* de refugiado seja buscado com muita frequência no velho continente. Para este autor, é fundamental ressaltar a relevância e a importância que a noção de ‘ajuda humanitária’ veio adquirindo ao longo dos séculos XX e XXI, muito influenciada, mas não apenas, pela ação destas duas agências – é com a institucionalização da ‘ajuda humanitária’ que ações ‘em nome’ dos excluídos, pobres, refugiados, ‘indesejados’, vão sendo implantadas. Essa práxis, porém, guarda em si uma certa moralidade relacionada à idéia de compaixão e de assistência que muitas vezes não permite ao outro, objeto que é de um sujeito-que-ajuda, tornar-se também sujeito de sua própria história.

O tema dos (i)migrantes, apesar de não ser novo na história da humanidade, recebe nos séculos XX e XXI maior atenção e relevância: torna-se contemporâneo, subdivide-se em categorias, algumas das quais serão mencionadas nesse trabalho (REIS, 2004; ANDRADE, 2005). O Brasil envolveu-se também com o tema nesta época, seja abrindo (relativamente) suas fronteiras para o recebimento de imigrantes, como já havia feito no passado, seja participando dos debates internacionais que resultaram na criação da ONU, de suas agências ou dos tratados específicos sobre o tema dos refugiados.

Seyferth et al. afirmam, em 2007, que o Brasil está atualmente atravessando uma nova fase migratória: está deixando de ser um país exportador de pessoas para tornar-se, aos poucos, um importador. Por mais que ao longo do século XX o país tenha experienciado algumas ondas migratórias internacionais importantes – os alemães, japoneses, árabes, judeus e italianos no começo do século em São Paulo e os europeus em geral após a Segunda Guerra são algumas delas – é só agora, nos anos 2000, que a comparação entre o volume de brasileiros fora do Brasil e o de estrangeiros dentro do país começa a igualar-se ainda que muito lentamente. De acordo com o Ministério da Justiça (BRASIL, 2010a):

(...) hoje, em torno de um milhão de pessoas, de diversas nacionalidades, vivem regularmente no Brasil, entre eles: Portugueses (270 mil); Japoneses (92 mil); Italianos (69 mil); Espanhóis (58 mil); Argentinos (39 mil); Bolivianos (33 mil); Alemães (28 mil); Uruguaios (28 mil); Americanos (28 mil); Chineses (27 mil), Coreanos (16 mil); Franceses (16 mil); Libaneses (13 mil) e Peruanos (10 mil). Ainda assim é um número

menor do que o de brasileiros no exterior, que chega a 4 milhões de pessoas. (BRASIL, 2010a)

Para procurar compreender o significado desta ‘repentina’ atração pelo país é preciso também observar o que está ocorrendo em outros países.

Uma das formas possíveis de aproximação é observar, por exemplo, mudanças no fluxo de pessoas solicitantes de asilo e refugiadas⁵ ao longo das últimas décadas no mundo. De acordo com o ACNUR, o Paquistão é o primeiro país do mundo no ranking de abrigo de pessoas em fuga (2011). Este fato é expresso pelo Alto Comissário da organização, António Guterres, no comunicado de imprensa da agência em 28/03/2011: “No geral, é o mundo em desenvolvimento que abriga a maior parte dos refugiados. Mesmo devendo enfrentar muitos outros desafios, países como Libéria, Tunísia e Egito mantiveram suas bordas abertas para aqueles que precisam de ajuda”⁶. Assim, os países mais ricos – principais alvos de destino de boa parte dos migrantes internacionais – na prática, não são os que contam com o maior número de, por exemplo, refugiados e solicitantes de asilo⁷.

⁵ “Um refugiado ou uma refugiada é toda pessoa que por causa de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo.” Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados (BOUCHET-SAULNIER, 2000, p. 388). O solicitante de asilo é então aquele que demanda o status de refugiado – está em processo de avaliação de sua história. Esta própria definição pode ser problematizada atualmente, como por exemplo faz Vainer (2010) ao afirmar que o desenvolvimento econômico produz refugiados. O próprio ACNUR faz o mesmo ao publicizar a concessão de residência permanente à parte do grupo de haitianos que chegou na fronteira norte do Brasil alguns meses após o terremoto que devastou o país em janeiro de 2010 (ACNUR, 30/08/2011) – mesmo não nomeando-os como refugiados. A concessão dessa residência permanente por razões humanitárias não é uma atribuição do ACNUR mas sim do estado brasileiro porém é interessante notar, desde já, a tênue separação entre quem são os refugiados e quem são os imigrantes ilegais/indocumentados/indesejados.

⁶ Poderia-se argumentar que estes países – entre vários outros – não têm muitas outras opções que não a de ‘permitir’ a entrada de estrangeiros em seu território, visto que o controle de fronteiras é uma ação de segurança que nem os países economicamente mais fortes, como os Estados Unidos por exemplo, conseguem fazer totalmente. No caso do Brasil vê-se que isso também se mostra muito difícil.

⁷ Estima-se que exista hoje no mundo mais de 40 milhões de pessoas forçadas a se deslocarem por conta da violência, entre os considerados “refugiados” – cerca de 15 milhões – os considerados “deslocados internos (IDPs)”, ou seja, aqueles que fogem de uma ameaça mais não atravessaram uma

Fassin (2010) é um dos que apontam que o fluxo de solicitantes de refúgio e das demandas de asilo aceitas na França, por exemplo, veio diminuindo consideravelmente entre os anos 90 e 2000, ao passo que as permissões de estadia por ‘razões humanitárias’ (como doenças incuráveis ou intratáveis no país de origem dos demandantes) aumentaram. Além desta mudança na lógica do refúgio, notam-se grandes esforços por parte do estado para dissuadir ou mesmo impedir a deposição de um pedido de asilo, de onde firma-se uma correlação com um crescente número de pessoas em situação jurídica irregular habitando o solo francês. Percebe-se, também, que a concessão (ou não) do status de refugiado é muito frequentemente baseada em critérios que não os da legislação internacional, mas sim critérios fortemente influenciados por certa moral compassional – por exemplo, mais concessões de refúgios dadas às mulheres e/ou a certos grupos sociais em detrimento de outros.

Mas, apesar destas novas formas de repressão, alguns países europeus e os Estados Unidos, vistos como oferecedores de mais oportunidades – emprego, segurança, saúde, educação, etc – são ainda destinos óbvios de muitas pessoas, por exemplo migrantes brasileiros, em busca de uma vida melhor. No entanto, após a crise econômica de 2008 esta preferência aparenta estar sujeita a alterações, já anunciadas por esta observação de Mattos:

A imigração insere-se neste quadro econômico como uma estratégia de sobrevivência. Diante de tantos cortes sociais, desemprego acentuado e desníveis regionais, a situação de um determinado país pode parecer ao imigrante melhor do que a de seu país de origem. Todavia, esse movimento em direção a outros países não ocorre sem a existência de obstáculos. Esses obstáculos se diversificam de acordo com a categoria de imigrante (MATTOS, 2007, p. 174).

fronteira entre países - somam cerca de 27 milhões - e os que são considerados returnees, ou em vias de repatriamento – mais de 800 mil pessoas. Estas pessoas estão dentro de um universo de cerca de 1 bilhão de indivíduos, o número de migrantes no mundo atualmente, sendo que destes, aproximadamente 30% são pessoas que mudam para outros países – por volta de 200 milhões de pessoas (UNHCR, 2009, 2010; AGIER, 2006).

A avaliação – acurada ou não, pois baseada em uma série de elementos – do quanto aquele país de destino (possível) pode ofertar do ponto de vista das novas (e melhores) possibilidades de vida é então outro componente fundamental da construção dos fluxos migratórios.

Assim, cada vez mais neste início de século XXI estes fluxos parecem se constituir em uma multiplicidade de eixos. Há ainda um grande volume de pessoas indo para os países centrais, o que é prontamente ‘respondido’ com um aumento das barreiras físicas e virtuais de entrada e assimilação, e há um fluxo considerável de pessoas se dirigindo também para os países que, apesar de possuírem menor estrutura (como por exemplo o Paquistão), se vêem cercados de situações de conflito e de uma posição geográfica-geopolítica que os torna atrativos, ou então as únicas opções possíveis, para aqueles que buscam novas formas de vida. Esta é também uma das constatações de Agier (2006) ao levantar que nos últimos anos o número de ‘deslocados internos’ (IDPs, na sigla em inglês) aumentou muito, enquanto que o de considerados ‘refugiados’ diminuiu, especialmente no continente africano e no Oriente Médio. Junto com isso, e também por esse motivo, países europeus e os Estados Unidos, e mesmo os outros países que recebem grandes fluxos de não-nacionais, criam estratégias para impedir a mistura dos solicitantes de refúgio e refugiados com a população local – os centros de atenção aos solicitantes de asilo, as estruturas provisórias nos aeroportos, os próprios campos de refugiados e deslocados internos e até mesmo as estratégias de cadastramento utilizadas pela maioria das agências internacionais e humanitárias – ações que podem ser vistas como uma forma de aumentar o controle sobre um grupo indesejado.

Desse modo, não são necessariamente os países detentores das maiores economias do globo os que mais convivem com o fluxo de estrangeiros, por mais que, como já foi dito, estes países continuem constituindo o objetivo final de muitas pessoas dispostas a migrar. Um exemplo da complexidade dessa relação pode ser encontrado na recente situação da Líbia, país banhado pelo mar mediterrâneo e portanto importante porto de saída de embarcações repletas de pessoas em direção à Europa. No início da guerra deflagrada contra o então presidente Muamar Kadafi percebeu-se que o país não era apenas um local de passagem mas também de moradia para muitos cidadãos

de outras nações africanas que, então, foram alguns dos primeiros a sofrerem as consequências do conflito⁸. Muitas dessas pessoas foram obrigadas a fugir para a Tunísia, iniciando-se uma nova crise em relação à imigração naquele país. Percebe-se também que nesta situação recente na Líbia ao mesmo tempo em que a guerra deflagrada no país para a deposição do então presidente Kadafi fosse justificada pelos países que apoiaram a ação militar por meio de um discurso que visava o “*bem da população*”, a maior parte dos países europeus próximos fechou suas fronteiras para os imigrantes líbios.

A multiplicidade de fluxos associa-se também à heterogeneidade dos ‘títulos’ jurídico-sociais daqueles que migram. É nessa perspectiva que se pode observar a constatação de José Riera, conselheiro político do ACNUR, em entrevista em 2006. Para ele, o conceito de ‘refugiado’ se alargou ao longo dos anos para incluir pessoas que fugiram de eventos que lhes ameaçavam seriamente a vida e/ou a liberdade, ou seja, para incluir aqueles que fogem da falta de emprego, da seca, da fome, e não apenas dos conflitos armados, como se imaginava na criação do Estatuto nos anos 50. Desta forma, cada vez mais os refugiados ‘originais’ se vêem misturados aos *sans papiers*, ilegais, etc, que procuram usar as mesmas rotas e os mesmos mecanismos para chegarem a países com condições melhores de vida. Pollock (2011) é outro autor que comenta este mesmo fenômeno, ressaltando também as dificuldades de categorizar a imigração contemporânea restringindo-se à figura jurídica do refúgio e do imigrante indocumentado.

Ainda acordo com o conselheiro José Riera, a sobreposição dos ‘títulos’ de refugiado, imigrante ilegal, clandestino, parece ter contribuído para o argumento do fechamento das fronteiras e de uma série de outras medidas tomadas por diferentes países, na tentativa de barrar os ditos imigrantes indesejáveis – os econômicos, os não-qualificados, etc – configurando uma descaracterização do próprio Estatuto do Refugiado. Assim, o número de pessoas que demandaram asilo político declarados

⁸ De acordo com o ACNUR, quase 40 mil pessoas deixaram o país nos primeiros meses do conflito (março e abril de 2011). (ACNUR, 03/05/2011)

no mundo industrializado em 2005 foi o mais baixo desde 1987 (RIERA, 2006) e continuou a decrescer nos países centrais nos anos subsequentes.

Mas qual seria esse contexto onde a migração se dá? E quem são, aparentemente, estas pessoas, que migram? De que sujeitos está-se falando afinal?

O sociólogo Zygmunt Bauman (2009) é um dos que afirmam que a vida social pós-moderna é marcada pela extraterritorialidade e pela fluidez, pela divisão entre o espaço e o tempo de modo nunca antes observado (NICOLACI DA COSTA, 2005; BAUMAN, 2009). Daí então o conceito de “modernidade líquida” proposto por ele: um tempo e uma conformação social de difícil apreensão e contenção, moldável, maleável, transformável – características marcantes da atualidade. Para Lechner (2010) a modernidade também é marcada pela globalização (dos meios de produção, das culturas, das formas de vida) e, na opinião dessa autora, pela própria migração e sua crescente aparição nos debates internacionais, seja do ponto de vista cultural, econômico, social ou mesmo geopolítico. A autora salienta, assim como outros pesquisadores, que a migração não pode ser compreendida descolada destes contextos que a presentificam e que lhe fornecem a configuração atual: ela é um fenômeno que impacta e é impactado pelos atravessamentos entre a economia, a geografia, a política, as relações sociais e culturais, bem como as decisões e desejos individuais (SAYAD, 1998).

Um outro traço, ressaltado por diversos teóricos da atualidade, é a reflexividade presente nos modos de vida contemporâneos. Do ponto de vista do sujeito – migrante ou não - a construção das formas de vida se dá de modo “(...) carente de amarras simbólicas universalmente compartilhadas e frequentemente posta[s] diante de um vazio de referências identitárias que o sujeito não sabe exatamente como suprir” (BEZERRA JR, 2005, p. 200).

Concorda-se com o autor que, em outras palavras, faz uma interpretação semelhante à de Berger e Luckmann (2004) que, no trecho a seguir, apontaram a ‘perda da auto-evidência’ e o ‘advento do pluralismo’ como elementos marcantes do tempo contemporâneo:

Uma das características de nossa época atual, que marca quase todas as esferas da existência, é certamente o afrouxamento dos laços que unem o indivíduo às instâncias que o transcendam. A lógica do individualismo, levada ao seu extremo, encontra nas condições materiais de existência, hoje, uma afinidade sem precedentes (...). O sentido do mundo e da existência já não se dá apenas pela contemplação da natureza, pela aceitação da palavra divina, pelo reconhecimento de uma ordem social e cultural já dada, pela imersão do indivíduo num universo de significações já estabelecido. O sentido da vida passa a ser uma questão para cada um, passa a exigir um questionamento que atravessa a vida íntima de cada sujeito, que faz indagar-se sobre o próprio desejo, sobre o sentido da existência, sobre a justeza do mundo social em que vive (BEZERRA JR, 2005, p. 205, 206)

O que marca o modo de sofrer contemporâneo (e então, parte do modo de ser), para o autor, é o que Clarice Lispector descreveu como a “solidão de não pertencer”. É um sofrimento de outra ordem, não mais no registro do desamparo ou da fraqueza, como no romantismo e no período moderno⁹, mas sim marcado pelo estigma da inutilidade, do descartável, do supérfluo, do indiferente e do banal. Parece ser possível pensar algumas correlações deste ponto de vista com a construção do modo de ser ‘estrangeiro’, ‘imigrante’, ‘ilegal’, de interesse desta pesquisa. Se nos reconhecemos a partir do reconhecimento do outro, como se dará essa troca para pessoas que imigram, troca essa que parece ser enredada pela marca de ser alguém diferente que chega, sem necessariamente ter sido convidado?

Pode-se constatar uma relação entre este modo de compreender o ser contemporâneo e algumas das reflexões de Agamben (2004) sobre o ‘estado de exceção’. Há pontos em comum entre esses relatos e os relatos que aparecem no tema desta pesquisa: a exceção e seu componente de transitoriedade como regra da vida (o ‘imigrante’, o ‘indesejado’, o ‘estrangeiro’ como paradigma da biopolítica¹⁰ contemporânea) e, ao

⁹ Para se fazer uma análise mais acurada da ‘modernidade’ teria sido necessário avançar no debate sobre o próprio conceito: modernidade? Pós- modernidade? Sobre-modernidade? Para tal discussão, ver Frédéric Jameson (2002), Jacques Rancière (2005) ou mesmo Jürgen Habermas (1987), que não serão tratados aqui. Neste trecho, no entanto, Bezerra Jr refere-se à modernidade ‘clássica’, aquela de finais do século XIX.

¹⁰ Foucault (1982), em sua obra, formula o conceito de “biopolítica” para falar sobre as ingerências do poder e das formas de controle no governo e no manejo das populações (as ações dentro do escopo da

mesmo tempo, a necessidade de se criar um sentido – genuíno, criativo, único – para a própria vida, que impulsionaria talvez a busca por novas e melhores possibilidades para si.

Fassin (2010), por sua vez, correlaciona o fim da Segunda Guerra Mundial, já mencionada, e a noção de estado de exceção (a partir de Agamben) ao afirmar que, com o fim do conflito, esperava-se que nunca mais houvesse na história humana uma exceção daquele tipo – o que, na prática, não ocorreu. Considerando os diversos estados excepcionais em outros formatos que continuam existindo¹¹ e a própria transformação da noção de ‘estado de exceção’ – que pode, por vezes, ser desejado tanto pelo governo quanto pela população, quando por exemplo acontece uma catástrofe natural (FASSIN; VASQUEZ, 2005). Tanto a ‘norma’ quanto o ‘excepcional’ continuam atravessando diversos modos de ação contemporânea, também no que diz respeito aos imigrantes. Ainda mais, as ‘exceções’ que hoje tomam corpo no mundo – pode-se enumerar, por exemplo, a prisão de Guantánamo, o campo de trânsito de Sangatte, em Calais, França¹², e outros semelhantes na Europa, os espaços de ‘triagem’ de solicitantes de refúgio em vários aeroportos internacionais – são exceções que se dão de modos diferentes, e não simplesmente como uma reprodução de um modelo que teve, provavelmente, seu ápice com os

saúde pública e da epidemiologia dos finais do século XIX seriam exemplos ilustrativos). Esteves (1993) explica da seguinte forma este conceito: “Um poder que se desenvolve tendo por base uma vontade de saber essencialmente centrada no sujeito: não o sujeito cidadão mas o sujeito-unidade produtiva, cujos ‘mistérios’ da vida, e da morte, da doença e do bem-estar, das trocas e do trabalho, da delinquência e demais misérias é necessário conhecer e administrar de forma produtiva” (p. 154). Fassin (2006) retoma o conceito forjado por Foucault acrescentando o componente “vida” (na interface *zoé*, a vida biológica, e *bios*, a vida qualitativa) ao que, num primeiro momento, Foucault teria deixado de lado. O componente da vida dentro da biopolítica seria justamente a correlação entre os aspectos biológicos do viver, do estar vivo, mas também das diferentes possibilidades de vida que as inequidades e exclusões engendram – os modos como a vida se dá, em meio à essas diferenças.

¹¹ O autor chama a atenção para estados de exceção desejados, criados, suportados e demandados, por exemplo, pelos próprios cidadãos – como no caso de catástrofes naturais como a que ocorreu na Venezuela em 15/12/1999.

¹² Fassin (2010) relata que este campo – interessantemente constituído pelo governo francês como uma espécie de local de espera para aqueles estrangeiros que decidissem tentar imigrar para o Reino Unido e desistissem da idéia de ficar na França – havia sido construído “aleatoriamente” em cima de ruínas de um antigo campo de concentração nazista.

campos de concentração nazistas. Para Fassin (2010) é fundamental retomar, na compreensão social destes fenômenos, suas sutilezas e seus modos de apresentação, para que se possa então formar um discurso a partir dessas realidades, e não o contrário: classificá-los todos como excepcionais como se este adjetivo fosse suficiente para sua compreensão.

Assim, as exceções que aos poucos se tornam regras e os modos de ação dos aparatos estatais e sociais no que se refere à migração contemporânea vão dando aos sujeitos imigrantes um certo modo possível de ser, e vice-versa. Agier (2008), por sua vez, utiliza as noções de ‘mundo’ e ‘resto do mundo’ para diferenciar quem seriam então estes seres indesejados ou não-convidados, objetos das tais formas de ação. O ‘mundo’ - limpo, sadio, visível – como oposto ao ‘resto do mundo’ – obscuro, doente, invisível, criando uma verdadeira forma de “gestão dos indesejados”, como procura explicitar o autor. Há lógicas nos modos de migrar, e há lógicas nos modos de lidar com os imigrantes.

Soma-se a isto, nessa pesquisa, o contexto onde se materializa a mobilidade e as tentativas de contenção destes sujeitos que imigram para cidades ou metrópoles, conformações complexas por definição. A correlação entre a imigração e a metrópole é um ponto relevante para esta pesquisa, que será retomado ao longo do texto.

Já há muito as organizações de ajuda humanitária e os órgãos políticos internacionais reconhecem que lidar com migrantes em um contexto urbano é bastante diferente do que em zonas rurais, onde podem ser criados os campos de refugiados (HARRELL-BOND, 2002; DERDERIAN; SCHOCKAERT, 2009) e onde a ação biopolítica e as formas de controle se dariam de modo mais fácil e ‘organizado’. O espaço urbano não possibilita – tão facilmente – os mesmos mecanismos que os descampados do norte do Quênia ou de regiões do Paquistão, exigindo dos agentes de poder – todos aqueles que se propõe a agir sobre o tema – novos métodos e técnicas.

Quais as especificidades do espaço urbano? Que relevância tem, nesta pesquisa, a metrópole onde se dá o percurso de vida das mulheres não-brasileiras aqui retratadas?

A discussão sobre o espaço urbano e os modos de vida possíveis já foram analisadas por autores como Habermas (1987), por meio de teorias, métodos e técnicas de intervenção nesse espaço – por exemplo, a arquitetura e o urbanismo. Magnani (2002) retoma parte dessa discussão ao procurar rebater a proposta de que o espaço urbano moderno ou pós-moderno é múltiplo porém fragmentado, conectado porém solitário, “(...) uma entidade à parte de seus moradores (...)” (p. 14). É possível porém, para o autor, uma análise dos modos de vida, usos, construções e significações do espaço urbano a ponto desse postulado poder ser questionado. No entanto, o tema dos imigrantes parece se dar de dois modos: no espaço da cidade, sem dúvida, mas em um espaço urbano sobreposto à diversas estratégias de contenção, restrição da circulação e proposição de percursos específicos dentro das metrópoles, como será visto.

Agier e Prestianni (2011) utilizam-se do conceito de ‘refúgio’ no sentido de ‘lugar’ – lugar de proteção, de segurança, de certa estabilidade – para levantarem questões sobre as mudanças nas práticas e políticas de recebimento de estrangeiros no continente europeu nos anos 2000, dentro e fora das cidades. Para os autores, ao se pensar um solicitante de refúgio que atravessa uma fronteira entre dois países, em geral sendo objeto de diversas formas de ação humanitária, pensa-se em uma ‘pessoa instável’ alocando-se em um ‘lugar estável’: uma fase de trânsito seguida de uma fase de instalação. No entanto, na fase que os autores nomeiam como “de instalação”, que pode ser encontrada nas grandes cidades por exemplo, onde a assistência não é presente e/ou não é garantida institucionalmente, aqueles que nascem ou chegam a estes lugares (imigrantes, que podem ou não tornarem-se solicitantes de refúgio e então refugiados) precisam lidar com um paradoxo: a existência de uma menor assistência normatizada (se comparada aos campos de refugiados em zonas rurais) mas que coexiste com uma maior gama de possibilidades, criadas pelo próprio ambiente da cidade. Ainda mais, os autores apontam que uma estratégia frequente para conter os imigrantes é colocá-los para ‘fora’: centros de detenção nas periferias, nos campos, fora da zona da metrópole mesmo que dentro ou ao redor dela. Para os autores, essa conformação pode com grande frequência cristalizar os migrantes na precariedade de seus “locais-refúgios”,

fazendo com que as pessoas perdurem neles, do mesmo modo que a fase comumente nomeada como transitória pode ser tornar permanente:

Ces deux formes de refuges – transit et installation – se différencient par le contexte et le moment du parcours migratoire dans lesquels ils sont établis, mais elles se rapprochent quant aux conditions matérielles, précaires et dégradantes, qui le caractérisent. En outre, l’installation n’est jamais ressentie comme définitive, et à l’inverse, les lieux de transit peuvent se fixer à cause de l’impossibilité de se déplacer. (2011, p. 11)¹³

Assim, a condição urbana da migração internacional indesejada é permeada pelas condições materiais que os autores definiram como ‘precárias’ e ‘degradantes’ que os migrantes devem enfrentar. Mas o que seria, enfim, o componente ‘indesejado’ dessa migração?

Agier (2008), Agier e Prestianni (2011), assim como Augé (2007), identificam-no com aquelas ‘pessoas menos pessoas’, aqueles que habitam as periferias (concretas e virtuais) da ‘globalização’ e da modernidade, são aqueles cujas existências

(...) al contrario de lo que dan a entender estos términos [clandestinos e sans papiers], se conoce de manera oficial; sin embargo, no está reconocida: si los clandestinos se diferencian de los otros inmigrantes es, en primer lugar, porque se les deniega la existencia. No obstante, este tipo de deficiencia en lo referente a la identidad se da entre todos los inmigrantes: ser un inmigrante ‘oficial’ no garantiza completamente no caer en la clandestinidad: tanto los visados de turista como los permisos de residencia son limitados; asimismo, las leyes concernientes a la inmigración pueden cambiar en función de la coyuntura política o económica (AUGÉ, 2007, p.41)¹⁴

¹³ “Essas duas formas de refúgio – trânsito e instalação – se diferenciam pelo contexto e pelo momento do percurso migratório no qual elas são estabelecidas, mas elas se assemelham quanto às condições materiais, precárias e degradantes, que as caracterizam. Ainda mais, a instalação nunca é sentida como definitiva e, ao contrário, os locais de trânsito podem se tornar fixos dada a dificuldade de se locomover” (AGIER et al, 2011, p. 11, tradução nossa)

¹⁴ “Ao contrário do que dão a entender esses termos [clandestino e *sans papiers*], se conhece de maneira oficial; no entanto, não está reconhecida: se os clandestinos se diferenciam dos outros tipos de migrantes é, em primeiro lugar, porque se nega à eles a existência. Não obstante, este tipo de deficiência no que se refere à identidade se dá entre todos os imigrantes: ser um imigrante ‘oficial’ não garante completamente não cair na clandestinidade: tanto os vistos de turista como as permissões

São, assim, os indesejados. Mas indesejados para quem, pode-se perguntar? Para os governos, para a sociedade, para o mercado de consumo, para o capital? Que modos de vida podem ter os imigrantes diante desses questionamentos? É deste tipo de imigração que fala este trabalho e essa inquietação permeou a experiência das protagonistas ao longo de suas estadas em São Paulo. Porém, para poder compreender quem são esses sujeitos que migram à revelia desta ausência de desejo por sua presença, é importante explicitar o que está sendo entendido nesta pesquisa por “sujeito”, e então por “sujeito migrante”.

Na perspectiva proposta por, entre outros, Gregório Barenblitt (1998), “sujeito” é entendido como, ao mesmo tempo, aquele ‘assujeitado’, onde algo se passa e onde uma força ou ação é exercida, mas também aquele que comanda, coordena os processos, está à frente, é o protagonista da frase ou da história.

Assim, um sujeito que migra é aquele que, em construção de si e do mundo, decide mudar de localidade geográfica em busca de algo. O que se busca, então, com a migração? Entende-se que, mesmo considerando que os sujeitos constroem e são construídos pela realidade, em complexa interação onde o “dentro-de mim” e o “fora-de-mim” não são necessariamente categorias estanques e delimitadas pelos limites do corpo, mas sim de operações subjetivas, o sentido a ser atribuído à migração e o projeto de futuro que ela implica tem características específicas de cada homem ou mulher que trilha este caminho. No entanto, de acordo com Berger e Luckmann (2004), a contemporaneidade está marcada pela convivência de diversos (e por vezes contraditórios) modos de se construir a vida e seus valores, constituindo um tempo social marcado pelo pluralismo, pela crise de sentidos e mesmo pela “solidão de não pertencer” (BEZERRA JR, 2005) Não é mais possível supor que alguém que, por exemplo, nasça na China, não será influenciado pelo que acontece nos Estados Unidos ou na Líbia, e tampouco pode-se acreditar que exista ainda um senso de ‘nacionalidade’ ou ‘pertencimento’ único e estanque – o que, aliás, de

de residência são limitados; assim mesmo, as leis concernentes à migração podem mudar em função da conjuntura política ou econômica” (AUGÉ, 2007, p. 41, tradução nossa)

acordo com os autores, é um dos sintomas prementes da atual crise de sentidos¹⁵ ou do que Augé (2007) chamou de ‘mobilidade sobremoderna’. O mundo nos invade e nos afeta. O sujeito, que migra, está tão inserido na rota complexa da modernidade contemporânea quanto as instituições, sociedades, pessoas e países com os quais ele, ou ela, deve se haver. O sujeito, que migra, de que fala este trabalho é aqui adjetivado com a categoria ‘indesejado’: é porém sujeito, assujeitado e ator de sua vida, habitante – mesmo que temporário – da metrópole.

Finalmente, vale ressaltar que no Brasil de hoje o tema da migração parece obter crescente interesse não só acadêmico como também leigo: representa-se, torna-se imagem e ganha (aos poucos) existência. A afirmação da existência desse fenômeno cria um paradoxo: um dos desafios da imigração contemporânea é justamente sua relação com a visibilidade – vinculada ao aparecimento dos ‘diferentes’, destacados do ‘fundo’ dos iguais no local objeto de imigração – mas também vinculada à invisibilidade, talvez objetivo de uma imigração ‘bem-sucedida’, pois então satisfatoriamente misturada ao país de destino de modo a não dar mais destaque aos diferentes. Ou talvez resultado de uma práxis perversa com relação aos que chegam – que prefere-se que não apareçam.

Vale refletir sobre o que seria uma imigração ‘bem-sucedida’. Na perspectiva que orienta este trabalho esta pergunta terá inúmeras respostas de acordo com as pessoas envolvidas. Por outro lado, pesquisadores como Dantas (2011) e outros salientam o conceito de “aculturação”, por exemplo, para explicitar um modo satisfatório de se resolver os desencontros que a imigração cria, pois resultado de uma negociação entre a cultura de origem e a nova, criando uma terceira via, um novo modo de levar suas vidas. Essa perspectiva leva em conta sobretudo a experiência individual do imigrante: seu esforço de aculturar-se. Porém, parece-nos, vale refletir também sobre o fenômeno migratório em seu caráter coletivo, em seu sentido social e comunitário, tanto para o conjunto de pessoas que migram quanto para a sociedade de destino. Nas

¹⁵ Cristóvão Margarido, durante apresentação no IX Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais, em Salvador (2011) trouxe, a partir da fala de um dos sujeitos entrevistados por ele, a descrição que este participante fez de si mesmo, que parece ilustrar bem essa situação: “*Eu, na minha opinião, sou um sujeito etnicamente ambíguo*” (informação verbal).

histórias de vida contadas pelas protagonistas dessa pesquisa pode-se perceber modos específicos e singulares de se ‘resolver’ questões relativas a ser mulher migrante, estrangeira em São Paulo. Foi possível integrar-se e passar a ser parte do “pedaço” (no sentido de Magnani, 2002) a despeito da passagem do tempo; ou, sobretudo para as crianças, pode-se inteirar de tal forma à cidade que o time de futebol predileto torna-se o mesmo que o dos vizinhos brasileiros. Foi possível encontrar no fato de ser estrangeiro uma marca que facilita a circulação, e não o contrário, por exemplo.

No plano acadêmico, percebe-se um aumento do interesse de pesquisadores brasileiros sobre o tema da migração internacional (SEYFERTH et al., 2007; GARCIA, 2009; HAYDU, 2010; PÓVOA NETO; FERREIRA, 2010; OLIVEIRA, 2011, entre vários outros pesquisadores), principalmente na formulação proposta por Agier (2008) a respeito dos ditos ‘indesejados’, mesmo que essa categoria não apareça. As pesquisas sobre migrantes citadas versam sobre assuntos diversos, tanto os aspectos jurídicos relacionados à migração quanto um debate sobre os eventuais traumas psicológicos que ela geraria – caso de Oliveira (2011) e Póvoa Neto e Ferreira (2010)– bem como de tentativas de compreensão das redes de relacionamento de certos grupos de imigrantes – caso da dissertação tanto de Haydu (2010) quanto de Garcia (2009), contextualizadas no estado de São Paulo, voltadas aos estudos sobre imigrantes angolanos e palestinos, respectivamente. Pode-se afirmar que todos esses trabalhos têm como pano de fundo, além da crescente importância internacional dada à imigração, o fato do Brasil ser, historicamente, uma nação que engloba uma parcela importante de imigrantes na sua formação. Ainda mais, é um país que possui registros relevantes de acolhida e de transformações na legislação migratória, nem sempre a favor da legitimação da imigração, e que, atualmente, aparenta querer se inserir mais na agenda internacional, aceitando receber novos refugiados ao longo dos anos e apostando no potencial econômico e político do país para tentar intervir em grandes temas da geopolítica internacional (SILVA; RODRIGUES, 2009; MOREIRA; BAENINGER, 2010). Nota-se, no entanto, uma preferência nesses trabalhos pelo uso das classificações “imigrantes”, “migrantes”, “refugiados” – e não pela opção “estrangeiros”, como a que é feita aqui.

Neste caso, escolheu-se a denominação “estrangeiros” – ou melhor, “estrangeiras” – de modo a marcar a opção pelo laço que engloba as diferentes classificações de imigrantes presentes na cidade: como será visto, a cidade de São Paulo conta com diversos grupos de imigrantes (trabalhadores e pessoa em busca de trabalho, estudantes, intercambistas, etc) e também com grupos que, por diferentes razões, se ‘destacam’ da grande classificação “imigrantes” e tornam-se ‘refugiados’, ‘estrangeiros egressos do sistema prisional’, ‘estrangeiros presos’, etc. Assim, pareceu-nos que nomear a experiência da imigração por seu aspecto mais marcante – o ser estrangeiro, o não ter (em algum momento da vida) a nacionalidade brasileira – seria um modo de reforçar as ligações que foram observadas entre as pessoas que costumam ser ‘classificadas’ de modo diverso.

O presente trabalho, buscando contribuir com este vasto campo dos estudos migratórios, pretende caminhar para a compreensão de itinerários percorridos por mulheres migrantes estrangeiras na cidade de São Paulo. Considera-se que a análise de um fenômeno como este congrega saberes, poderes e práticas não-neutras e nem naturalizáveis, pois construídas social e historicamente e produtoras de subjetividades e realidades em relação aos atendidos, no caso as migrantes estrangeiras.

A afirmação de que realidades e subjetividades são ‘produzidas’ afilia-se às idéias de que elas não estão dadas, não são naturais e muito menos correspondem ao antigo par de opostos dentro-de-mim/fora-de-mim. A heterogênea corrente do pensamento filosófico que compactua dessa afirmação não será explanada em detalhes aqui, mas pode ser exemplificada por duas contribuições, à seguir, ilustrando a compreensão da importância desta postura conceitual para as análises desta pesquisa: a primeira, com Pélbart (2000), que afirma ser possível compreender a subjetividade como “(...) plenamente fabricada, produzida, moldada, modulada – e também, por que não, a partir daí, automodulável” (p. 12). Ao falar em subjetividade, “(...) estamos diante de um termo aberto às forças que lhe forem dando sentido, e capazes, [...] de subverter inteiramente até mesmo seu sentido de origem – ou o de sujeito, do qual deriva” (p. 14). A segunda contribuição, salientada por Baremlitt (1998), é a da passagem da oposição entre Ser e Devir para a afirmação de que o Ser é Devir – ou seja, é

construção, destruição, renovação, transformação, é multiplicidade mas também duração. Para o presente trabalho, estas contribuições são importantes pois possibilitam uma análise da experiência da vida e dos itinerários que, junto com outros elementos, a modulam, como um algo aberto, a ser feito, a ser desfeito, enfim, como uma condição de possibilidades não descolada do ‘meio’ que participa de sua produção, mas que contém elementos de invenção e criatividade.

As ações e pensamentos sobre essa questão demarcam, transformam, fundamentam as experiências vividas pelos sujeitos-objeto, numa troca constante que é sempre atravessada pelas práticas institucionais que lhes tocam. Neste ponto, dialogando com a produção dos sujeitos conforme proposto por Baremblytt (1998), Berger e Luckmann (2004) e outros, na análise dos percursos, trajetos ou itinerários dentro de uma perspectiva etnográfica conforme Magnani (2002), Gerhardt (2006), Deslandes (1997; 2002) e Dalmolin e Vasconcellos (2008), mas também Fassin (2001; 2004; 2006; 2007; 2009; 2010) e Agier (2006; 2008; 2011), almejou-se construir uma análise dos modos de fazer a vida destas pessoas na cidade de São Paulo.

Assim, o objetivo geral que orientou esta pesquisa foi compreender os modos de vida de um grupo de cinco mulheres estrangeiras que chegaram à cidade de São Paulo de diferentes maneiras, por meio de uma análise, baseada no método etnográfico, de seus itinerários percorridos na metrópole. Acredita-se que, pela análise destes pontos de interesse e caminhos, contribui-se com a reflexão sobre a migração internacional e seus efeitos no Brasil como um todo, e na cidade de São Paulo, mais especificamente.

A pesquisa partiu do contato com uma das instituições existentes na cidade de São Paulo que presta abrigo a mulheres imigrantes e seus filhos e, valendo-se das conversas com as moradoras, cinco protagonistas foram escolhidas e acompanhadas na cidade durante aproximadamente seis meses, entre os anos de 2010 e 2011. As cinco mulheres acompanhadas – cujos percursos e informações mais relevantes serão apresentadas ao longo do trabalho – são: Kate, 45 anos, originária de Uganda; Miriam, 33 anos, vinda da Bolívia, e seu filho Henrique, 6 anos; Annie, 38 anos, seus três filhos e sua irmã, vindos de Angola; Hortência, 32 anos, vinda da Colômbia com

seu marido e Fernanda, 33 anos, vinda do Oriente Médio porém portadora de nacionalidade holandesa.

Nos primeiros meses de contato com a Casa de Acolhida, a instituição onde começou a pesquisa, a atenção principal do estudo fundava-se na compreensão de histórias de pessoas refugiadas, ou seja, aquelas pessoas que a legislação internacional define como as que fogem do seu país por medo, por real ameaça ou por consequência de uma situação de violência, física ou psicológica. Ao longo dos meses passados em campo, esta visão foi aos poucos se transformando e definindo-se pela tentativa de compreensão dos itinerários e modos de vida de estrangeiras – não brasileiras – em São Paulo.

Objetivando o debate, este trabalho parte de uma análise detalhada dos contextos de migração de mulheres estrangeiras para o Brasil, para então explicitar qual foi a metodologia usada na pesquisa de campo e finalmente analisar os pontos desvelados pelos itinerários percorridos por estas mulheres na cidade de São Paulo.

Assim, o primeiro capítulo contextualiza a migração na contemporaneidade, colocando seu foco no modo como este fenômeno pode ser percebido na cidade de São Paulo. Este capítulo também explora os diferentes modos de apreensão da questão da imigração – os dispositivos¹⁶ legais, as ‘classificações’ baseadas no status jurídico de imigrante, as identidades em trânsito – tendo em vista o questionamento primeiro que a migração coloca: o que significa, afinal, mudar de lugar?

No segundo capítulo é apresentado o percurso que orientou a pesquisa de campo, conceitual e metodologicamente. Definiu-se por um método que permitiu uma maior

¹⁶ Usa-se aqui a referência deleuziana (por sua vez baseada nos escritos de Michel Foucault) para o conceito de ‘dispositivo’. Gilles Deleuze (1990) afirma que um dispositivo é um algo, um conjunto heterogêneo, produzido e em produção, composto por um aglomerado de linhas e forças. É algo criativo, novo, transformável, mas ao mesmo tempo capaz de solidificar-se em formas rígidas e estáticas. Contém em si tanto a história quanto a atualidade, o novo e o velho ao mesmo tempo. Assim, para este caso, os dispositivos legais que atravessam a vida de estrangeiros em São Paulo são tanto as leis que regem sua estada (o Estatuto do Estrangeiro, o Estatuto do Refugiado) quanto as leis da cidade e da cidadania – marcadas pela história que as constituiu, atualizadas a todo momento na con-vivência cotidiana da metrópole. Leis que também são tema de debates, leis que também são transgredidas, leis que são inventadas ou mesmo rearranjadas a depender do caso, da situação, ou das pessoas em questão – vide, por exemplo, o notório processo envolvendo o italiano Cesare Battisti.

apreensão do cotidiano vivido pelas informantes na cidade. Esses conceitos são apresentados de modo a clarificar o próprio itinerário do trabalho.

O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta os itinerários, os pontos de interesse e as narrativas relacionadas a esses itinerários percorridos por cada uma das cinco informantes. Suas narrativas remetem ao passado, às circunstâncias presentes e futuras expectativas. Também são apresentados mapas que possibilitam o registro dos principais pontos frequentados por elas na cidade onde moraram nesse momento de suas vidas.

O quarto capítulo apresenta uma análise das semelhanças existentes nas narrativas e nos itinerários. Salientam-se as construções de sentido articuladas entre as narrativas, os caminhos e, também, conceitos e achados baseados em outras pesquisas sobre o assunto.

Por fim, para concluir, procura-se apresentar algumas considerações e interpretações à luz da investigação, além de possíveis questões a serem desenvolvidas por meio de novas pesquisas e estudos sobre o assunto.

1 RAZÕES E MOTIVAÇÕES DISTINTAS NOS TRÂNSITOS TRANSNACIONAIS

Neste capítulo pretende-se, primeiramente, contextualizar o tema da migração internacional de mulheres, em São Paulo, entre 2000 e 2011. Após refletir sobre a ação de migrar, serão apresentados alguns marcos histórico-políticos (ou dispositivos legais nacionais e internacionais) considerados por sua relevância para o tema e, finalmente, um panorama dos percursos migratórios que caracterizam as protagonistas desta pesquisa, dando relevância ao caráter “de trânsito” (ou seja, não-fixos) destas formas de chegar e estar no país. Ao término do capítulo introduz-se uma reflexão sobre os itinerários percorridos por elas em uma abordagem ampla e complexa do fenômeno no contemporâneo.

Do que foi exposto anteriormente pode-se depreender, entre outras constatações, que, claramente, não são apenas os refugiados ‘originais’¹⁷ que migram visando mudanças em suas vidas. Tantos os estados (que tentam barrar toda forma de migração indesejada) quanto as entidades internacionais (conforme afirmações de membros do próprio ACNUR) quanto as próprias pessoas em questão sabem que, para migrar, é preciso sobretudo, possuir “narrativas eficazes” (FASSIN, 2010). Dentro deste ‘grupo’ de pessoas que tenta ser aceita como refugiada há pessoas em busca de emprego, de segurança, de saúde ou simplesmente de novas e melhores possibilidades de vida. Ser ‘refugiado’ e buscar uma vida melhor não são decisões excludentes, muito ao contrário: pedir o refúgio é, assim como outros atos, uma estratégia de possibilidade de migração e, no caso, também de preservação da própria vida e dignidade. É uma relação entre alguém que se diz em fuga para proteger sua vida e do outro lado um estado-nação que acredita nesta história e se compromete a

¹⁷ No sentido da legislação internacional.

proteger a pessoa que lhe solicita. Porém, por diversos motivos¹⁸, os refugiados, os imigrantes pobres em geral, os indesejados para a maioria dos países são tratados ora como sendo parte de um mesmo grupo e com as mesmas motivações, ora de modo escancaradamente diverso¹⁹, como por exemplo quando se observa a diferença do número de instituições existentes para atendimento à refugiados, à imigrantes de determinada nacionalidade e de outras na cidade de São Paulo²⁰. Para além das lacunas incontornáveis na classificação jurídica atual sobre quem é e quem não é refugiado, é premente notar que entre as pessoas que migram nem todas se usam dessa tentativa de regularização de sua situação (pedir o refúgio). Vale então perguntar se de fato há grandes diferenças entre estas categorizações de pessoas e de que natureza seriam essas diferenças. Para seguir com esta reflexão, parece apropriado retornar ao caso do Brasil.

Ao contrário da tendência mundial manifesta²¹, O Brasil continua aumentando seu número de estrangeiros e coloca-se como interessado em recebê-los, como por exemplo pelos programas de reassentamento de refugiados e com a mais nova Lei de Anistia, promulgada em 2009 (SILVA; RODRIGUES, 2009; BRASIL, 2010b).

¹⁸ Além de virem dos mesmos países ou regiões do mundo, muitas pessoas em busca de refúgio, assim como, geralmente, os imigrantes com menor poder aquisitivo, compartilham de semelhantes etnias, religiões, nível educacional formal, línguas e culturas. Obviamente, isto é uma generalização e é possível encontrar tanto refugiados altamente qualificados quanto outros imigrantes que não solicitaram refúgio com esta característica. Partindo dos itinerários percorridos pelas mulheres na presente pesquisa, é possível observar semelhanças também quanto aos modos de vida estabelecidos na cidade de acolhimento.

¹⁹ Ao longo da pesquisa uma das participantes, Kate, soube que não poderia mais procurar emprego por meio de uma ONG que se constituiu para apoiar refugiados e solicitantes de asilo pois seu pedido de refúgio havia sido indeferido e a ONG dizia ajudar apenas aqueles que tinham sido aceitos como refugiados.

²⁰ A própria Organização das Nações Unidas tem uma agência para refugiados, o ACNUR (UNHCR), e uma agência específica para refugiados palestinos, a UNRWA, criada em decorrência da decisão da criação de dois estados na região (em 1948), Israel e Palestina, ainda não consolidada.

²¹ Sabe-se que grandes pólos atrativos de migrantes, como os Estados Unidos, recebem ainda muitos estrangeiros, por mais que isso não seja divulgado ‘abertamente’ – a propaganda aí poderia talvez trazer o indesejado efeito de receber um maior número de pedidos. Países como o Canadá e a Austrália também são exemplos de nações que advogam uma política pró-migrantes, porém apenas aqueles ‘qualificados’ e ‘aprovados’ pelas instituições locais.

Historicamente considerado um país miscigenado e onde as diferenças étnicas, culturais e religiosas convivem aparentemente em harmonia, (MINAYO, 2006), o país parece ter um interesse crescente em apresentar-se como alternativa ao fechamento indiscriminado de fronteiras de outras nações. Soma-se a isso, sem dúvida, o avanço na economia nacional nas últimas duas décadas e os crescentes problemas sócio-econômicos de seus vizinhos latinos. Em diversos casos o Brasil se tornou um destino fácil e mais promissor do que, por exemplo, os potenciais riscos de entrar ilegalmente nos Estados Unidos ou na Europa. Diz Hortência, uma das protagonistas da pesquisa: *“Conversei com vários refugiados aqui em São Paulo que só querem saber de chegar na Guiana Francesa, porque de lá é mais fácil ir para a França ou os Estados Unidos. Mas como?”*.

Para aqueles que decidem migrar para cá, vale ressaltar alguns instrumentos jurídicos e sociais criados para lidar com isso. De sua última versão em 1980, o Estatuto do Estrangeiro é o principal instrumento legislativo sobre os não-nacionais em território brasileiro e, desde 1997, o Brasil conta com seu próprio Estatuto do Refugiado, bastante influenciado pelos documentos internacionais sobre o assunto (ALMEIDA, 2001; ANDRADE; MARCOLINI, 2002; ANDRADE, 2005; PIOVESAN, 2010), e onde está descrita a estratégia e as organizações/ instâncias responsáveis por protocolarem o pedido de refúgio no país.

No entanto, o que foi percebido logo no início do trabalho de campo da presente pesquisa foi que, em São Paulo, assim como em outros países e cidades relatados pela literatura sobre o assunto, o limiar entre os ‘refugiados’ e as outras categorias de imigrantes é, na prática, extremamente tênue, tanto para as instituições responsáveis quanto para os atendidos por elas. As histórias das cinco mulheres protagonistas do presente trabalho mostram que, entre vários outros pontos, a categoria ‘refugiada’ lhes é mais um dos modos possíveis de se construir uma nova vida na cidade. Sua outorga ou seu indeferimento nem sempre é coerente com a legislação vigente e pode até não chegar a ser um meio de auxílio à construção de uma outra forma de vida na nova cidade – visto o rancor com que os solicitantes de refúgio lidam com as principais instituições de assistência à essa população na capital paulista. Junto com a estratégia de ser ‘refugiada’, encontram-se outras modalidades de migração e de

estada provisória de estrangeiros na cidade, como por exemplo a simples imigração e o flerte com o tráfico internacional de drogas.

Andrade e Marcolini (2002) e Mattos (2007) salientam as diferentes concepções do que seria um ‘refugiado’ ao comentarem sobre a transformação da imagem deles tendo em vista os países receptores: enquanto que ao final da Segunda Guerra Mundial receber refugiados era um sinal positivo, de tomada de posição em relação a um regime autoritário e assassino²², atualmente o solicitante de refúgio é muitas vezes visto como um ‘parasita’, um aproveitador, que engendra mais custos sociais para países que já tem problemas a resolver com seus próprios cidadãos. Este ponto interessa também aos países de onde partem os imigrantes. Diz Mattos: “Apesar de se assistir a um crescimento dos conflitos locais e regionais, os governos dos países de imigração muitas vezes classificam esta tentativa de refúgio apenas como uma estratégia de inserção nos países desenvolvidos” (p. 174). Por outro lado, Mattos também reconhece uma frequente contradição por parte dos países de onde partem os maiores volumes de migrantes atualmente²³: lograr chegar a outro país significa, na maioria das vezes, aportar recursos para o país de origem como modo de sobrevivência para familiares, recursos esses que constituem boa parte do Produto Interno Bruto de muitos desses países onde a economia movimenta menor volume de dinheiro.

Como que confirmando esta discussão, aos refugiados e refugiadas, solicitantes de asilo e outros, somam-se, em São Paulo, nos mesmos espaços de convivência institucionais, os(as) estrangeiros(as) egressos(as) do sistema prisional (em sua maioria após cumprir pena por tentativa de tráfico internacional de drogas) e os(as)

²² Este não foi sempre o posicionamento do Brasil sobre o tema, como pode ser visto mais em detalhe nas análises de Andrade e Marcolini (2002) e também de Cytrynowicz (2005) sobre o ponto de vista do Brasil quanto aos imigrantes judeus da Europa e norte da África pós Segunda Guerra Mundial.

²³ Pode ser interessante definir quais são esses países: há dados sobre isso no relatório do World Bank (2009) e do próprio UNHCR (2010) que mostram que apesar de haver nos últimos anos um grande fluxo de pessoas saindo de zonas de conflito (Afeganistão, Iraque, Sudão por exemplo) os diferentes países-destino lidam com diferentes fluxos migratórios. No caso do Brasil, também nos últimos anos, percebe-se que o maior contingente de pessoas ‘indesejadas’ que aqui chegam parecem vir dos países vizinhos, como a Bolívia e o Paraguai.

imigrantes ditos ‘econômicos’, na sua maioria latino-americanos(as), bolivianos(as) e paraguaios(as) especialmente, que buscam o Brasil por acreditarem encontrar aqui mais oportunidades de trabalho, educação, saúde, enfim, qualidade de vida e dignidade²⁴. De modo bastante interessante, estas três “categorias de imigrantes” (solicitantes de refúgio e refugiados, imigrantes econômicos e estrangeiros egressos do sistema prisional) são colocadas juntas, seja nos abrigos, seja nos cursos de língua portuguesa, seja no sistema de saúde ou mesmo nas atividades de lazer e fé (CARIGNATO; ROSA; BERTA, 2006). As próprias instituições de apoio aos estrangeiros nestas condições os misturam nos mesmos locais, talvez tomando como princípio que os solicitantes de refúgio podem ser considerados criminosos (são todos iguais, podem e devem dividir os mesmos espaços), talvez considerando que a criminalidade, a busca por trabalho e dinheiro e a busca por asilo são no fundo estratégias de vida muito parecidas. Estas diferentes análises aparecem nos relatos e nos itinerários percorridos pelas protagonistas deste trabalho mas ainda não parecem ter aguçado a curiosidade do meio acadêmico²⁵.

Mattos (2007) também compartilha desta ‘descategorização’ ao descrever a jornada e a estratégia utilizada por migrantes para a inserção em seus países-objetivo. Esta estratégia pode passar pelos pedidos de permissão de trabalho e ingresso em um novo país com visto de estudante, pela forma do turismo, pelo pedido de asilo político e também pelo ingresso por meio das redes ilícitas de imigração. Estas estratégias, segundo Mattos, encontram sua semelhança também na forma de redes de solidariedade e comerciais criadas nos países-objetivo, como se observa nas histórias das protagonistas deste trabalho.

²⁴ Decidiu-se aqui usar “em sua maioria” baseando-se nas informações obtidas nas entrevistas com as protagonistas e nos diversos contatos com uma das instituições de assistência.

²⁵ Os trabalhos recentes de Oliveira (2011) e Haydu (2010), sobre refugiados em São Paulo, por exemplo, não tiveram como foco as articulações sociais e relacionais entre os chamados refugiados, os solicitantes de asilo, os imigrantes econômicos e os estrangeiros egressos do sistema prisional brasileiro, optando por uma outra linha de análise.

Dentro deste emaranhado, até onde sabemos criativamente institucionalizado no país²⁶, surgem histórias de vida e de luta diária pela sobrevivência e pelo estabelecimento em solo brasileiro, seja por meio da aquisição dos documentos legais e a segurança jurídica garantida pelo status de refugiado, seja pelo próprio trabalho e anseio por uma nova lei de anistia. Há também os que preferem esperar serem expulsos do Brasil e deportados aos países de origem, dado o fim da pena e a eventual conclusão do processo burocrático (e lento) de deportação e expulsão.

Assim, com base nos recentes debates e constatações sobre os fluxos migratórios contemporâneos e na percepção da realidade da migração ‘indesejada’ na cidade de São Paulo – que acontece sem muita separação entre quem é o refugiado, o solicitante de refúgio, o imigrante e o traficante – é que esta pesquisa se construiu a partir dos itinerários que estas pessoas percorrem para (re)construírem suas vidas, na cidade. Antes de passar ao aprofundamento da perspectiva que orientou esta análise, serão apresentados com mais detalhes os panoramas de três das principais classificações de imigrantes encontradas em São Paulo: refugiados/solicitantes de refúgio, imigrantes por razões econômicas e estrangeiros aliciados pelo tráfico internacional de drogas. Esta descrição de categorias jurídicas e demográficas tem como objetivo contextualizar a discussão sobre como isso se dá no Brasil e portanto é apenas uma das formas de aproximação a esses modos de vida, que serão aprofundados na análise das histórias das protagonistas. Junto com a explicitação destas três categorias de migrantes serão apresentadas as principais instituições relacionadas ao acolhimento de estrangeiros em São Paulo e que foram importantes pontos de passagem para as mulheres acompanhadas pela pesquisa: a Cáritas, a Casa de Acolhida (melhor detalhada ao longo da apresentação do método da pesquisa) e a Casa do Migrante.

²⁶ A estratégia de ‘abrigo’ de imigrantes não é uma criação brasileira, muito ao contrário. O que parece ser criativo das instituições nacionais é a junção explícita de várias razões de imigração em um mesmo local, coisa que, até onde sabemos, não acontece tão explicitamente nos países receptores dos maiores volumes de estrangeiros.

1.1 AS SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADAS

Como observado anteriormente, o refúgio é uma das formas de proteção jurídica que se institucionalizou após a Segunda Guerra Mundial, materializado no Estatuto do Refugiado, de 1951. Desde então a concessão de refúgio é destinada a oferecer proteção sob a forma do abrigo àqueles e àquelas que, por motivos de raça, etnia, convicções políticas ou religiosas, são ameaçados(as) em seus próprios países. A concessão de refúgio envolve, portanto, a existência – de fato ou em potencial – de uma violência, a travessia de uma fronteira internacional, o pedido, a análise (momento durante o qual a pessoa é denominada ‘solicitante de refúgio’) e o aceite (quando se torna ‘refugiada’) ou não deste pedido.

É possível obter estatísticas estimadas do número de refugiados aceitos no Brasil ao longo dos últimos anos. Segundo o World Bank (2010) e o UNHCR (2009), entre 2004 e 2008, o país tinha cerca de 3500 refugiados. Em 2008 as instituições observaram um pequeno aumento, passando-se para 3852 refugiados no país e mais 517 pessoas cujo processo estava em suspenso, totalizando 4369 pessoas relacionadas com a condição de “refugiado”, o que parece ter perdurado em 2010 (BRASIL, s/d). Ainda de acordo com o órgão das Nações Unidas, cerca de 42% dos solicitantes de asilo são aceitos como refugiados no Brasil a cada ano²⁷. Dos que conseguem sua legalização, quase a metade (46%) está no estado de São Paulo (UNHCR, 2010).

A legislação e as políticas públicas brasileiras para os solicitantes de refúgio e refugiados são baseadas em convenções e declarações internacionais, como o Estatuto do Refugiado e outras subsequentes (Andrade e Marcolini, 2002)²⁸. O

²⁷ É possível acessar a publicação em Diário Oficial dos resultados dos processos de solicitação de refúgio no Brasil. A título de exemplo, pode-se acessar : <http://www.jusbrasil.com.br/diarios> e buscar os resultados, que são apresentados apenas com o nome do interessado – que não participa da discussão sobre sua condição – e do resultado, “deferido” ou “indeferido”.

²⁸ A partir da lei 9474, de julho de 1997, o Brasil entende que:

Estatuto internacional esclarece que um refugiado tem o direito primordial de ter um asilo seguro e também afirma que refugiados possuem direitos civis básicos, incluindo liberdade de pensamento, de movimento, e liberdade de não ser torturado e não receber tratamento degradante (HARRELL – BOND, 2002). Da mesma forma, direitos econômicos e sociais se aplicam tanto aos refugiados como a outros indivíduos, cidadãos do país de destino²⁹. Todo solicitante de refúgio e refugiado deveria ter acesso, por exemplo, a tratamento médico, ter direito ao trabalho e ao estudo.

O caminho legal seguido por um solicitante de refúgio no Brasil e as instituições responsáveis pela atenção a estas pessoas são principalmente a Polícia Federal e a organização católica sem fins lucrativos Cáritas Arquidiocesana, mandatada pelo ACNUR para prestar toda a assistência jurídica e social às pessoas que chegam ao Brasil com este desejo (ALMEIDA, 2001; ANDRADE; MARCOLINI, 2002, GARCIA, 2009). Há também os abrigos-moradias que recebem estrangeiros na cidade, não financiados pela Cáritas e nem mesmo pelo ACNUR, mas sim por diferentes congregações religiosas – todas católicas - na cidade de São Paulo.

Uma breve descrição das três principais instituições que aparecem nos itinerários das protagonistas dessa pesquisa e dos solicitantes de refúgio que chegam a São Paulo se faz necessária. Em primeiro lugar, há a Cáritas Arquidiocesana São Paulo, entidade que faz parte da Cáritas no Brasil e da rede Caritas Internationalis, presente em cerca de 200 países. Em seguida, há a Casa do Migrante, mantida pela Congregação

“Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

- devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.”(BRASIL, 1997)

²⁹ De acordo com conferência realizada na Procuradoria do Estado de São Paulo, em 18/05/2010, direitos sociais não são sempre simples de serem adquiridos por refugiados no Brasil, como pôde ser ressaltado por diversos participantes do evento. É frequente a necessidade do processo judicial para se adquirir, por exemplo, aposentadoria por invalidez. Garcia (2009) discute esse tema em seu trabalho sobre o caso dos refugiados palestinos reassentados em Mogi das Cruzes.

Scalabriniana, e em terceiro lugar, a Casa de Acolhida, território da maior parte da presente pesquisa e que é parte da Congregação Palotina. A Casa de Acolhida será melhor detalhada no capítulo referente ao método da pesquisa, já que sua constituição formou parte importante do percurso desse estudo.

A Cáritas é uma entidade afiliada à Igreja Católica Apostólica Romana que foi fundada por essa igreja em 1897 no Vaticano mas parece ter adquirido sua existência concreta apenas nos anos 50, como uma reação a um terremoto ocorrido no Japão, para o qual a igreja se mobilizou para ajudar as vítimas (CÁRITAS, s/d; GARCIA, 2009). O braço da entidade que funciona na cidade de São Paulo existe desde 1956 e compartilha dos mesmos objetivos da Cáritas nacional e da rede internacional: segundo o site da instituição, seu trabalho é atuar:

(...) na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. Atualmente, a Cáritas Brasileira tem quatro diretrizes institucionais: defesa e promoção de direitos; incidência e controle social de políticas públicas; construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável; fortalecimento da Rede Cáritas. (CÁRITAS, s/d)

A entidade se define como um organismo de assistência pastoral e social que procura, ao mesmo tempo, distanciar-se da marca de uma entidade caridosa praticante do assistencialismo em seus projetos e em imprimir uma marca ‘ecumênica’ em sua atuação. Esses dois propósitos foram questionados por trabalhos como o de Garcia (2009), que apontou a dificuldade de gestão de um grupo de refugiados reassentados (de origem palestina e de religião muçulmana) justamente a partir do embate entre a inerente conformação católica da entidade que atende os solicitantes e os refugiados no Brasil e a diversidade das convicções e formas de vida dos grupos atendidos – ao menos no que diz respeito aos solicitantes de refúgio e refugiados. Este ponto – o impacto do aspecto católico das entidades de assistência a estrangeiros pelas quais passaram em um momento ou outro, as protagonistas dessa pesquisa – será retomado ao final do trabalho.

Assim, a Cáritas é a principal parceira da execução da política de apoio aos solicitantes de refúgio e refugiados em solo brasileiro. Isto está de acordo com os princípios que regem a atuação do ACNUR, que na maioria dos países onde atua procura parceiros para executar as atividades operacionais ligadas à questão dos refugiados (BOUCHET-SAULNIER, 2000). No caso do Brasil, delegou esta responsabilidade à Cáritas, que tem inclusive um assento no Comitê Nacional para Refugiados, o CONARE³⁰. A Cáritas parece ter adquirido essa responsabilidade a partir de seu histórico de assistência principalmente no município de São Paulo (de acordo com relatos informais de membros da entidade e do ACNUR no Brasil) mas este processo não está claramente definido nem pela instituição, nem pelo ACNUR nem pelo próprio governo³¹.

Em São Paulo a Cáritas localiza-se ao lado da Praça da Sé e é, obviamente, um dos pontos de referência no itinerário das participantes desta pesquisa que pediram refúgio pois todo solicitante deve passar por lá para inciar e acompanhar seu pedido de asilo. Para Hortência, foi o segundo local visitado na cidade, logo depois de ter deixado seus pertences na Casa do Migrante, cerca de 10 minutos a pé da Cáritas. Já para Kate, que chegou de avião no aeroporto internacional de Guarulhos Governador André Franco Montoro, vinda de Nairóbi, foi só após conversas com a Polícia Federal do próprio aeroporto que ela foi encaminhada à instituição de apoio, como acontece com a maioria das pessoas que já conhecem como funciona o sistema de solitação de refúgio e chegam ao Brasil com intenção de pedi-lo. Foi um processo semelhante que foi vivido por Annie, seus filhos e sua irmã – com a diferença importante de que, no caso de Annie, ela já chegou a São Paulo com nomes e contatos de pessoas que poderiam ajudá-la, entregues para ela pela igreja que ela frequentava em Angola.

A Cáritas é descrita por essas mulheres com um misto de sentimentos, como raiva, decepção, frustração e, sem dúvida, vergonha. *“Fui lá e fiquei esperando o dia*

³⁰ Outros que têm assento: Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho, ACNUR, por exemplo.

³¹ Até onde pudemos investigar.

inteiro para ser tratada como um lixo”, diz Hortência; “Tive que mendigar R\$5,70 com eles para que eu pudesse dar entrada no meu CPF³² no Poupatempo”, completa ela. Para Annie, por outro lado, a instituição não parece despertar tantos sentimentos negativos, mas para Kate, apesar da ajuda que recebeu durante muito tempo da organização, mesmo depois de ter seu pedido de refúgio negado duas vezes³³, a entidade continuamente a espionava e a controlava: “Eles mandaram alguém vir aqui na minha rua perguntar se eu moro mesmo aqui”, disse ela uma vez, depois de já ter tido seu pedido de refúgio negado em primeira instância. De todas as maneiras é a Cáritas quem dá entrada no pedido de refúgio, é ela quem decide se o solicitante deve ou não ter direito a receber uma ajuda de custo de R\$350 mensais³⁴, ajuda a conseguir indicações de emprego, encaminha para outras instituições parceiras (como o SESC Carmo, onde há um almoço subsidiado e aulas de português, e a Polícia Federal, emite o Protocolo de Estrangeiro), doa eletrodomésticos e roupas, e explica a necessidade de alguns documentos, como o protocolo, o CPF e a carteira de trabalho.

A Casa do Migrante – onde morou Hortência e seu marido, quando chegaram à cidade – era, no momento da pesquisa, o maior e mais antigo abrigo para estrangeiros em São Paulo. Esta entidade é gerida pela Congregação Scalabriniana, braço da igreja católica também fundada na Itália no final do século XIX (1887), por João Batista Scalabrini. Os scalabrinianos explicam sua história relacionando as ações de João Batista à questão da imigração, desde o início de seus trabalhos:

Scalabrini, homem que teve "a intuição de acontecimentos futuros", percebeu a importância política, social e religiosa do fenômeno migratório nas sociedades modernas e sua dimensão estrutural. Embora ciente de que as migrações modernas são fruto de injustiças profundas e de exploração contínua, ele viu nestas um

³² Cadastro da Pessoa Física, documento da Receita Federal do Brasil.

³³ Ajuda esta que contraria a política da própria Cáritas, cuja Assistente Social afirmou, durante palestra na Casa de Acolhida em 4/11/11, que a instituição encaminha aquelas pessoas que não conseguiram o refúgio para a Pastoral do Migrante, deixando assim de ‘se ocupar’ delas. Na prática, parece então que algumas pessoas continuam buscando – e encontrando – apoio na instituição apesar de não terem tido sucesso em seus pedidos de refúgio.

³⁴ Na época da pesquisa, de acordo com as participantes.

desafio cheio de esperança, propondo uma "visão providencial". Sua preocupação estava voltada principalmente à preservação da fé, com a evangelização e as obras de caridade que vêm da fé, em vista da dilatação do Reino de Deus. (SCALABRINI, s/d)

A Casa do Migrante em São Paulo é, então, uma das várias casas mantidas pela Congregação ao redor de trinta países que se ocupa dos migrantes – primeiro, dos próprios brasileiros e, ao longo do tempo, dos estrangeiros. A Casa do Migrante da cidade de São Paulo foi fundada em 1974 na região central da cidade com o objetivo de prestar assistência aos migrantes, sobretudo vindo do Nordeste, que chegavam à busca de trabalho e melhores condições de vida. Durante a ditadura militar, a casa começou a abrigar também estrangeiros vindos de países vizinhos, como o Chile e a Argentina; foi após esse período e em estreita relação com a definição da política de assistência à refugiados no Brasil que a casa tornou-se importante abrigo de estrangeiros de outras nacionalidades, em parceria com a Cáritas e o ACNUR (CARAGINATO; ROSA; BERTA, 2006; OLIVEIRA, 2011). A casa fica ao lado de uma das igrejas católicas muito frequentadas pelos habitantes e também por outros moradores da região central e, na época da pesquisa, o padre responsável pela igreja era também um dos principais articuladores da chegada de estrangeiros para habitarem a casa.

A Casa de Acolhida, por sua vez, foi a instituição onde esta pesquisa teve seu início. Mantida pela Congregação Palotina, era a mais recente das três instituições citadas: iniciou-se como casa de acolhimento a mulheres estrangeiras em 2006 e, em seus registros, de 2006 (ano do início de seu trabalho) a 2011, contou com um total de 353 pessoas atendidas (entre mulheres e crianças), sendo 133 solicitantes de refúgio.³⁵ A Casa será mais bem apresentada durante o próximo capítulo.

Assim, ser solicitante de refúgio ou refugiado em São Paulo implica necessariamente passar por estas instituições que, como se verá, são pontos fundamentais no itinerário das participantes, mas não são os únicos e nem os que mais ‘ajuda’ oferecem.

³⁵ Estes números foram apresentados no meso evento comemorativo dos 5 anos de existência da Casa, pela então Diretora, em 4/11/11.

1.2 AS ESTRANGEIRAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Conforme mencionado anteriormente, outra categorização jurídica possível às pessoas estrangeiras que circulam pela cidade de São Paulo é a das pessoas não-brasileiras que cumpriram pena no sistema prisional paulista.

Em 2006, quando Fernanda estava em seu primeiro ano de sentença, o estado de São Paulo contava com 120.601 pessoas no sistema carcerário, sendo que destas, 3903 eram mulheres³⁶ (BRASIL, 2006). Os números aumentaram um pouco em 2010, ano de sua saída, de acordo com o novo banco de informações sobre o sistema carcerário brasileiro: em dezembro de 2010 São Paulo contava com 165.723 pessoas cumprindo medidas judiciais no sistema carcerário (BRASIL, 2010b)³⁷. Este mesmo levantamento aponta alguns poucos dados qualitativos sobre as pessoas presas no sistema, entre eles a nacionalidade: das pessoas presas no final de 2010, 2047 eram estrangeiras (1,23%). Da população estrangeira total, os países com maior número de presos no estado de São Paulo eram a Bolívia (263 pessoas ou 12,8% do total de estrangeiros), a Nigéria (247 pessoas ou 12%) e o Peru (154 pessoas ou 7,5%).

É possível, ainda de acordo com os dados oficiais, verificar os dados referentes às mulheres, em geral, e às mulheres estrangeiras, mais especificamente. As mulheres em geral somaram 9017 presas em dezembro de 2010 (ou 5,44% do total de pessoas no sistema carcerário) sendo que destas, 526 eram estrangeiras (ou 5,8% do total de mulheres, ou 25,6% do total de estrangeiros presos): os países com maior número de mulheres presas em São Paulo eram a África do Sul (75 mulheres), Angola (44

³⁶ O mesmo relatório indicava que havia no período 296.919 pessoas no sistema carcerário do país. São Paulo corresponderia na época a 40% da população carcerária brasileira.

³⁷ No ano de 2010 o Brasil contava com 496.251 pessoas no sistema carcerário, o que corresponde a 33% do total da população carcerária no estado de São Paulo.

mulheres) e a Espanha (35 mulheres). Outro dado interessante disponível nas análises estatísticas do Ministério da Justiça é o dado referente ao tipo de crime cometido: do total de pessoas no sistema em dezembro de 2010 em São Paulo, estrangeiros e brasileiros, 42.849 haviam cometido crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes (isso representa 25,8% do total de presos no estado no ano).

Assim, as mulheres em geral perfazem um número pequeno do total de presos em São Paulo, porém as mulheres estrangeiras representam um quarto do total de estrangeiros presos no estado em 2010. Percebe-se já aqui uma diferença em relação a ser mulher, e ser estrangeira: o número de mulheres estrangeiras presas no Brasil é 5 vezes maior do que o número de mulheres brasileiras presas no país, se comparadas à quantidade de homens (estrangeiros e brasileiros, respectivamente).

Pelo Estatuto do Estrangeiro (BRASIL, 1980) aquele não-brasileiro que comete um crime no Brasil e é julgado culpado está sujeito a ser expulso do país após o trâmite entre a Polícia Federal e o Ministério da Justiça. A maioria dos que são expulsos do país são aqueles que cometem os crimes de tráfico de entorpecentes, falsificação de documentos, furtos e roubos³⁸.

Dada a demora do processo judicial necessário para que a expulsão aconteça, cria-se um ‘lapso de tempo’ entre o final do cumprimento da pena ou a concessão de um benefício, como a progressão para o regime semi-aberto ou para a liberdade assistida, e a expulsão propriamente dita (BRASIL, 1980; BRASIL, 1981). As mulheres moradoras da ‘Casa das Mulheres’ e de outras instituições de abrigo para estrangeiros visitadas em São Paulo relatam que podem esperar mais de um ano para serem expulsas do país (o que significa: que o governo, brasileiro ou do país de origem, pague sua passagem para que elas voltem aos seus países de origem e que elas aceitem as condições relacionadas à expulsão, como por exemplo a suspensão de uma nova entrada no país). Esta situação de ‘entre’, de ‘limbo’, de ‘trânsito’ foi referida por Fernanda em diferentes momentos, chegando ela inclusive a afirmar que preferia estar presa esperando ser expulsa do Brasil do que estar solta e não poder

³⁸ De acordo com o próprio portal do Ministério da Justiça (BRASIL, 2007).

trabalhar (formalmente) para conseguir dinheiro para sobreviver na cidade. O relato abaixo, extraído do Diário de Campo criado nessa pesquisa, enfatiza parte do percurso da egressa Anastácia, de nacionalidade grega. Esta conversa aconteceu durante um passeio com outra protagonista desta pesquisa – Miriam e seu filho Henrique, ‘imigrante econômica’ – que se afeioou por Anastácia ao perceber seu sofrimento e sua exclusão do grupo por parte de outras egressas moradoras da ‘Casa de Mulheres’:

Anastácia, durante a conversa entre mim, ela e Miriam, conta com mais detalhes como foi enganada por sua ‘amiga’ e ‘comparsa’ Mônica: Ela diz não entender porque teve uma sentença maior do que a dela (2 anos ela, e 1 ano a outra). Ela ainda não sabe quando vai sair do Brasil, mas mostra o alvará de soltura, que carrega com ela. Inicialmente entendi que ela ia ficar mais um ano em condicional, depois ficou claro que na verdade ela está aguardando a passagem para voltar à Europa. Ela mostra fotos dos filhos e diz que só fez o que fez por causa deles – conta que trabalhava como arrumadeira em um hotel em Stuttgart (onde seu marido e filhos estão até agora) e que lá conheceu Mônica, que a convenceu a vir ao Brasil e levar de volta para a Europa o que ela achou que eram produtos para o cabelo (e na verdade era cocaína). Conta que, mesmo depois de todo esse tempo passado no Brasil (2 anos presa e mais 4 meses solta, morando na Casa) não contou aos filhos porque ainda não voltou para casa. Disse à eles que veio a trabalho para o Brasil e é isso que faz até hoje.

Ela fala um pouco sobre o hotel que frequenta na praça da República, mas não quis mostrar onde fica exatamente. Diz que é o hotel de seu namorado e afirma apenas que esporadicamente lhe dá R\$10. Ela aguarda saber se a Diretora da Casa encontrou um lugar onde poderia trabalhar com costura, mesmo que seja por pouco dinheiro. Afirma que ela faria qualquer coisa para não ficar mais sentada naquela casa.

(Relato extraído do Diário de Campo, 24/01/2011)

A história dos estrangeiros egressos do sistema prisional é um ponto interessante para se compreender a complexidade do fenômeno da migração. Como diz Mattos (2007), enquanto o mundo contemporâneo, em termos migratórios, é marcado pelo fechamento das fronteiras nos países desenvolvidos³⁹, é também palco do aumento da intensidade das “razões” que levam à migração dos estados em desenvolvimento,

³⁹ São vários os exemplos, desde o episódio do navio com passageiros afegãos que tentou atracar na Austrália, descrito por Reis (2004), até as situações mais recentes concomitantes ao conflito na Líbia, Tunísia e Egito, já mencionadas (GAZETA DO POVO, 18/04/2011)

sejam elas econômicas, como podemos ver na história de Miriam, ou bélicas, nos relatos de Kate, Annie e Hortência, ou relacionadas a crimes, como para Fernanda.

O aeroporto André Franco Montoro, em Guarulhos, o maior da América Latina, é conhecido ponto de circulação de drogas. “O Brasil é a principal rota de drogas para a Europa. Muitos dos aliciados para levar a droga são estrangeiros” (RODRIGUES, 2012, p. 4). Para as mulheres estrangeiras que decidem vir ao Brasil com o objetivo de tentar levar drogas para a Europa, África ou Ásia, é de fato uma rota bastante conhecida. Segundo notícias divulgadas na mídia, no ano de 2010 mais de uma tonelada de cocaína foi apreendida no aeroporto, resultando em 319 pessoas presas pelo crime. O número, ainda segundo as reportagens, é crescente na década, apesar de ter tido seu pico em 2009, com o total de 439 prisões decorrentes de tentativas de embarque internacional portando drogas (AGÊNCIA ESTADO, 22/12/2010)⁴⁰.

O conceito de ‘mula’, palavra que não é usada com muita frequência pelas protagonistas deste estudo nem pelas instituições por onde elas circulam⁴¹, remete à idéia de alguém (de inteligência duvidosa) que é pago para apenas levar e trazer algo. No caso do tráfico internacional de drogas, frequentemente realizado por mulheres, é estratégia conhecida e aparentemente eficaz.

Fernanda conta um pouco de como se envolveu com isto: *“Eu tinha uma vida boa, estava tudo tranquilo, eu trabalhava, tinha uma casa. Mas eu queria mais: eu queria sei lá, comprar mais coisas, mais roupas... aí conheci essas pessoas que faziam isso, eles me explicaram o que eu tinha que fazer e eu resolvi vir”*.

Seria o estrangeiro, que vem ao Brasil com a intenção de retornar com drogas para vendê-las, um imigrante? O que se observou nos espaços de circulação frequente de estrangeiros na cidade é que alguns enfrentamentos cotidianos dessas pessoas, depois de readquirida a liberdade, são muito semelhantes e às vezes até mais complicados

⁴¹ Mas que pode ser encontrada na mídia, como por exemplo na reportagem do jornal O Estado de São Paulo escrita por Arthur Rodrigues em 20 de julho de 2012: “PF desbarata máfia nigeriana de ‘mulas’ e prende 32”. Além da classificação de ‘mulas’, parece ser corrente o eufemismo ‘nigerianos’ para falar de estrangeiros que traficam drogas.

que os vividos pelas solicitantes de refúgio e pelas imigrantes sem documentação brasileira. Também sem documentos (nem brasileiros, nem outros), com o passaporte apreendido, ‘fichadas’, nem sempre falando português⁴², encontrar trabalho e dinheiro torna-se muito difícil, assim como circular na cidade. As vidas destas mulheres, sejam elas egressas, solicitantes de refúgio ou imigrantes por motivos econômicos, se entrecruzam, mesmo que os motivos de chegada ao Brasil aparentemente se diferenciem.

1.3 AS IMIGRANTES ‘ECONÔMICAS’

O Ministério da Justiça anunciou em janeiro de 2010 que cerca de 43 mil estrangeiros regularizaram sua situação jurídica no Brasil após a última edição da Lei de Anistia, em 2009 (BRASIL, 2010a). Diz a reportagem: “Os bolivianos encabeçam a lista dos maiores beneficiados pela medida, com cerca de 17 mil inscritos, a maior parte - em torno de 16,3 mil - só no estado de São Paulo”. Como se vê, esse número é muito superior ao de solicitantes de refúgio que tem o seu pedido aceito.

Em seguida, a reportagem aponta as motivações manifestas por trás desta lei:

O cadastramento foi feito pela Polícia Federal (PF) e teve por objetivo mostrar que o Brasil segue o fluxo contrário de outras nações, não discriminando os imigrantes e permitindo que passem a ter uma vida digna, com direito à saúde, educação, moradia, emprego e justiça. A atitude tem caráter humanitário e impede, por

⁴² Dependendo do tempo de sentença, de acordo com Fernanda, que chega ao Brasil falando árabe, holandês e inglês, e aprende português nos 5 anos em que esteve presa. Outra moradora da Casa que irá aparecer nas histórias de Fernanda e de Miriam, a grega Anastácia, não dominava outros idiomas além do grego e do alemão, o que dificultava bastante sua convivência com as outras mulheres e com a vida na cidade. No entanto, quase um ano depois de ser solta, Anastácia estava já trabalhando na mesma gráfica que Fernanda trabalhou durante os últimos meses de sua estada no Brasil.

exemplo, que boa parte desses estrangeiros tenha a mão-de-obra explorada de forma análoga à escravidão. (BRASIL, 2010a)

Continuando a análise dos resultados da lei, a mesma reportagem afirma que em seguida aos bolivianos, os que mais procuraram a Polícia Federal em 2009 para pedirem sua regularização no país foram os chineses, os peruanos, os paraguaios, os coreanos, e surpreendentemente os oriundos de países europeus.

A lei publicada foca então uma parcela de pessoas, os “imigrantes econômicos”, e não naquelas pessoas que se auto-declaram refugiadas. Estas, de acordo com a legislação, devem protocolar seu pedido de refúgio como tais. O principal objetivo desta medida, que não aconteceu pela primeira vez no Brasil, foi melhorar as condições de vida e trabalho às quais estas pessoas são submetidas, além de possibilitar aos beneficiados o acesso a todos os sistemas jurídico-sociais brasileiros. O estado reconhece assim que essas pessoas existem e que estão no país em situação irregular⁴³. No entanto, o acesso aos benefícios da lei não é tão simples, pois uma das exigências é a comprovação formal do exercício de ‘profissão ou emprego lícito’. Sabe-se que muitos imigrantes trabalham informalmente, seja na área de confecção, do comércio ambulante ou da faxina⁴⁴, o que dificulta frequentemente essa comprovação.

Segundo Sayad (1998),

Produto, o mais das vezes, de uma problemática que lhe é imposta de fora, e a qual nem sempre é fácil escapar, o discurso (científico ou não) sobre o imigrante e sobre a imigração está condenado, para poder falar de seu objeto, a acoplá-lo a toda uma série de outros objetos ou de outros problemas (...). Está no estatuto do imigrante (estatuto ao mesmo tempo social, jurídico, político e, também, científico), e, por conseguinte, na própria natureza da imigração, só poderem ser nomeados, só poderem ser captados e tratados através

⁴³ O total de imigrantes indocumentados no Brasil varia de 50 mil a 300 mil, de acordo com a fonte (UOL Notícias, 07/09/2008), somando-se aos mais de 1 milhão de imigrantes vivendo regularmente no Brasil (dados da Polícia Federal, de acordo com a mesma reportagem, e do Ministério da Justiça, Brasil, 2010a).

⁴⁴ De acordo com conversas realizadas na Organização Não – Governamental CAMI (24/05/2010) e com palestras realizadas na comemoração do aniversário da Casa de Acolhida (04/11/2011).

dos diferentes problemas a que se encontram associados. (...) Sem dúvida, a problemática verdadeira e apropriada a este setor deveria começar por se dar como primeiro problema, como problema prévio, o fato de que se trata de um objeto que cria um problema. (SAYAD, 1998, p.14-15)

Esta análise parece ser muito pertinente e mesmo frequente para muitos pesquisadores brasileiros do tema. No caso dos imigrantes econômicos, encontramos também trabalhos que enfocam sua corrente submissão a condições degradadas de trabalho, a abusos de poder e ao tráfico de pessoas (OLIVEIRA, 2006; CARIGNATO; ROSA; BERTA, 2006; MATTOS, 2007).

Por outro lado, essa ‘categoria’ da imigração apresenta-se também como pergunta: seria esse imigrante, muitas vezes presente no Brasil há vários anos, um imigrante? Alguns elementos da história dos representantes desse grupo nessa pesquisa, Miriam e seu filho Henrique, podem ajudar a formular melhor a questão. Vinda da Bolívia para o Brasil no ano 2000, Miriam, apesar de seu filho Henrique ter como pai um brasileiro e isso ter lhe dado anteriormente a possibilidade de regularizar sua situação jurídica no novo país, somente o faz beneficiando-se dessa lei de anistia de 2009. De acordo com Galetti (1995) a imigração boliviana para o Brasil começa nos anos 50, atingindo seu pico nos anos 80. Talvez semelhante ao que ocorreu com os baianos durante a grande leva de migração nordestina para São Paulo no século XX, boa parte dos estrangeiros na cidade de São Paulo, em tempos atuais, são chamados ‘bolivianos’, mesmo que nem todos o sejam.

Miriam conta que veio para o Brasil há 11 anos já com um emprego em vista, para trabalhar como empregada doméstica na casa de uma peruana que havia conhecido na Bolívia. Circulando sempre pelos espaços frequentados por bolivianos e peruanos na região central da cidade (Sé, Liberdade e República), foi lá que estabeleceu aos poucos uma rede de contatos para novos empregos, amizades, ajudas com a assistência médica. Foi assim também que conheceu o pai de seu filho, hoje com seis anos.

Assim, mesmo vivendo há vários anos no Brasil e sem planos claros de voltar à Bolívia ou mudar-se para outro país, Miriam circulava pelos mesmos espaços

institucionais que outras pessoas estrangeiras - não só a Casa de Acolhida, mas também as escolas, igrejas e passeios frequentes para outras pessoas não nascidas no Brasil. Miriam referia e usava sua origem boliviana para conquistar espaços, como por exemplo, na Casa de Acolhida, mas também nos empregos que obteve e nas redes de sociabilidade que constituiu, quase toda composta de pessoas não nascidas aqui. Para esta pesquisa Miriam é, então, uma pessoa em trânsito, apesar de sua estada já longa no país.

A migração por motivos econômicos parece ser, então, não apenas a mais frequente (para além dos números, em última análise, sempre se busca uma nova vida, uma vida melhor, quando se migra) mas também a mais estudada no Brasil, em geral, e em São Paulo mais especificamente (XAVIER, 2010). A história de Miriam mostra, no entanto, uma possibilidade de percurso desta imigração em São Paulo – desde seus movimentos pelo território até suas estratégias de sobrevivência jurídica, que passam pela permanência na ilegalidade por muitos anos, pelo nascimento do filho (momento em que, apesar de poder, ela não requereu a residência no Brasil), pela lei de anistia em 2009, pela ‘volta’ à condição de indocumentada e necessitada (quando decide pedir abrigo na Casa das Mulheres) e, finalmente, pelo aluguel de sua nova casa no centro da cidade.

1.4. *POR QUE EU VIM PARA O BRASIL?* COMENTÁRIOS SOBRE O QUE FOI TRATADO NESTE CAPÍTULO

Este capítulo procurou introduzir o tema da migração internacional e problematizá-lo em seu contexto contemporâneo e brasileiro. Procurou também demonstrar que as categorizações jurídicas das pessoas que migram, categorias essas muito utilizadas e relevantes para políticas públicas e internacionais, não são os únicos modos de

apreender a realidade da imigração. Elegem-se assim, um dos conceitos apresentados por Agier (2008) – o de que em primeira instância fala-se de pessoas ‘indesejadas’ quando se busca falar sobre esta parte da imigração contemporânea – e também a proposta de análise de Sayad (1998), ao afirmar que o imigrante é aquele sujeito-objeto que cria em si um problema – elemento que atravessa, sem dúvida, suas possibilidades de construção de vida na cidade. O imigrante indesejado cria um problema ao existir, ao estar; cria um problema ao lembrar, com sua presença, da existência de outros contextos e realidades que ainda expulsam pessoas (por diferentes motivos) ou que propiciam o aliciamento a estratégias ilegais de mudança financeira; cria um problema, sobretudo, ao encontrar o olhar dos outros (das instituições, principalmente) que apenas permitem essa forma de existência enquanto objeto-de-ajuda da caridade alheia e cria um problema sobretudo quando não se submete à essas formas de ajuda (HARRELL-BOND, 2002; FASSIN, 2010), conforme será visto nas considerações finais das análises dos itinerários percorridos por essas mulheres indesejadas.

Conforme salientado, em São Paulo observa-se que a migração internacional é ‘misturada’, diversa em sua categoria porém semelhante, provavelmente, em seu desejo de uma nova construção de vida. Essa afirmação será ressaltada e retomada ao longo do trabalho, ponto de partida e ponto de análise deste estudo. Importa observar que há diferenças entre dizer-se e portar-se como uma solicitante de refúgio, uma refugiada, uma egressa do sistema prisional ou uma imigrante em busca de trabalho. Contudo, as experiências de vida e os caminhos percorridos em São Paulo mostram semelhanças e intersecções interessantes que não devem ser ignoradas, pois vão acrescentar dados fundamentais à compreensão do fenômeno.

2 ACERCA DO MÉTODO

Diz Ecléa Bosi:

Pensar não é uma atividade subjetiva, é um relacionamento entre sujeito e objeto. É só essa relação com o objeto que nos faz passar da opinião para o conhecimento. Mas a não reciprocidade das relações entre sujeito e objeto é uma característica da nossa sociedade. O pensamento não é uma potência formal que se alimente de si mesmo. Deve voltar-se para o mundo e, se for um pensamento prudente, deve prover com objetos os seus conceitos (2004, p.121)

Esta pesquisa buscou compreender os itinerários que mulheres migrantes estrangeiras percorrem na capital paulista e procurou, pode-se dizer, preencher de sujeito-objeto os conceitos de ‘imigrante’, ‘refugiada’, ‘egressa do sistema prisional’. O trabalho construiu uma narrativa própria a partir das narrativas delas e dos itinerários partilhados ou relatados. Partindo da afirmação de que a apreensão da identidade destas pessoas em deslocamento é complexa, e da reflexão sobre o que seria uma análise de caminhos na cidade, serão retomados aqui aspectos importantes da metodologia utilizada na pesquisa de campo e na análise das informações partilhadas.

Este capítulo procurará esclarecer o próprio percurso da pesquisa na tentativa de aproximar-se, enquanto estudo científico, de um tema como o das migrações internacionais. Procurará mostrar que a estratégia metodológica escolhida pela pesquisa fundamenta-se em uma determinada compreensão teórica do fenômeno migratório, que implica em uma metodologia e nas experiências de vida dos sujeitos e os modos de apreender isso através da investigação.

Já foi salientado que a migração é fundada na mobilidade, na mudança, portanto, no movimento. ‘Migrar’ não é apenas ir de um lugar a outro mas é também refazer a vida neste novo lugar, com os ajustes e acordos individuais e sociais necessários.

Conforme Sayad (1998), entende-se que a migração é o que o autor chamou de um ‘fato social completo’, ou seja, que impacta e é impactada por diversas esferas da vida social. Então, pode ser analisada por diferentes áreas do conhecimento, tais como a justiça, a sociologia, a demografia, a psicologia, a antropologia, a geografia, entre outras.

Compreende-se então que migrar implica uma mudança e um deslocamento concretos, optou-se por observar como e quais deslocamentos se dão no espaço da cidade escolhida como destino. Para isso, a metodologia do estudo deveria estar de acordo com as perspectivas teóricas que embasam a noção de migração como mudança e como possibilidade de construção de novas formas de vida. Assim, o que interessou a este trabalho foi a singularidade dos caminhos e interpretações feitas pelas participantes sobre esses rumos. Desse modo, é importante fundamentar os pressupostos teóricos que embasam a compreensão da interpretação de um sujeito sobre sua própria experiência, bem como a metodologia que possibilitou aproximar-se desse processo na presente pesquisa.

Para Berger e Luckmann

(...)o sentido se constitui na consciência humana: na consciência do indivíduo, que se individualizou num corpo e se tornou pessoa através de processos sociais. Consciência, individualidade, corporalidade específica, sociabilidade e formação histórico-social da identidade pessoal são características essenciais de nossa espécie (...) (2004, p. 14).

Considerando a consciência como sempre uma consciência de algo, de um objeto, como um fenômeno⁴⁵, dar sentido à experiência, à sua própria vivência, é uma característica essencial do ser humano, mediada por sua consciência: “(...) O **sentido** [o destaque é nosso] nada mais é do que uma forma complexa de consciência: não existe em si, mas sempre possui um objeto como referência. Sentido é a consciência de que existe uma relação entre as experiências.” (p. 15). Pode-se entender então que as protagonistas desta pesquisa também lidam com suas histórias a partir das

⁴⁵ No sentido da fenomenologia proposta por Edmund Husserl (1965).

narrativas e produções de sentidos sobre suas experiências. É claro que o sentido objetivo e o sentido subjetivo, dados por um sujeito à suas experiências, são fortemente conectados à estrutura intersubjetiva das relações sociais onde ele vive e age, ou seja, ao tempo contemporâneo, moderno, plural, reflexivo, globalizado. Isso não significa, no entanto, que estes sentidos produzidos não estejam baseados em relações originais e específicas da história individual de cada uma.

A pesquisa se propõe a compreender como são os modos de construção de novas formas de vida, como os feitos por essas mulheres imigrantes na cidade de São Paulo. Ao fazer semelhante afirmação, pressupõem-se algumas questões importantes: a convicção de que novos modos de vida são, é claro, possíveis de serem construídos; de que as pessoas tem (ou não) suas formas de conseguir fazer isso; de que a vida (e sua eventual reconstrução) se dá nas entranhas das relações sociais, institucionais, políticas e subjetivas, ou seja, em contexto, aí em um mundo, e portanto esse mundo participa (é parte, inextrincável) da construção da vida.

Pensa-se que os sujeitos contemporâneos continuam governados por um projeto de futuro dentro do horizonte de sua finitude. A vida, como projeto, cabe enquanto sucessão e acumulação de sentidos que são atribuídos às experiências, de modo mais ou menos ativo, de modo mais ou menos auto-evidente (BERGER; LUCKMANN, 2004). Agir é assim atualizar esses sentidos: porque fazer tal ou tal coisa, valorizar algo em detrimento de outra coisa, aproximar-se de alguém e não de outros? À parte da discussão sobre liberdades individuais, entende-se que os sujeitos têm construções de sentido e correlações em seus modos de ver a vida; é a partir desses sentidos e correlações que agem.

Aproximar-se da compreensão de que sentidos e correlações são essas na vida das mulheres estrangeiras acompanhadas aqui fez com que o método da pesquisa, aos poucos, fosse se aproximando do método etnográfico proposto pela antropologia, com as várias ressalvas cabíveis para uma pesquisadora estreante neste universo. Afinal, a antropologia, em geral, e o método etnográfico, mais especificamente, parecem ser, de fato, a disciplina e o campo de conhecimento mais apropriado para um estudo como este, que se propõe a conhecer os modos de vida de algumas

pessoas. Com Goldman (2006), concorda-se que “a antropologia é um dos lugares destinados pela razão ocidental para pensar a diferença ou para explicar racionalmente a razão ou a desrazão dos outros” (p. 163). Ela é um estranhamento (Magnani, 2002), uma surpresa, uma curiosidade sempre reforçada em relação ao outro, afetando-se e transformando-se ao ponto de poder compreender.

O mundo, que não é estático e que permite diversas interpretações, exige que o pesquisador esforce-se para se aproximar das interpretações e sentidos dados à experiência vivida por e pelos participantes de uma pesquisa, tentando o mais possível entender como é a vida sob o ponto de vista daquela pessoa. A proposta é construir uma “(...) versão de versões, uma interpretação de interpretações” (GEERTZ, 1989, apud DESLANDES, 2002, p. 37), ou seja, a partir da interpretação do sujeito sobre sua própria experiência, o pesquisador procura interpretá-la para compreendê-la nos moldes da ciência, dos conhecimentos teóricos já estabelecidos ou inovadores e também de outras fontes de informação. Na presente pesquisa, torna-se então importante esta perspectiva teórica-metodológica, a **etnografia**. Para Clifford Geertz, a etnografia é uma “descrição densa” (1989, p. 7), uma leitura de um texto estranho; ela possui três características essenciais: “Ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o ‘dito’ num tal discurso de sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis” (GEERTZ, 1989, p. 15).

Claude Lévi-Strauss, antropólogo belgo-francês, definiu a etnografia em seu livro *Antropologia Estrutural* como: “(...) a etnografia consiste na observação e na análise dos grupos humanos em sua particularidade (...) e visando à reconstituição, tão fiel quanto possível, da vida de cada um deles;” (LÉVI-STRAUSS, 2003).

Para Lage (2009) está claro, nas pesquisas e nas proposições teóricas de Lévi-Strauss, Geertz e outros que essa observação é justamente “participante”: o pensamento antropológico que se seguiu às invenções do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski salienta que a subjetividade (do observador, do pesquisador) exerce influência sobre o discurso a respeito do grupo – alvo de uma etnografia, e que essa influência não deve ser desconsiderada. Ainda de acordo com Lage (2009),

como esta interpretação em “primeira mão” só é possível aos próprios sujeitos – e não a terceiros, que apenas são capazes de “construir leituras” ou “ficções” ou “interpretações de segunda e terceira mão” (p. 6), já que capta-se apenas parcialmente o ponto de vista do outro, é necessário articular esta compreensão com conceitos criados cientificamente.

Assim, a metodologia desta pesquisa foi pautada nas contribuições da antropologia, e mais especificamente na antropologia urbana, que permeia as relações dos habitantes das cidades com as suas instituições e aglomerações, levando em conta, como diz Goldman (2006), “(...) que o ponto central do empreendimento antropológico é a construção de ‘teorias etnográficas’ que não se confundem nem com as ‘teorias nativas’, nem com possíveis ‘teorias científicas’” (p. 161).

Concorda-se também com Sato e Souza (2001) quando afirmam que a etnografia, sendo um tema caro e fundamental para a antropologia, é palco de inúmeros debates, tanto mais, pode-se dizer, quando invocada por não-antropólogos, como é o caso no presente trabalho e, da mesma forma, no trabalho das autoras citadas. Entende-se por etnografia a busca pela compreensão através da observação participante e acompanhamento cotidiano de grupos sociais e/ou sujeitos individuais, de seus modos de vida, nos contextos onde ela naturalmente acontece (SATO; SOUZA, 2001).

Como a etnografia, método da pesquisa social por excelência, busca entender o mundo pela perspectiva do ‘outro’, daquele que o vive, ela pressupõe, necessariamente, que este mundo não está dado, mas sim aberto às interpretações dos homens e das culturas. “Por esse motivo, essa abordagem demanda, no processo de pesquisa, a compreensão da cultura que estamos estudando, não podendo se dar a partir de procedimentos estandarizados” (idem, 2001, p. 31). A etnografia utiliza métodos e técnicas próprios que devem ser revistos pelo pesquisador à partir dos seus objetivos com a investigação, já que, por definição, a etnografia não pode ser a mesma para todas as situações sociais que se queira estudar. Ela não é, porém, um conjunto de técnicas e procedimentos: é antes um modo de aproximação (Magnani, 2002).

No entanto, o conhecimento acumulado de outras pesquisas de inspiração etnográfica pode ajudar o pesquisador a desenvolver seu modo de compreensão do fenômeno estudado. Para o presente trabalho, por exemplo, do mesmo modo que Oliveira (1999) e que boa parte das pesquisas sociais sobre o assunto das migrações, não se procurou obter nenhum viés quantitativo ou generalizante, muito ao contrário: buscou aprofundar-se em histórias e ações de vida de poucas protagonistas que poderiam dar luz a uma questão cada vez mais em voga no Brasil e no mundo. De acordo com Oliveira (1999), pesquisar é também

(...) saber esperar, ter paciência, evitar os limites da inconsciência, aprender a conviver com o tempo dos entrevistados, alimentar as conversas conforme a receptividade, manter pontualmente os compromissos e procurar não solicitar dos sujeitos o que eles não tem [ainda] como algo já elaborado, no registro de suas consciências (OLIVEIRA, 1999, p. 59).

É poder inteirar-se dos modos de ser do outro, respeitá-los e procurar compreendê-los.

Ressalta-se também o espírito metodológico como proposto por Ferreira (2004) em seu relato de uma pesquisa em uma organização humanitária internacional que prestava assistência em saúde para imigrantes na França:

La construction du regard anthropologique est une démarche commune à tout anthropologue, pour qui le travail d'observation dépend d'un apprentissage du regard qui se tourne vers la réalité pour la transformer en données. (...) Mes descriptions ne sont pas des transcriptions d'enregistrement (ce qui me semblait inadéquat en la circonstance) mais les résultats de mes observations. Elles sont en effet la résultante d'une sélection des situations les plus significatives qui se sont présentés (FERREIRA, 2004, p. 66,67)⁴⁶

⁴⁶ “A construção do olhar antropológico é um ponto de partida comum à todo antropólogo, para quem o trabalho de observação depende de um aprendizado sobre o modo de enxergar a realidade para transformá-la em dados. (...) Minhas descrições não são transcrições de registros (o que me pareceu inadequado dadas as circunstâncias) mas sim resultados de minhas observações. Elas são, com efeito, resultado de uma seleção das situações mais significantes que se apresentaram.” (tradução nossa)

Do mesmo modo, aqui também as descrições e as falas sofreram transversalidades da estratégia adotada para registrá-las, sem perda de significado e sentido.

Assim, como modo de construção desta etnografia, além das entrevistas com as protagonistas optou-se por acompanhar as participantes quando possível em seus espaços na cidade, conhecer seus mapas de São Paulo, seus modos de preencher o tempo, de encontrar dinheiro, comida, afeto e autonomia. Entendeu-se que uma pesquisa sobre a mobilidade e a mudança – a migração – poderia se beneficiar de uma metodologia que levasse este aspecto em consideração, mas que também afirmasse a proposição de que a migração não se encerra quando se chega no novo país ou localidade, muito ao contrário: é aí que ela tem uma parte fundamental de sua definição, pois a migração só existe enquanto relação entre aquele que chega e o local onde é ‘acolhido’ (SAYAD, 1998). Ela é um trânsito, um movimento. Geertz mais uma vez contribui com esse reflexão ao afirmar que a antropologia não estuda as aldeias mas sim *nas aldeias* (1989). *De perto e de dentro*, conforme a proposta de Magnani (2002), em contraponto a análises feitas de fora e de longe; poder compreender os modos de vida na cidade a partir de seus próprios habitantes, de seus jeitos de circular, usar, trabalhar, encontrar, gastar, se divertir, na cidade:

A simples estratégia de acompanhar um desses ‘indivíduos’ em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas, etc. É nesse plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p. 17)

Mas como compreender, com o método etnográfico, os percursos das mulheres estrangeiras em São Paulo? Que elementos de análise podem ser pensados para compreender como se dão os percursos cotidianos na metrópole por essas pessoas que habitam a interface entre a cidadania e a exclusão jurídica?

Magnani (2002) propôs um conjunto de categorias que permitem pensar o método etnográfico nas cidades e que inspiraram as reflexões do presente estudo. São

categorias que contribuem para compreender como os sujeitos habitam as grandes cidades como São Paulo, como identificam e se identificam nos espaços, nos usos que fazem desses territórios e nas pessoas com quem compartilham suas visões da cidade. É possível pensar a cidade em “pedaços”, ou seja, pontos de referência que identificam pessoas ou grupos de pessoas (no caso das mulheres dessa pesquisa, alguns dos “pedaços” eram a Praça da República, a AMA-Sé e áreas da Avenida Rio Branco, como se verá). Pode-se pensar também que há “manchas”, áreas contíguas e mais duradouras no espaço urbano, que contém um maior número de equipamentos, edificações e vias de acesso, tornando esses locais mais identificáveis para os habitantes do lugar. Certas regiões do Brás, por exemplo, podem ser entendidas como “manchas” para os bolivianos em São Paulo: é lá que estão os restaurantes de comida boliviana, os médicos bolivianos que só atendem bolivianos, boa parte das possibilidades de emprego, uma das ONGs que se ocupava da comunidade latina na época da pesquisa, etc.

Magnani propõe também a categoria “trajeto” para pensar os modos de circulação entre os “pedaços” e “manchas” da cidade:

O termo ‘trajeto’ surgiu da necessidade de se categorizar uma forma de uso do espaço que se diferencia, em primeiro lugar, daquele descrito pela categoria ‘pedaço’. Enquanto esta última (...) remete a um território que funciona como ponto de referência – e, no caso da vida no bairro, evoca a permanência de laços de família, vizinhança, origem e outros –, ‘trajeto’ aplica-se a fluxos recorrentes no espaço mais abrangente da cidade e no interior das ‘manchas’ urbanas” (MAGNANI, 2002, p. 23)

Gerhardt (2006), por outro lado, aplica a proposta de compreensão dos percursos urbanos para a análise dos caminhos percorridos por pessoas em situação de pobreza em busca de cuidados de saúde. Ela utiliza a noção de “itinerário terapêutico” fazendo alusão entre o fato de que a procura por cuidados é na verdade um processo e um percurso (e que exatamente esses aspectos devem ser levados em conta) e que esse itinerário, no trabalho da autora, tem uma razão de ser: é uma busca terapêutica, é um percurso necessário para certas e determinadas instituições que, espera-se, possam resolver o problema que aflige os sujeitos. Gerhardt inspirou-se nos trabalhos

de Didier Fassin, principalmente em seu estudo sobre os itinerários percorridos por habitantes de um dos subúrbios de Dakar (Senegal)⁴⁷ em busca de atendimento em saúde.

Dessa forma, partiu-se de uma síntese entre essas duas propostas para que fosse possível pensar um mapa das mulheres na cidade – mapa esse que, como será visto, não indica um percurso único nem necessariamente rotineiro, mas é composto por um conjunto de pontos relevantes para elas que admitem diversas ligações entre si e diferentes níveis de frequência das visitas. Mapas que indicam, ainda, instituições e processos pelos quais elas deveriam passar pelo fato de serem mulheres migrantes estrangeiras em São Paulo.

Essa síntese configura a análise dos **itinerários** para o presente trabalho. Optou-se pelo termo “itinerário” em lugar de “percurso”, “trajeto” ou “caminho” como forma de apreender estas duas referências: a noção de “trajeto”, como a proposta por Magnani (2002), e a noção de “itinerário terapêutico”, salientada por Gerhardt (2006) a partir dos escritos do antropólogo e médico francês Didier Fassin em 1992. Ao longo do trabalho, “caminho” e “percurso” podem ser citados como sinônimos dos “itinerários”. Um “itinerário”, do ponto de vista da migração, é também um modo de falar do percurso da viagem: os vôos e escalas configuram itinerários, os caminhos da justiça a que se devem submeter os imigrantes aqui estudados também são configurados na forma de itinerários: possuem ordens, hierarquias, modos de funcionamento e etapas. A vida na cidade, porém, permite maior fluidez e criatividade nos percursos e nas escolhas dos lugares que se deseja ir, voltar, conhecer, etc. No entanto, para essas mulheres imigrantes, a cidade exigiu alguns procedimentos que, por sua vez, as obrigavam a circular por pontos específicos do espaço da metrópole: Cáritas, Casa de Acolhida, Casa do Mirante, SESC, AMA-Sé, entre outros, foram alguns deles.

⁴⁷ Esse trabalho, intitulado “Pouvoir et maladie en Afrique. Anthropologie sociale dans la banlieu de Dakar”, não foi encontrado no Brasil. No entanto, há uma resenha interessante de Gilles Bibeau (1993) que retoma alguns dos pontos importantes do livro.

Perceber os itinerários percorridos na cidade permite também observar as construções de sociabilidade dos sujeitos: é claro que um motivo freqüente de deslocamento são as pessoas que são conhecidas pela cidade e/ou que se busca conhecer. Este era um motivo freqüente da ida de muitas moradoras da ‘Casa de Mulheres’ à Praça da República e arredores: a possibilidade de encontrar outras egressas do sistema prisional e também conhecer potenciais novos “*namorados*”, ou seja, homens que se interessassem por elas e que estivessem dispostos a dar algum dinheiro em troca de uma noite ou um período de namoro, ou, ainda mais, dispostos a amá-las, conforme citado anteriormente em relação à descrição feita por Anastácia de suas estadas nos arredores da praça. Pessoas conhecidas são também, como era de se esperar, fonte de apoio financeiro e de ajuda para encontrar um trabalho, como ocorre por exemplo com Fernanda e com muitas outras moradoras da Casa, também egressas do sistema prisional, que descobrem uma gráfica a cerca de 15 minutos a pé da casa, cuja proprietária, uma travesti, “*não faz perguntas e dá emprego para nós*”⁴⁸.

Finalmente, os itinerários podem ser analisados a partir do enfoque na construção de **redes de sociabilidade** pelo sujeito. Aqui se entende que o sujeito migrante, ao circular pela cidade, não só o faz com motivações e objetivos mais ou menos específicos, como será visto, mas também sob influência das possibilidades oferecidas por suas redes de sociabilidade. Sluzki (1997) é um dos vários autores que salienta a importância das redes de sociabilidade para o bem-estar e a construção da vida dos sujeitos: para ele, indo além do contexto socio-cultural de uma pessoa, a rede social “(...) pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 41, 42)

Entre os percalços enfrentados por essa pesquisa, um deles foi a perda do contato com Annie e seus filhos em um determinado momento. Foi através de Kate que foi possível conseguir novamente o número de telefone de Annie: elas haviam se

⁴⁸ Para Fernanda, este emprego também foi fonte da construção de novas redes, como será visto a seguir.

encontrado no centro da cidade e conversado sobre a pesquisa e a pesquisadora, e Kate alertou-a de que eu a procurava. Foi também por conta de Kate, em um domingo, que foi possível conhecer Hortência e seu marido: Kate, querendo mostrar sua igreja à pesquisadora, aproveitou-se da situação para apresentar a pesquisadora ao padre, sabendo que este poderia, e ela tinha razão, convidar-nos para almoçar na outra casa-abrigo para estrangeiros, da qual ele tomava conta (a Casa do Migrante). Foi assim que, ao entrarmos na Casa, ele nos apresentou o casal recém-chegado. Em outros momentos da pesquisa Kate e os dois se cruzaram pelos espaços de circulação de estrangeiros, notadamente o SESC-Carmo e a Cáritas.

É Fernanda quem oferece mais um exemplo interessante sobre a construção das redes de sociabilidade: ao chegar na Casa de Mulheres, ela decide encontrar um emprego rapidamente (pois ficar na casa sem trabalhar ou sem estar doente significava “*trabalhar de graça*”, ou seja, cumprir a escala de ora ajudar na cozinha, ora na limpeza). Sua primeira ação é conhecer a região da Rua 25 de Março, pois ela já havia tomado conhecimento de que era um local de forte presença de imigrantes de origem árabe, como ela. No entanto, após trabalhar em dois restaurantes cujos proprietários eram sírios, ela logo desiste, dizendo: “*Esses aí, só porque sabem do meu país, acham que podem me tratar do jeito que eles querem. Eu vou procurar trabalho em um lugar onde ninguém me conheça*”.

Por outro lado, ao falar sobre sociabilidade com base nas histórias de vida dessas mulheres, vale retomar a advertência da antropóloga britânica Marilyn Starthern (1999): a noção de que ‘se relacionar’, ter uma ‘boa relação social’, seja algo necessariamente bom não se verifica sempre na análise das experiências de vida das pessoas. Às vezes, o bom é não se relacionar, ou mesmo brigar, sair, terminar. Para Kate, por exemplo, foi um grande alívio poder ter sua casa e escolher com quem se relacionar, ao invés de “*ser obrigada a conviver com estas criminosas*” durante o período em que ficou abrigada na ‘Casa de Mulheres’; para Fernanda, expulsa da mesma Casa após a conclusão de seu pós-operatório da cirurgia plástica que realizou com o dinheiro que ganhou na prisão, também foi um grande alívio não precisar mais encontrar algumas das moradoras. A análise sobre as redes de sociabilidade precisou comportar, então, estas considerações.

A compreensão dos itinerários percorridos na cidade por essas mulheres enquanto ponto-chave da etnografia proposta aqui possibilita, dessa forma, compreender os modos de vida e as produções de sentido que essas mulheres atribuem a si, à situação que estão vivendo e aos seus projetos de futuro. Em seguida será apresentado, com mais detalhes, o percurso e o contexto da presente pesquisa.

2.1 PONTO DE PARTIDA: A “CASA DE MULHERES”

A casa de onde partiu esta pesquisa foi nomeada pelas protagonistas como “*Casa das Mulheres*”. Diferente da maior casa-abrigo para estrangeiros na cidade – a Casa do Migrante, mencionada anteriormente, objeto de vários trabalhos científicos (SANTANA; LOTUFO NETO, 2003; CINTRA; MACUL, 2006; CARAGINATO; ROSA; BERTA, 2009; ROSA et al., 2009) – esta outra casa era na verdade menor, um antigo abrigo de mulheres moradoras de rua, que em 2006 foi transformada em uma casa-abrigo para mulheres estrangeiras e seus filhos. Assim ela foi descrita pelas duas assistentes sociais da Associação Palotina, mantenedora da Casa:

A Associação começa no século XIX na Itália com Vicente Palotti acolhendo mulheres que iam se casar e não tinham dinheiro. Hoje está presente no mundo todo. A Associação está no Brasil desde os anos 70, principalmente em projetos de educação (escolas) e funciona por meio de grupos regionais, que têm coordenações locais. A Casa é um dos projetos, que antes era um abrigo para moradoras de rua e que depois fechou e foi decidido que seria para mulheres estrangeiras. A proposta é dar educação e atendimento, não é defesa de direitos, por isso elas não tem advogados. (Relato extraído do Diário de Campo, 28/07/2010).

Vê-se então um dos principais pontos de identificação do local: um abrigo para mulheres e crianças cujo nome-fantasia utilizado aqui era o que as próprias mulheres usavam. A instituição denominava-se “Casa de Acolhida”, definição que tem

implicações interessantes na compreensão das relações estabelecidas lá. Seu lema: “A caridade de Cristo nos impulsiona: Acolher – Educar – Formar”.⁴⁹

A casa, um bonito imóvel do início do século XX no bairro do Cambuci, tinha quartos nos andares térreo e no subsolo, uma sala de estar com uma televisão e computadores (que no início da pesquisa não funcionavam, mas depois foram consertados e possibilitavam o acesso, mesmo que lento, à internet), uma cozinha grande, um refeitório para as moradoras e outro para as funcionárias, uma lavanderia e uma pequena capela que não estava em funcionamento no momento da pesquisa. Os quarto são de uso individual quando possível mas o uso de todos os outros ambientes da casa é coletivo, salvo o refeitório e o banheiro exclusivo das funcionárias.

A casa é gerida pela Associação Palotina, uma congregação católica baseada nos ensinamentos de São Vicente Palotti, italiano que dedicou sua vida a cuidar de mulheres carentes, conforme as assistentes sociais da Associação explicaram. Além desta casa, as irmãs que comandam a congregação possuem outros projetos sociais, como uma creche no Tatuapé, e também colégios, localizados em vários pontos do país, de onde vêm a sua principal fonte de renda, de acordo com o relato das assistentes sociais.

A equipe de funcionárias da Casa, na época da pesquisa, consistia em educadoras que se revezam nos períodos diurno e noturno, uma auxiliar de limpeza, uma secretária, uma cozinheira e a diretora da instituição. O papel das educadoras era o de acompanhar as mulheres no que for necessário; o da auxiliar de limpeza era o de garantir que a moradora designada para a limpeza do dia estava trabalhando bem, assim como de garantir que fosse feita a limpeza dos principais espaços da Casa e garantir que as moradoras estivessem cuidando da limpeza de seus quartos; a cozinheira também trabalhava junto com uma ou duas moradoras designadas a cada dia para auxiliarem com o preparo do almoço e a limpeza posterior da cozinha e dos utensílios; a secretária controlava a entrada e saída de moradoras da Casa, bem como

⁴⁹ Texto extraído do folheto de divulgação da casa.

dos visitantes; a diretora, enfim, era a responsável pela gerência das atividades, pela supervisão das contas e do orçamento e pela entrevista inicial e também quando do desligamento das moradoras.

A rotina do espaço era dada pela tão falada ‘escala’, ou seja, pela alocação das moradoras nas tarefas de cozinha e limpeza da Casa. Esta ‘escala’ era frequente motivo de brigas entre as moradoras e entre moradoras e funcionárias. Para as primeiras, havia sempre uma queixa de que elas trabalhavam demais (“*e de graça*”, como diziam), faziam o serviço por outras mulheres que sempre davam um jeito de não estar durante o dia na Casa e faziam o serviço inclusive das próprias funcionárias; já para estas, as moradoras eram pouco conscientes das benesses que estavam ganhando e “*só reclamam*”, não percebendo a ajuda que lhes era oferecida. Este ponto será retomado na análise dos itinerários, já que este tipo de relacionamento entre aquele que ajuda e aquele que é visto como necessitado é fundamental para a compreensão de algumas decisões das participantes em relação às suas vidas em São Paulo.

Os contatos com as entrevistadas foram feitos sempre com o consentimento delas, que participaram inclusive da escolha de seus nomes para a pesquisa e de algumas modificações de seus dados biográficos, com vistas a permitir a confidencialidade e o sigilo sobre suas histórias. A confidencialidade mostrou-se bastante importante ao longo das conversas. Em algumas situações, os diálogos eram feitas em outros idiomas (inglês, francês e espanhol), fato que serviu inclusive como elemento de aproximação inicial da pesquisadora com as mulheres. Os encontros eram marcados de um dia para o outro, ou de uma semana para a outra, pessoalmente ou pelo celular (instrumento bastante utilizado por elas) ou até mesmo por email. Com vistas a não atrapalhar ou ‘esfriar’ os relatos, optou-se por não tomar nota do que era dito na frente delas: isto foi feito em seguida, constituindo-se um ‘Diário de Campo’ que se tornou instrumento para as análises realizadas a seguir, do mesmo modo e pelas mesmas razões afirmadas por exemplo por Ferreira (2004), ao descrever certas decisões metodológicas de seu trabalho realizado em uma organização não-governamental que prestava assistência à saúde de estrangeiros na França. Pretendeu-se, seguindo com Oliveira (1999), ter em mente que estas pessoas “(...) são

portadoras de um saber não codificado, tecido nos fios da experiência vivida e, por isso, múltiplo e infinito. Não são lições de casa: são lições de vida” (p. 266).

Vale ressaltar que, além de conhecer *in loco* seus itinerários na cidade, também houve uma preocupação em conhecer suas histórias anteriores, suas explicações sobre si mesmas, suas lembranças, memórias e descrições dos locais e pessoas que, por diferentes motivos, não poderiam ser conhecidos concretamente. É mais uma vez Ecléa Bosi (2004) quem reforça, com a ajuda de Maurice Merleau-Ponty, que ‘lembrar’ é agir no futuro do passado, é presentificar, então, uma história anterior recheada e baseada nos elementos presentes e, também futuros. Cabem aqui também as considerações de Goldman (2006), ao retomar a importância e a forma da observação participante, método por excelência da antropologia e que influenciou a abordagem desta pesquisa: há aqui um esforço por “(...) captar as ações e discursos em ato (...)” (p. 170), muito mais do que tentar ou pretender tornar-se uma delas, entender por elas, entender sobre elas.

Se a característica fundamental da antropologia é estudar as experiências humanas a partir de uma experiência pessoal (ou seja, participar, estar junto, não só ouvir sobre mas também ver, sentir, perceber, com-partilhar, os acontecimentos) aqui se buscou fazer isso por meio, em primeiro lugar, das visitas à Casa, em horários e dias diferentes e, em seguida, dos passeios pela cidade.

Esta instituição delimitava seus sujeitos-objetos de ajuda pelo gênero – era uma Casa de Mulheres. Este elemento – a existência de uma diferença explícita de gênero nos modelos institucionais de acolhimento a estrangeiros na cidade – foi um dos fatores que contribuíram para a opção feita nessa pesquisa pelo estudo das mulheres. Concorda-se com Oliveira (2011) que diz que as mulheres parecem ‘chamar mais a atenção’ das instituições e das lógicas de assistência, enquanto, por exemplo, a maioria dos solicitantes de refúgio e refugiados é formada por homens jovens, de acordo com a autora. As mulheres parecem ser mais apropriadas para o discurso da compaixão, da caridade e da piedade, que podem ser ouvidos nos relatos institucionais. Como visto, as mulheres estrangeiras parecem ser também uma opção preferencial para os traficantes internacionais de drogas. O Centro Scalabriniano de

Estudos Migratórios (CSEM), um outro braço institucional da Congregação Scalabriniana que optou por lidar com questões migratórias, afirma, em editorial de novembro de 2011, que parece haver um aumento quantitativo no número de mulheres migrantes (tanto as que saem do Brasil quanto as mulheres que migram para cá e ao redor do mundo) e que a migração feminina parece conter algumas elementos recorrentes: a procura por uma melhor qualidade de vida e portanto, por trabalho e por mais recursos financeiros; e a busca por uma certa ‘independência’, um modo de viver diferente do que lhes era possível em seus países de origem (CSEM, 2011).

Assim, optou-se aqui por procurar compreender os modos de vida de mulheres estrangeiras em São Paulo.

2.2 ETAPAS DO CONTATO COM A INSTITUIÇÃO DE ABRIGO A ESTRANGEIRAS

Em maio de 2010 foi feita a primeira reunião na ‘Casa de Mulheres’, com o objetivo de apresentar à direção da instituição a proposta da pesquisa. Nesta altura, imaginava-se ainda pesquisar sobretudo as mulheres refugiadas e, logo de início, percebeu-se que a Casa, que abrigava por volta de 35 pessoas naquela época, tinha cerca de metade das moradoras que eram egressas do sistema prisional, e não solicitantes de refúgio (nem refugiadas propriamente ditas).

Com a aprovação da pesquisa pela direção da instituição, iniciou-se uma etapa de observação do local e de suas protagonistas, sem ainda o contato direto com as moradoras. Esta etapa cumpria a solicitação da própria direção da instituição, que preferia que a abordagem às moradoras fosse feita “*depois delas adquirirem*

confiança” (fala comum à direção e às educadoras). Assim, sucessivas visitas foram feitas, vários almoços foram partilhados com a equipe de funcionárias e com as moradoras e foi possível também estar na casa em um final de semana, devido ao aniversário de quatro anos de seu funcionamento e também, no ano seguinte, quando do aniversário de cinco anos da Casa.

Ao longo dos contatos com a Casa diversos elementos da relação e da compreensão da instituição em relação às moradoras foram ficando evidentes, também a partir das relações estabelecidas com a pesquisadora. Regras deveriam ser obedecidas, não era permitido visitar a Casa fora do horário comercial ou nos finais de semana, fazia-se necessário informar a direção da visita todas as vezes. Seria a pesquisadora mais uma ‘mulher indesejada’ ou uma ‘mulher errante’, flertando com o proibido?

2.3 CONTATO COM AS MORADORAS

O contato com as moradoras foi sendo estabelecido aos poucos, principalmente após a aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública e, sobretudo, da confiança que a instituição gradualmente estabeleceu com a pesquisadora, mesmo que sempre de um modo muito sutil⁵⁰.

A grande dificuldade, que ilustra essa análise, era que a maioria das mulheres passava o maior tempo possível fora da Casa, seja trabalhando, seja estudando, seja em outros locais que elas preferiam nem sempre relatar. Assim, para a pesquisadora, estar na Casa apenas no horário permitido (das 9hs as 17hs, de segunda a sexta-feira)

⁵⁰ Curiosamente, quando a pesquisa de campo já estava encerrada, a Casa pediu permissão para usar uma foto da pesquisadora junto com algumas das crianças que moravam lá para um calendário que a instituição fez para distribuir para apoiadores.

significava geralmente encontrar menos pessoas, aquelas que por alguma razão não tinham conseguido trabalho e/ou que estavam doentes, ou que naquele dia estavam de folga.

O contato inicial com algumas delas foi muitas vezes ‘reassegurado’ pelas funcionárias da Casa como permeado por “*uma grande insegurança e desconfiança*” que as moradoras, segundo as funcionárias, sentiam com estranhos. Esta desconfiança, num determinado episódio, partiu das funcionárias para com a pesquisadora, e não das moradoras para com a pesquisadora. Foi nesse mesmo episódio, relatado a seguir, que se iniciou uma relação com algumas das mulheres que acabaram por serem escolhidas/escolhendo-se para esta pesquisa.

Seguindo o procedimento definido pela direção da Casa, para a pesquisa começar era necessário marcar uma reunião com as moradoras e funcionárias da Casa, quando a pesquisadora e a pesquisa seriam apresentadas. Esta reunião foi marcada aproveitando-se de um momento onde também estariam presentes na Casa as duas assistentes sociais da Congregação Palotina, que desejavam entrevistar as moradoras à fim de obter mais dados sobre elas.

No entanto, neste dia a pesquisadora atrasou-se por cerca de 30 minutos e, ao chegar, as funcionárias do turno da noite informaram que não era permitido interromper a reunião, que já havia começado: não seria possível entrar. Com desaponto, a opção foi esperar na sala de estar da Casa até final da reunião e então conversar com as mulheres e com as assistentes sociais, que ainda não eram conhecidas pela pesquisadora, proposta que foi aceita pelas funcionárias da noite. Para grande surpresa, na sala estavam também cinco crianças, que não puderam participar da reunião e estavam sendo “cuidadas” por uma das educadoras. Foi então, por meio do contato com as crianças, que foi aos poucos sendo possível chegar até as mães.

Este episódio gerou também um encontro no escritório da Congregação Palotina, no bairro do Tatuapé, entre a pesquisadora e as duas assistentes sociais que coordenaram a reunião na Casa naquela noite. Este encontro, solicitado pela pesquisadora a fim de poder explicar melhor seu trabalho e evitar futuras desconfianças, terminou por ser

muito produtivo pois permitiu compreender melhor o modo de funcionamento da instituição.

A ‘escolha’, então, das participantes da pesquisa, seguindo-se a esse episódio, foi feita aos poucos e devido a diferentes contingências: essas cinco protagonistas eram mulheres que estiveram de alguma forma disponíveis para o contato e que aceitaram a proposta da pesquisadora, que também interessou-se por suas histórias talvez em detrimento de outras, talvez movida pela riqueza de suas trajetórias.

2.4 ACOMPANHAMENTO DAS MORADORAS PELA CIDADE (DENTRO E FORA DAS CASAS)

O acompanhamento das moradoras pela cidade foi a mais importante e mais trabalhosa fase da pesquisa. Consistiu no objeto principal do trabalho, ou seja, compreender os itinerários percorridos por elas na cidade, seja participando deles, seja pelos relatos. Durou cerca de seis meses, com encontros periódicos que não marcados sempre com antecedência e sim conforme os acontecimentos iam se dando. Para algumas das mulheres, era muito difícil marcar encontros, pois elas ‘esqueciam’, saíam, estavam sempre muito ocupadas, como era o caso de Annie, que chega a ‘sumir’ no final da pesquisa; para outras, o celular sempre funcionava muito bem e à medida dos acontecimentos e dos percursos na cidade, os encontros iam se dando, como para Fernanda e para Kate.

Aos poucos, quando o contato com algumas moradoras foi sendo estabelecido, criou-se uma estratégia de acompanhamento com cada uma delas: para algumas, essa idéia foi logo aceita e acordada, pois era na verdade um alívio poder ter alguém com quem ir e vir, como foi o caso de Fernanda; para outras, a proposta encaixou-se

perfeitamente em suas necessidades, como com Kate, que pediu ajuda para levar sua mudança para a casa nova, que alugou no centro da cidade. Para outras, as saídas eram condicionadas às atividades dos filhos, como para Miriam e Annie, e foram mais raras. Finalmente, para Hortência, que não era moradora da Casa, as saídas muitas vezes incluíram seu marido.

A pesquisa então significou acompanhá-las às vezes durante um dia inteiro, outras vezes por algumas horas, ou ainda aos sábados e domingos, com outras pessoas, ajudando a cuidar dos filhos, servindo de intérprete ou mesmo de ‘guia’ da cidade. Os locais necessários e importantes visitados foram desde casas (delas e de amigos), igrejas, postos de saúde, até cirurgias plásticas, fórum criminal, penitenciária, centro cultural, shopping, parques e consulado. Significou muitas vezes ter a ‘sorte’ de encontrá-las nos arredores de suas casas, nas ruas da região central da cidade, ou por meio de outras mulheres estrangeiras, que já conheciam a pesquisadora e sabiam do objetivo da pesquisa. Significou também percorrer juntas os itinerários delas, a pé, de ônibus ou de metrô, ou simplesmente só falar deles quando as visitas não eram possíveis ou desejadas.

As narrativas – os modos como contavam suas histórias – foram sendo apreendidas nessas várias conversas. Para evitar uma grande diferença nas conversas, no entanto, usou-se como base um conjunto de perguntas pré-elaborado pela pesquisadora que, apesar de ter sido modificado ao longo do trabalho de campo, foi consultado ao longo da pesquisa.

2.5 ANÁLISE DOS RELATOS E ITINERÁRIOS

Por fim, passou-se à análise propriamente dita dos achados no campo fundamentada com conceitos eleitos por sua relevância para o tema e problema de pesquisa. As

informações obtidas e anotadas no Diário de Campo foram relidas e analisadas entre si e as diferentes fontes de dados descritivos foram então transformadas em núcleos, que foram aglutinados e analisados a partir de seus significados, juntamente com os mapas criados a partir dos caminhos percorridos pelas mulheres na cidade. Como diz Lage (2009), procurou-se pensar de acordo com a seguinte ordem: em primeiro lugar, fazer uma análise documental e estatística do modo de organização do grupo e de sua forma cultural. Em segundo lugar, procurou-se apreender as nuances cotidianas, os hábitos e os modos de vida desta comunidade, o que só pode ser feito através de observações detalhadas, minuciosas e que envolvem um acompanhamento contínuo do grupo. Em terceiro lugar, finalmente, procuraram-se narrativas e relatos dos protagonistas do grupo – seu ‘espírito’ – que levassem a uma compreensão de sua visão de mundo. Esta metodologia possibilitou uma interpretação do discurso, ou um aprofundamento dos seus significados, entendendo o discurso conforme Souza e Czeresnia (2007): “os discursos são constitutivos de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças” (p. 533).

A análise dos itinerários permitiu então a construção de mapas dos deslocamentos das mulheres na cidade, que serão apresentados a seguir, junto com seus relatos.

Assim, no próximo capítulo serão examinadas mais detalhadamente as histórias e percursos migratórios das cinco protagonistas deste estudo para então chegar-se à análise e compreensão dos relatos e percursos observados nessa pesquisa.

3 OS ITINERÁRIOS: MODOS DE ESTAR E VIVER NA CIDADE

Este capítulo tem o objetivo de apresentar, com mais detalhes, as histórias de vida e os elementos marcantes do discurso e dos percursos das cinco protagonistas, seus companheiros mais próximos e outras pessoas ou instituições importantes para elas na cidade de São Paulo. As narrativas serão complementadas por mapas de seus deslocamentos na cidade, inter-relacionadas e discutidas junto com as principais categorias de análise que emergiram desta reflexão, neste e no próximo capítulo. Os mapas são apresentados após cada trecho individual dedicado a cada uma das protagonistas como forma de explicitar seus itinerários na cidade.

Os mapas foram construídos a partir de algumas premissas e alguns cuidados: pareceu-nos importante ilustrar, no espaço maior da cidade, os bairros e as regiões pelas quais elas circulavam; ao mesmo tempo, foi fundamental preservar a identidade de cada uma das protagonistas, não informando, assim, os endereços exatos por onde elas andavam. Esse foi um pedido explícito de quase todas as mulheres. Dessa forma, para cada uma das mulheres, há um mapa, cuja base é a mesma: uma ilustração do mapa da região central, da região leste e de parte das zonas sudoeste, norte e oeste, pontuados pelos locais que elas mais visitavam e/ou que foram significativos ao longo da pesquisa de campo. Esses locais são indicados por números em ordem crescente aleatória; os locais correspondentes a esses números estão descritos nos mapas, também de modo a, ao mesmo tempo, oferecer elementos para identificar que local era aquele, sem possibilitar identificar as mulheres. Por exemplo, os locais de trabalho são nomeados como “Trabalho 1”, “Trabalho 2”; os passeios com as crianças, do mesmo modo: “Passeio com o filho 1”, “Passeio com o filho 2”. Os locais são melhor definidos ao longo dos textos e nos quadros que se seguem a cada mapa.

Conforme ressaltado na metodologia deste trabalho, as histórias destas mulheres foram apreendidas durante a pesquisa de campo: caracterizando-se por uma observação etnográfica e participante, elaborada na forma de uma estratégia de diálogo, acompanhamento e conversas, evitando-se um modelo pré-estabelecido de perguntas a serem feitas. Assim como os acontecimentos da cidade, essa proposta de pesquisa enfrentou uma certa imprevisibilidade. Não há dúvida, então, que o que se pôde saber sobre as mulheres foi um pouco diferente em cada caso. Assim, espera-se também poder apontar nos relatos certos ‘furos’ ou ‘omissões’ de informação, pois entende-se que, em certas situações, os silêncios também poderiam ser compreendidos. Nos anexos dessa dissertação pode-se encontrar um roteiro básico de perguntas e elementos que orientaram parte das informações e conversas que foram feitas com as participantes. Houve nesse capítulo a preocupação em poder conectar aparentes ‘faltas’ ou ‘falhas’ de informação com alguns discursos delas próprias e de instituições por onde circulam, que as denominam como ‘desconfiadas’, ‘mentirosas’, ‘difíceis de se abrirem’. Afinal, a serviço de que estaria isso?

Mais uma vez contribuindo com a construção de uma pesquisa social, como a esta, Ecléa Boasi adverte o pesquisador desta área: “Veremos que a mobilidade espacial [dos protagonistas de uma pesquisa] tem relação com a afetiva, e que há defasagens entre a ordenação interna do relato e a sequência dos acontecimentos. E há passagens borradas de difícil restauração. **Mas, em geral, uma intenção configura a narrativa, orienta seu fluir dinâmico** [o destaque é nosso]” (BOSI, 2004, p. 63). A intenção foi tentar apreender seus percursos na cidade e as maneiras pelas quais estes percursos estariam correlacionados com a construção de (novos) modos de vida nesta mesma cidade.

Conforme já foi dito, a aproximação com as protagonistas se deu aos poucos e, no caso de Miriam, Annie e mesmo Kate, a presença das crianças (e a possibilidade de interação com elas por meio de gibis, brincadeiras e conversas) facilitou o contato com as adultas. Em todos os primeiros contatos, houve uma mediação, seja de outras pessoas tais como as crianças em relação às mães, ou como Kate com relação à

Hortência, ou até de acontecimentos inesperados, como o encontro com Fernanda em seus primeiros dias na Casa ou um encontro na Avenida Liberdade com Hortência e seu marido.

A cidade, então, foi muito mais do que o ‘pano de fundo’ das conversas e encontros: foi uma outra protagonista, concretizando narrativas, vivências e possibilidades.

Assim, a proposta da pesquisa, produzida e delimitada em campo, durante os primeiros meses de contato com a Casa, com suas moradoras e com os bairros por onde elas circulavam, foi sendo apresentada ao longo dos encontros com as mulheres. Foi apresentada durante as conversas, aos poucos, de forma que as cinco protagonistas são as que quiseram, puderam e aceitaram participar, compartilhando assim parte de suas vidas com a pesquisadora.

3.1 MIRIAM E HENRIQUE: DA SIMPLICIDADE E DA CONFUSÃO

Miriam chega ao Brasil em 2000. Sua história de emigração, assim como sua história pessoal anterior – de sua infância - foi relatada em diferentes encontros e situações, sempre um pouco ‘entrecortada’ e de certa forma ‘confusa’. Era difícil estabelecer em seu discurso uma escala de importância e uma cronologia dos acontecimentos. As histórias eram desveladas aos poucos, com alguns pontos que foram repetidos muitas vezes e outros que não foram nem sequer tocados. É claro que as correlações entre temporalidade e memória, sobretudo entre temporalidade cronológica e memória, não são simples. Mesmo considerando possíveis enganos na técnica de entrevista aberta empregada, o discurso de Miriam chamava a atenção pela dificuldade de se compreender seu tempo, a duração e a intensidade dos fatos por ela relatados.

Logo no primeiro encontro com ela, em 11/09/10, passamos mais de uma hora conversando sobre seus antigos empregos e suas frustrações e até mesmo sobre a raiva que sentia de seus patrões que, conforme seu relato, não haviam pago o que lhe prometeram. Nesta época havia acabado de chegar à Casa e estava desempregada e com dívidas, segundo ela motivos suficientes para solicitar a ajuda temporária da Casa, pois pretendia conseguir um novo emprego e ter dinheiro suficiente para alugar um outro local para morar com seu filho. Como se verá, a Casa é frequentemente vista como um local de passagem quase que ‘forçada’, quase como uma ‘perda de batalha’, ou um ‘mal necessário’, por algumas das moradoras. Para a instituição, no entanto, a Casa deve ser um local de passagem sim, mas que deve ser valorizado e agradecido o tempo todo pelas moradoras.

Assim, a aparente ‘confusão’ na narrativa de Miriam parecia compactuar com a aparente ‘errância’ de seus caminhos em São Paulo. Ao longo dos anos em São Paulo e no tempo em que convivemos, no entanto, Miriam conseguiu encontrar soluções de moradia, emprego e dinheiro, sempre se usando de suas redes de relacionamento e das instituições de apoio a estrangeiros que conheceu. Então, o que à primeira vista poderiam parecer ‘caminhos desconexos’ terminavam por conter muito mais lógica e eficácia para ela.

No segundo encontro que tivemos (23/09/10), Miriam retoma o assunto de seus trabalhos anteriores e sua angústia pelas dívidas que contraiu por causa disso. Ao mesmo tempo, seu filho Henrique conta de seus super-heróis favoritos, de suas brincadeiras na escola e na Casa. Henrique, vale ressaltar, sempre esteve muito alegre e obediente à mãe, aparentando ser uma criança feliz e educada.

Nos próximos encontros Miriam conta que tem 33 anos, nasceu e viveu na Bolívia, a maior parte do tempo em La Paz, com seus tios, por muitos anos sem saber notícias de sua mãe. O irmão e uma irmã moravam com o pai. Estes tios eram muito rígidos com Miriam e ela não gostava disso. Quando já tinha cerca de 20 anos ela soube que quando sua mãe estava grávida dela, seu pai, que bebia, se envolveu em uma briga

com o próprio irmão e, no meio da confusão, sua mãe acabou machucada de forma séria na cabeça. Em decorrência disso, no parto de Miriam, sua mãe teve uma hemorragia grave na cabeça e faleceu em decorrência disso. Miriam só soube desta história por sua tia muito depois, pois esta tia receava que Miriam se chateasse muito – o que de fato aconteceu.

Quando cresceu, Miriam resolveu sair da casa dos tios. Conta que sofria abusos deste tio e de vizinhos, mas não entra em detalhes, e foi para o interior da Bolívia, pois, além de não conhecer muito sobre suas origens, ela também não tinha seus documentos com ela, detidos pela tia. Encontrou seu pai, que morava no interior, e com ele conseguiu tirar seus documentos e resolver uma dúvida que recaía sobre seu nome – para sua tia era escrito com final “n” (“Mirian”), para seu pai com final “m” (“Miriam”), grafia que ela adotou. Ela ficou pouco na casa do pai, pois este também abusou dela. Na mesma cidade, ela encontrou trabalho como empregada doméstica na casa de uma advogada peruana, que finalmente a auxilia a tirar seus documentos. Essa patroa resolveu voltar ao Peru mas os tios de Miriam não permitem que ela vá junto como desejava. Em um hotel de outra peruana, ela começa a trabalhar como arrumadeira, e essa nova patroa era proprietária também de um hotel em São Paulo e convida Miriam para vir junto, e ela aceita, só avisando os tios quando chega aqui. Atravessa a fronteira de ônibus, sem enfrentar grandes problemas, e desde então, não voltou mais à Bolívia e nem seus tios vieram ao Brasil, mas ela conta manter um contato eventual com eles.

São Paulo foi resumida, nesses primeiros meses que ela passa na cidade, ao ambiente de trabalho – onde ela também morava – e aos poucos aos bairros da República, Brás e Bom Retiro.

Porém, conforme relata, como com outros padrões posteriores, essa empregadora dona do hotel praticamente a escravizou em São Paulo, não permitindo que Miriam sair de casa com a frequência que ela desejava. Um dia, porém, ela saiu da casa desta patroa, na Barra Funda, e foi até a Praça da República e lá encontrou uma outra

peruana vendendo coisas na rua, com quem iniciou uma conversar. Essa moça contou-lhe onde ficava a Igreja Batista em São Paulo (uma das sedes da igreja, na Liberdade) e Miriam decidiu ir até o local. Ela acabou conhecendo ali muitos outros bolivianos e peruanos, fazendo amigos e até um namorado, este brasileiro.

A partir desse episódio, Miriam sai deste primeiro emprego em São Paulo e vai mudando de casas e de trabalho de acordo com indicações e apoio dos amigos e conhecidos. Ela chega a morar um período em Minas Gerais, com o namorado brasileiro, que viria a se tornar o pai de Henrique, e a família dele. O relacionamento dos dois não deu certo e eles se separaram quando Henrique era bem pequeno, e há quase três anos não se encontram mais.

Já de volta em São Paulo, depois desta separação, Miriam chega a trabalhar algum tempo em confecções no Bom Retiro, época em que Henrique era pequeno (hoje ele tem 6 anos) e diz que ela e seu filho tem problemas de rinite alérgica por conta do pó de tecido que inalaram à revelia neste emprego. É nessa época também que ela consegue no Hospital São Paulo fazer uma cirurgia para um problema que tinhamos ouvidos, contando com o apoio de uma conhecida da igreja.

Conta que teve muitos problemas para receber os pagamentos em alguns empregos (fato que ela repete muitas vezes, sem especificar direito que tipo de problemas), contraiu dívidas e acabou descobrindo a existência da ‘Casa de Mulheres’ por uma amiga de uma conhecida, e diz que resolveu ficar lá até conseguir pagar tudo o que deve, e então procurar uma casa para ela e Henrique. Miriam ficou, de modo geral, contente com o modo de funcionamento da Casa, bem como com seus trabalhos de faxineira na AMA⁵¹ da região central e em um prédio da Bela Vista, dizendo que não precisa de muito mais para viver, e acredita que Deus sempre irá ajudá-la, como veio fazendo ao longo de sua vida.

⁵¹ Sigla de “Atendimento Médico Ambulatorial”, equipamento de saúde de São Paulo.

Miriam e seu filho são também um exemplo das exceções possíveis na ‘Casa de Mulheres’. Teoricamente eles não se encaixam nos critérios atuais estabelecidos pela instituição, ou seja, ser solicitante de refúgio ou egressa do sistema prisional. Na verdade, inclusive na época em que chegou na Casa Miriam já tinha documentos brasileiros, pois foi anistiada em 2009, e Henrique já os possuía desde o nascimento, já que seu pai é brasileiro (na época do nascimento do filho ela não viu necessidade de casar com o namorado e/ou pedir a nacionalidade brasileira também). Por outro lado, antes de decidir-se por acolher mulheres estrangeiras solicitantes de refúgio ou egressas do sistema prisional, a Casa atendia mulheres moradoras de rua e em ‘situação de risco social’, o que poderia explicar, em parte, a exceção concedida à Miriam e, talvez, o fato de ela mesma ser uma das poucas moradoras que não criticavam duramente o modo de funcionamento da Casa. Mesmo sendo grata à Casa, ela tinha, no entanto, certo rancor com relação ao modo como a ‘escala’ era montada e à atitude desleixada e preguiçosa de algumas das moradoras (e funcionárias). Miriam trabalhava todos os dias da semana e também aos sábados, e no domingo frequentemente deveria cumprir alguma tarefa dentro da Casa, pois era o único dia que tinha livre. No entanto, algumas vezes ela conseguia sair e passear, como fez com a pesquisadora durante alguns domingos. Um deles, descrito abaixo, foi um passeio no dia 24/01/11, na emenda do feriado de 25/01/11 – portanto, um de seus poucos dias de folga - , em que ela convidou a pesquisadora a ir junto:

Chego na rua da Casa e encontro Fernanda na rua. Ela tinha saído em busca de uma loção pós-sol, pois havia ido à praia com amigas do curso de cabeleireia e estava com queimaduras de sol. Conversamos um pouco e chamamos a educadora de plantão para abrir a porta, pois o portão estava quebrado de novo, e ela logo diz que Miriam ainda não estava pronta. Tive que entrar e disse que ficaria esperando no jardim (pois eu já havia sido avisada pela diretora que não poderia ir à Casa fora do horário comercial, e nem aos finais de semana e feriados e não queria ser mais uma a quebrar as regras). Logo Henrique chegou e me deu um danoninho, como que me agradecendo pela visita, ou então me distraíndo enquanto eu esperava a mãe dele para sairmos.

Miriam chegou acompanhada de Anastácia (uma mulher de nacionalidade grega, que falava muito pouco inglês, e que tinha acabado de sair da prisão por tráfico de drogas), Ela logo disse que tinha comentado com Anastácia que íamos sair e quis trazê-la junto, pois ela estava muito chateada e estava tomando remédios

controlados para depressão (depois Anastácia contou que estava sendo acompanhada por um médico da UBS Nossa Senhora do Brasil), e Miriam estava com pena dela. Sugeriu a elas que fôssemos a algum lugar que elas costumavam ir, e Miriam sugeriu o Parque da Luz. Depois ela disse que Henrique talvez quisesse ir ao zoológico, ou a algum lugar que desse para ver bichos, e eu comentei que teríamos que descobrir como chega, pois eu não sabia (pensei que ela talvez esperasse que eu pudesse levá-los).

No caminho Miriam foi lembrando histórias que já tinha me contado antes: que ela veio para o Brasil trabalhar numa casa de família há 11 anos, quando tinha 22, e que foi para Minas, de onde é o pai de Henrique. Ela diz também que Henrique é a cara do pai. Depois ela me mostra livros da Igreja Batista que ela carrega consigo e que gosta muito, pergunta se eu sou religiosa e eu digo que gostaria de conhecer a igreja dela, ela concorda.

Fomos a pé até a praça, passando pela Sé e pela São Bento. Miriam sabia bem o caminho e Anastácia foi comentando que nunca tinha ido “mais pra lá do que a Consolação ou da República”. Elas foram contando que a história real da prisão de Anastácia é na verdade que Mônica, outra mulher de nacionalidade grega e moradora da Casa, não Anastácia, era quem levava 2kgs de drogas e que Anastácia achava na época que eram produtos para o cabelo. Assim, parece que Miriam entende que Anastácia está sofrendo por ter pago por um crime que não cometeu, e que é ‘ingênua’, pois se deixou levar pela outra, mais esperta.

Chegamos no Parque da Luz fomos informadas que estava fechado, pois era feriado. Sem entender direito, decidimos então ir até a Praça da República, ainda caminhando. Chegamos lá e sentamos em um dos bancos, e Henrique continuou brincando com seu caminhão, que Miriam havia trazido.

(...) Miriam, ao longo do dia, pareceu estar muito bem e muito contente, contou de seus dois empregos e da escola do filho, perguntou se eu tenho notícias de Annie (que nessa época já havia saído da Casa). Eu digo que sim, ela sugere que Annie vá procurar trabalho lá na AMA Sé

Paramos para comer um sanduíche; eu pago para Anastácia e Miriam paga o dela e o de Henrique. Depois decidimos ir até o Parque da Aclimação, pois Miriam fica surpresa de saber que Anastácia o não conhecia, já que é tão próximo da Casa. Vamos de ônibus e mais uma vez temos que pagar para Anastácia, que não tem dinheiro e nem bilhete único.

Chegamos no parque e enquanto Henrique vai brincar no parquinho, Miriam descobre uma mesa com um tabuleiro de xadrez/damas e diz que vai inventar pedras (que ela pega no chão) para jogarmos, afinal é para isso que somos inteligentes, para dar a volta por cima do que é difícil, ela diz.

Ela e Anastácia jogam, de fato Anastácia tem muita dificuldade e não entende as regras do jogo – Miriam se diverte ao ganhar. Depois joga comigo e ganha também. Eu tenho que ir embora, elas agradecem o dia e combinamos que eu ligo novamente no final de

semana do dia 5 para conversarmos mais (Relato extraído do Diário de Campo, 24/01/11)

Este relato, além de ilustrar um pouco de um itinerário de lazer percorrido por essa mulher e seu filho, mostra outro ponto importante para a análise da história dessa mulher estrangeira (já brasileira, ao menos juridicamente) em São Paulo: os entrelaçamentos com outras histórias, com outros estrangeiros, com pessoas que a ajudam e para quem ela pensa que pode oferecer uma ajuda também. Seu modo de contar a história de Anastácia passa por uma reflexão sobre sua própria história: ela, uma mulher que foi ‘enganada’, uma mulher ‘ingênua’ (em relação à sua família e aos seus patrões no Brasil) e Anastácia, uma mulher que lhe remete a esse passado, ainda presente, ao contar de sua frustração e sofrimento com o que lhe aconteceu ao decidir vir ao país. No entanto, Miriam parece contar que ‘superou’ esse percurso e que agora está em um momento de estabelecer-se, de encontrar sua casa, de continuar sua vida no Brasil – país que não deseja abandonar, ao menos por enquanto. Esse foi o tema de nossa última conversa, em 05/02/10: *“Não pretendo retornar para a Bolívia, vou ficar aqui e procurar um quarto para alugar com o Henrique”*, diz ela. Talvez o contraponto com as dificuldades vividas por Anastácia e por outras moradoras a fizesse refletir de modo diferente sobre seu próprio percurso: por mais que, ao longo destes onze anos, ela contava ter enfrentado várias dificuldades, atualmente ela parecia julgar-se em uma situação melhor – trabalhava, seu filho estava bem, ela estava em vistas de conseguir um outro lugar para morar – e parecia então que isso era suficiente para ela.

Na Figura 1 abaixo se pode observar os principais deslocamentos de Miriam (e de Henrique) pela cidade, bem como as principais instituições frequentadas por eles. A rotina de Miriam, quando começa a trabalhar em uma AMA da Região Central (via uma empresa terceirizada) e em um prédio na Bela Vista, era acordar por volta das 5 horas da manhã, arrumar-se, tomar café, deixar Henrique (a pé) na escola no Cambuci, ir ao trabalho na AMA; Henrique saía da escola na hora do almoço com uma amiga de Miriam, a quem ela pagava para cuidar dele à tarde, até ela sair do trabalho por volta das 17hs, passava na casa da amiga (no Centro) e voltava para a

‘Casa de Mulheres’. Aos sábados ela trabalhava no prédio da Bela Vista, momento em que frequentemente Henrique ficava na ‘Casa de Mulheres’ em companhia de outras moradoras, e voltava no final da tarde. Quando não trabalhava no sábado, ela ia ao culto em uma igreja protestante na Liberdade. Às vezes, aos domingos e feriados, ela saía para passear com Henrique nos parques próximos da Casa, em geral a pé.

Assim, a cidade parecia ser, para essa mulher e seu filho, um espaço de fácil circulação, onde os caminhos eram construídos a partir do contato com pessoas e das possibilidades que eles – esses caminhos e essas pessoas – ofereciam.

Assim como com Annie, reencontro Miriam e Henrique na festa de aniversário da Casa de Acolhida, em novembro de 2011. Ela então me conta que havia alugado um pequeno apartamento no Cambuci, já há alguns meses, e que continuava trabalhando na mesma AMA, e que estava “*muito bem*”.

Figura 1: Pontos frequentes no itinerário percorrido por Miriam e seu filho Henrique na cidade de São Paulo, 2010/11.

- 1. Casa da Amiga:** Local onde Miriam costumava deixar seu filho Henrique enquanto ela trabalhava; essa amiga, também de origem latina, era a responsável por buscá-lo na escola e ficar com ele até o final do expediente de Miriam;
- 2. Casa de Acolhida:** Local de moradia durante o tempo da pesquisa;
- 3. Escola do filho:** escola municipal onde Henrique estudou durante o tempo da pesquisa;
- 4. Igreja:** a que Miriam frequentava praticamente desde que chegou a São Paulo, local que lhe permitiu conhecer muitos outros bolivianos, peruanos e outros latinos e que, com isso, facilitou o encontro de trabalho, moradia e atendimento médico;
- 5. Passeio com o filho 1:** praça onde Miriam gostava de levá-lo e onde ela mesma gostava de passear;
- 6. Passeio com o filho 2:** parque;
- 7. Passeio com o filho 3:** outra praça e ruas adjacentes da região central, onde Miriam e Henrique costumavam ir para passear e fazer compras;
- 8. Trabalho 1:** seu principal emprego durante o tempo da pesquisa, como faxineira;
- 9. Trabalho 2:** seu segundo emprego de faxineira durante o tempo da pesquisa, nos finais de semana, em um prédio.

3.2 ANNIE, SEUS TRÊS FILHOS E SUA IRMÃ: MODOS DE CONQUISTAR O BEM-ESTAR DA FAMÍLIA

O primeiro contato com Annie (38 anos) na verdade veio muito depois de várias brincadeiras feitas com seus filhos, especialmente o mais velho, João, 7 anos. Eu já havia conhecido ele e seus irmãos (Vicente, 5 anos, e Giovanna, 1 ano) no dia 19/07/2010, quando deveria ter participado de uma reunião com as moradoras da Casa, comandada pelas assistentes sociais da Associação Palotina, mas fui impedida de entrar por ter chegado atrasada (e, portanto, desrespeitado uma regra). Naquela noite, estando de fora da reunião com as moradoras adultas, terminei por conhecer as crianças, reencontradas nas visitas subsequentes à Casa. Reencontrei João depois de cerca de dois meses do primeiro contato. Ele se recordava de mim e quis brincar, trazendo seus brinquedos e se interessando pelo gibi do Homem-Aranha que eu levava sempre comigo depois de conhecê-los da primeira vez e de descobrir que ele, seu irmão e Henrique adoravam super-heróis (não havia gibis na Casa, no entanto). Nesse dia, sua mãe tinha saído e sua tia Luciana logo fez o mesmo, não querendo muito conversar (parecia estar satisfeita de ver que alguém se ocuparia de João e ela poderia sair). A tia deixou João responsável por olhar Giovanna, que estava no quarto. O tempo todo João parava a brincadeira e ia até a janela ver como estava a irmã.

As brincadeiras com eles eram, principalmente, de super-heróis. Eles tinham alguns bonecos de que gostavam muito. Brincavam também de desenhar e pintar em folhas sulfite e revistas infantis de atividades e, às vezes, de esconde-esconde ou pega-pega no jardim da Casa, sendo que estas últimas não eram tão frequentes pois causavam muito tumulto, o que não era permitido.

No segundo dia que encontro João, ele me pediu emprestado o gibi do Homem-Aranha e disse que, depois de lê-lo, iria emprestá-lo a Henrique, que naquele dia não

estava na Casa. Em poucos dias, eu torno a visitar a instituição e reencontro João, que me diz que uma das outras crianças havia estragado o gibi, mas que a culpa não tinha sido dele e ele queria saber se eu tinha outro. Sua mãe viu-nos brincando mas não quis conversar comigo. Revejo esta família na festa de aniversário dos quatro anos da Casa, no dia 16/10/2010, quando também conheço Kate. Em seguida, encontro rapidamente com Annie por mais duas vezes na Casa, sempre enquanto estive brincando com João e falando sobre os gibis. Em uma destas ocasiões, Annie me diz que também gosta muito dos gibis e que os lê junto com os filhos. Observo que essa mulher, aparentando ser ‘ausente’ – pois saía muito e deixava seus filhos sem ela - estava em realidade bastante preocupada com o que acontecia com seus filhos. Afinal, que modo de cuidar era esse?

Depois de um período de visitas frequentes à Casa, não os encontrei mais. A secretária da instituição me informou que a família havia se mudado, saído de lá e alugado um novo espaço ali por perto, no Paraíso. Uma das educadoras, com quem eu tinha mais contato, quebrando em princípio uma regra da Casa, concorda em me dar o telefone celular de Annie, e eu consigo novamente contatá-la, combinando de visitá-los no novo endereço.

Depois de alguns dias, chego à casa nova no bairro do Paraíso e só estão as crianças, Vicente e João: quando eu chamo no portão são eles que aparecem. A casa, na verdade um imóvel em obras, (havia dois pedreiros trabalhando lá no primeiro dia que fui), tinha dois andares e um corredor comprido: Annie e a família estavam alugando um cômodo nos fundos, com um banheiro do lado de fora. João e Vicente vestiam só cuecas e estavam descalços (estávamos na metade de dezembro, num dia muito quente), brincando e assistindo desenhos animados na televisão.

Naquele dia, as tentativas de falar com Annie pelo celular não deram certo e eu terminei pedindo às crianças que me deixassem entrar na casa, mesmo estando um pouco desconfortável de invadir o espaço de Annie sem ela estar presente. A casa era grande, mas estava praticamente inteira em obras e com muito pó e umidade. Os

cinco estavam ocupando um cômodo nos fundos, equipado pela família com uma cama, colchões, fogão, geladeira, utensílios de cozinha, televisão, aparelho de DVD e os pertences pessoais de cada um, como roupas, brinquedos, revistas e itens de higiene. Os meninos ficam muito empolgados ao me apresentarem o espaço, contando que estavam bem e mostrando a sala onde guardavam seus brinquedos. Mostrei à eles os jogos e os gibis que eu havia trazido, e passamos cerca de uma hora entretidos com isso. A rua onde a casa localizava-se era muito íngreme; ela começa na Rua Vergueiro e termina justamente em uma espécie de vale, onde estava a casa deles, que por conta disso tinha muita umidade e pouca circulação de ar.

No dia desta primeira visita, Annie chega depois de pouco mais de uma hora. Nos vemos no portão da rua: ela estava com Giovanna e diz que tinha ido levar um documento para uma amiga, também solicitante de refúgio, mas que tinha esquecido-o na casa, por isso voltara àquela hora. Diz também que não se lembrava que eu iria lá, mas sugere que eu a acompanhe no encontro que ela teria com esta amiga e nós então saímos, deixando os dois meninos sozinhos: ela opta por deixá-los sós em lugar de precisar prestar atenção neles no trajeto, o que parecia mais difícil. Também, de acordo com Annie, Luciana vai voltar logo. Vamos caminhando juntas. Eu tinha levado gibis e livros de quadrinhos para ela e para as crianças, o que a deixou muito contente, pois ela também gostava muito de lê-los.

Antes de sairmos, Annie conta que está muito feliz na casa nova, cujo aluguel custava R\$500, pagos por ela, enquanto sua irmã contribuía com a comida. Diz que está no Brasil há quase sete meses, o que significa que havia saído da Casa de Acolhida depois de exatos seis meses de estada. Estava contente por ter conseguido um emprego e escola para os dois meninos perto da casa nova. Este emprego, em um hospital no bairro de Higienópolis, ela havia conseguido após fazer um curso de camareira e ter deixado seu currículo em uma agência de empregos. Ela havia sido contratada como faxineira mas esperava que, após o primeiro mês de trabalho, pudesse mudar de função e tornar-se camareira. O documento que ela precisava levar para a amiga era no seu local de trabalho, pois as duas trabalhavam juntas. Ela conta

que a irmã, Luciana, estava trabalhando como balconista em um estabelecimento no Tatuapé e também diz que ela fez um curso de informática.

Da casa nova da família, saímos à pé, subimos uma pequena rua e logo chegamos ao ponto de ônibus que eles usavam com mais frequência. O bairro, naquele canto, é bem tranquilo e residencial, e a rua estava movimentada, assim como o ponto. Depois de alguns minutos esperando, pegamos o ônibus da linha Aclimação – Praça Princesa Isabel. Durante o trajeto no ônibus, conversamos mais: ela agradece mais uma vez a minha visita e me convida para um dia ir com eles ao Parque da Aclimação – que é bem perto da casa – pois ela costuma levar os filhos lá nos finais de semana. Conta também que eu era a primeira visita que ela recebia: eles haviam mudado recentemente, e encontraram a casa por meio de um amigo, que tinha um colega cujo pai era o dono dessa casa. De comum acordo, decidiram que a família de Annie começaria a morar lá mesmo com a reforma em curso, e que depois o dono ia mudar a saída da casa para a rua de trás (há um quintal na parte de trás da casa), o que para ela era uma ótima coisa. Ela também estava muito contente com a possibilidade de conseguir um outro emprego, na mesma rua da casa, e estava esperando a resposta.

Foi durante este trajeto de ônibus que ela contou mais sobre sua trajetória até São Paulo, bem como os motivos que a fizeram sair de Angola. Ela diz que o pai dos meninos é policial em Angola, na província de Kabinda, e que ele e o filho mais velho dos dois ‘desapareceram’ (não fica claro o que houve: se ela sabia ao certo ou se preferia não contar). Com esta situação, a igreja católica que eles frequentavam no interior de Angola ajudou-a a comprar as passagens para o Brasil. A decisão de vir para cá foi em função das facilidades oferecidas pelo idioma, mesmo que ela, filha de pai angolano e mãe congolesa, dominasse não só o português como também o lingala (língua mais comum na comunicação com os filhos e a irmã, bem como com outras pessoas da mesma região) e o francês. De todo modo, quando chegaram em São Paulo, passaram alguns dias com pessoas indicadas pela igreja e só depois foram à Cáritas para pedir o refúgio e para conseguir um lugar temporário para morar.

Nesse dia, foi só quando finalmente chegamos ao Hospital e ela entregou os documentos para a amiga que Annie se deu conta de que havia esquecido que teria que comparecer a um compromisso no hospital, do trabalho – porém, como estava com Giovanna, não poderia fazer isso, e de todo modo ela já havia perdido a hora marcada. Eu também experienciei outros ‘desencontros’ com ela em outras ocasiões em que havíamos combinado um encontro na casa deles e, ao chegar, me dava conta de que eles não estavam. É o que aconteceu, por exemplo, em meados de janeiro de 2011, conforme descrito no Diário de Campo:

Vou até a casa de Annie com um pouco de atraso, já imaginando que ela não iria seguir à risca o horário que combinamos. Quando chego, um homem que está morando na parte de cima da casa abre a porta – ele pareceu ser um morador, mas ao mesmo tempo estava terminando as obras por lá. Vou entrando e chamando, ninguém responde e eu bato à porta do quarto/casa deles, e é João quem abre, e me dá um forte abraço. Ele e Vicente estavam sozinhos, Annie tinha saído e eles não sabiam a que horas ela iria voltar. Eu tinha trazido um livro de pintar para cada um, e mais alguns lápis de cor, eles ficam muito contentes e nos sentamos à mesa para pintar. A casa está bem mais arrumada, com mais móveis e organizada. Eles fazem muitas perguntas sobre os desenhos, ao mesmo tempo em que assistem à televisão. Vicente diz que quer guardar uma das canetas para a irmã, Giovanna, uma para a mãe dele e uma para a tia. Dizem que vão mudar de casa, mas que ainda não sabem para onde. Dizem que Annie foi ao Hospital, não sabem dizer se é o mesmo onde ela trabalha, se é porque ela está doente ou se a Giovanna vai tomar vacinas (Vicente fica repetindo que ele não gosta de injeção). João pergunta meu nome de novo e quer saber como escreve o dele, o do irmão e o meu, e eu escrevo no livrinho de pintar. Falam sobre o desenho do homem-aranha e dizem que querem ser o ‘homem-aranha preto’ (era esse o tema do desenho que estava passando na televisão, mas no meio do desenho descobrimos que este personagem era “do mal” e eles desistem da idéia) e me perguntam se eu vou levá-los ao parque, ao que eu respondo que poderíamos sim, mas só quando a mãe deles estivesse de volta. Depois de uma hora e meia esperando, ligo para Annie, que logo atende e parece ter esquecido que tínhamos combinado que eu iria lá. Eu digo a ela que não tem problema, mas que eu estava lá com os meninos e que então iria embora, ligaria para ela de novo na quinta-feira daquela semana para ver se eu poderia ir lá, caso ela estivesse em casa; ela pede desculpas, diz que tudo bem. Explico aos meninos isso e digo que vou voltar, eles me pedem mais livros de super-heróis e eu concordo em tentar trazê-los. (Relato extraído do Diário de Campo, 18/01/2011)

Na visita seguinte que faço à família uma das razões para esses aparentes ‘desencontros’ parece se esboçar: Annie estava bastante preocupada com a situação financeira deles pois havia perdido o emprego, segundo ela por atrasos causados pela necessidade de cuidar de Giovanna, que ainda não estava na creche. O aluguel havia aumentado para R\$650 e elas ainda não haviam conseguido os documentos brasileiros (o processo de refúgio ainda não estava finalizado, mesmo depois de mais de seis meses que haviam dado entrada). Para Annie, o fato de eles não terem o RG⁵² também dificultava a matrícula das crianças no novo ano letivo na escola, pois o diretor havia lhe pedido que apresentasse algum documento dos filhos (que não o simples protocolo de estrangeiros, que eles haviam ganhado quando da entrada do pedido de refúgio). Annie estava muito nervosa, frustrada e irritada com a situação – a desonestidade do dono da casa, as dificuldades burocráticas, a falta de dinheiro e de respostas. No entanto, em nenhum momento ela cogitou retornar à Casa de Acolhida:

Annie conta que não sabe para onde ir pois não há nenhuma moradia barata no Paraíso, onde ela conseguiu a escola, e se ela for morar muito longe, vai ter que pagar o transporte para a escola dos meninos, e ainda por cima João estudará a tarde, Vicente de manhã e Giovanna à tarde, e ela não sabe como vai fazer para trabalhar e cuidar deles. (...) Uma amiga da igreja indicou uma casa em Itaquera mas elas ainda não haviam conseguido alugá-la porque não tinham documentos brasileiros (ela descreve um imóvel que parece ser um apartamento de um prédio já pronto da CDHU⁵³), e no dia seguinte ela iria novamente na Defensoria Pública para ver se eles a ajudariam. Sairia de manhã, às 6hs, para visitar mais uma vez esse apartamento em Itaquera e depois iria para a Defensoria. Diz que Deus vai ajudá-la, ele sempre a ajudou e ela entregou tudo nas mãos dele. Eu pergunto mais de uma vez se elas não consideraram voltar para a Casa de Acolhida, elas dizem que não voltam de jeito nenhum, que lá era tudo com horários e elas não podiam fazer a comida das crianças, que ficavam com fome a noite e acabavam comendo só pão e gasosa (refrigerante), e que era

⁵² Como solicitantes de refúgio, eles tinham direito ao protocolo de estrangeiros, ao CPF e à Carteira de Trabalho (não para as crianças), todos com data de expiração de 3 meses, podendo ser renovados até a conclusão do processo de solicitação de refúgio.

⁵³ A CDHU, ou Companhia para o Desenvolvimento Habitacional Urbano, é um órgão da Secretaria da Habitação do governo do estado de São Paulo, responsável por programas habitacionais para a população de baixa renda do estado.

melhor morar na rua do que voltar lá. (Relato extraído do Diário de Campo, 23/01/2011).

Dessa forma, a mulher que na ‘Casa de Mulheres’ parecia arredia e descuidada com seus filhos, mostra-se conhecedora dos mecanismos de defesa de seus direitos e usa-os como estratégia para conseguir o que quer. Não demora muito (menos de um mês) e elas conseguem alugar o apartamento naquele conjunto habitacional em Itaquera, e logo encontram na região uma escola para cada um dos dois meninos, e uma creche para a menor. Fui visitá-los no final de fevereiro/2011:

É um conjunto habitacional grande, bem bonito, com portaria, e eles estão no 4º andar. Ela não se lembrava de que tínhamos combinado a visita mas me recebeu bem, todos estavam em casa, as duas arrumando o espaço e as crianças vendo desenho animado na televisão. Contou que conseguiu o aluguel da casa (R\$500, considerando todas as contas) com uma pessoa da igreja que conhecia uma imobiliária, e que já conseguiu matricular as crianças novamente na escola e está muito bem, muito feliz. Ela diz que trouxe os móveis com um carreto, que ela mesma pagou. Essa casa não é a mesma que ela estava pensando na última vez que conversamos, aquela outra não tinha dado certo, mas ela estava muito satisfeita. Ela me diz que vai tentar ver se consegue aulas de esporte para os meninos no CEU que fica ali perto. Diz que não teve notícias do processo dela na Cáritas. Elas ainda não conseguiram trabalho, segundo Annie é a única coisa que está faltando” (Relato extraído do Diário de Campo, 27/02/2011)

Mattos (2007) afirma a importância do papel das redes sociais tanto na emigração quanto na imigração. Esse ponto é um fato na história de Annie e seus três filhos: a vinda ao Brasil, junto com a irmã mais nova, foi possível graças ao apoio da igreja que frequentavam em Angola; suas conquistas em São Paulo – como por exemplo, o aluguel de uma casa para a família – também se deram por meio das redes estabelecidas com outras angolanas e com frequentadores da mesma igreja no Brás.

Os itinerários percorridos por eles na cidade têm uma grande alteração quando da mudança para Itaquera e podem ser mais bem visualizados na Figura 2 a seguir.

Além dos percursos voltados para a ‘solução dos problemas’ ou de interesses, emprego, casa, escola, a família parece conhecer outros espaços de interação social na cidade, como por exemplo a igreja no Brás e a própria Casa de Acolhida. De fato, conforme os diversos ‘desencontros’ de datas, horários e telefonemas que a pesquisadora teve com essa mulher e sua família, foi por meio da festa de 5 anos da Casa de Acolhida que nós voltamos a nos reencontrar, e foi nesse momento que foi possível saber que, apesar de não terem conseguido o refúgio, a família obteve, com a ajuda da Cáritas, a residência permanente no Brasil – de acordo com a mãe, o argumento principal foram as crianças, que não poderiam ficar fora da escola. De fato, as três crianças estavam em instituições de ensino (cada uma em uma diferente) bem próximas da casa deles, e Annie já estava trabalhando novamente, em uma quarta escola como faxineira – na verdade, por ‘coincidência’, ainda na mesma prestadora de serviços que Miriam.

A circulação na cidade, para essa família, também tinha como pontos principais a busca por trabalho, educação e moradia. No entanto, assim como Miriam, Annie fazia questão de também frequentar a igreja, todos os domingos, e foi por meio da rede de relações estabelecida por lá (tanto em Angola quanto no Brasil) que ela encontrou importantes auxílios, como por exemplo o aluguel de sua segunda casa.

Figura 2: Pontos frequentes no itinerário percorrido por Annie, sua irmã e seus filhos na cidade de São Paulo, 2010/11.

1. **AMA-Sé:** ambulatório do SUS onde Annie buscava tratamento médico para ela e seus filhos;
2. **Cáritas:** instituição católica responsável pela gestão dos pedidos de refúgio em São Paulo;
3. **Casa 1:** primeira casa alugada por Annie, na verdade um cômodo com um banheiro compartilhado em uma casa que estava em reforma, próxima da Casa de Acolhida;
4. **Casa 2:** segunda casa alugada por Annie, em um CDHU no bairro de Itaquera;
5. **Casa de Acolhida:** local da primeira moradia;
6. **Defensoria Pública:** órgão da justiça brasileira frequentado por Annie na tentativa de conseguir um local para morar, quando decide-se a sair da primeira casa por conta das dificuldades de pagamento e do mau estado de conservação do local;
7. **Escola dos filhos:** onde estudavam seus três filhos;
8. **Igreja:** frequentada pela família, era da mesma linha que a igreja que ela frequentava em Angola e que foi a responsável pela família ter chegado no Brasil;
9. **Trabalho 1:** primeiro emprego como faxineira em São Paulo, que ela perdeu por conta das recorrentes faltas para cuidar da filha Giovanna;
10. **Trabalho 2:** seu segundo emprego de faxineira durante o tempo da pesquisa, em uma das escolas nos arredores da casa nova, na mesma empresa de limpeza que Miriam.

3.3 KATE: DA PERSEGUIÇÃO

Das cinco mulheres protagonistas desta pesquisa, Kate era sem dúvida a que tinha mais contatos na cidade. Sua rede de relacionamentos em São Paulo era grande e heterogênea: ela conhecia as instituições de apoio aos solicitantes de asilo e refugiados, os cursos de português, as casas-abrigo, o padre da igreja, a organização não-governamental que fornecia computadores para que as pessoas procurassem seus parentes no exterior pela internet, além é claro de diversos imigrantes vivendo na cidade. As conversas com ela⁵⁴, porém, assim como com Miriam, eram marcadas por um relato descontínuo e ao mesmo tempo repetitivo em relação a certos acontecimentos: o fato dos filhos estarem morando no Quênia; dela sentir-se como uma ‘ponte de referência’ para outros estrangeiros em São Paulo, o que a remetia à sua vida em Uganda, como uma espécie de ‘líder comunitária’; seu apego a certos elementos de sua vida antes do Brasil, que fazia com que, por exemplo, ela optasse por gastar mais de R\$100,00 com remédios chineses do que buscar medicamentos receitados pelo médico da AMA; sua ‘aflição’ e mesmo raiva de ter sido obrigada a conviver com “*criminosas*” na ‘Casa de Mulheres’ (ela foi a primeira que vi usar este termo para se referir à Casa de Acolhida).

A aparente descontinuidade de seu relato era mais significativa especialmente nas histórias de sua relação com o marido, assassinado no Quênia alguns anos antes, e da relação dos dois com movimentos rebeldes em Uganda; sua ida à Inglaterra durante alguns anos, e seu retorno à África; sua própria decisão de vir ao Brasil, e não outro lugar, e de deixar seus filhos em Nairóbi. Porém, mais uma vez Ecléa Bosi lembra que, ao conhecermos um protagonista de uma pesquisa e perguntarmos pelo seu passado, pela sua verdade e por seu “horizonte de finitude”, na expressão de Pierre

⁵⁴ As conversas com essa participante foram feitas em inglês. Para facilitar a leitura, optou-se por traduzir suas falas ao longo do texto, reservando a língua original das conversas apenas para aqueles trechos onde se entendeu que perderiam seu sentido original com a tradução.

Bordieu usada por ela, devemos sempre lembrar que “há situações difíceis de serem contadas já que pareceram absurdas às próprias vítimas delas” (2004, p. 64) Os temas da memória, da representação do traumático, do sofrimento e da dor pareciam estar presentes nesta aparente descontinuidade e atemporalidade dos relatos.

Conheci Kate no dia de comemoração dos quatro anos da Casa (16/10/2010) quando, ao me ver brincando com João, ela aproximou-se e, ao perceber que eu falava inglês, interessou-se por conversar e começou a contar sua história na Casa. Contou logo que estava lá há quase um ano e que estava querendo muito sair, pois “*não aguento mais as pessoas me pedindo ajuda aqui*”. Mesmo quando consegue mudar-se para um quarto em um ‘cortiço’ bem próximo da Praça da Sé⁵⁵, em novembro de 2010, essa queixa a acompanha.

A mudança de casa torna-se possível quando Kate encontra mais um trabalho como faxineira. Além dos trabalhos, logo Kate começou a fazer colares de papel, e vendê-los – muito aos poucos – em um de seus empregos. Apesar de muito bonitos, ela não supunha que suas habilidades manuais poderiam ser úteis a ponto de tornarem-se uma nova fonte de renda. Era graduada em Assistência Social em seu país de origem mas não podia ou não conseguia ou não encontrava ou mesmo não queria ter outro emprego que não o de faxineira; ela havia conseguido, por um curto período de tempo, dar aulas de inglês, mas foi demitida nos primeiros meses – coincidindo com a perda de sua carteira de trabalho, pois houve a negação de seu pedido de refúgio.

Suas queixas de dores no corpo aumentaram na mesma proporção que sua situação jurídica foi piorando. Ela sentia diversos tipos de mal-estar físico: inchaço nas pernas, dificuldade de dormir, palpitações, dores nas costas – para os quais ela não buscava tratamentos específicos, tentando curar-se sozinha ou com ajuda dos

⁵⁵ Primeiro Kate havia alugado um quarto no andar de baixo da casa, extremamente úmido e sujo (apesar dos esforços de limpeza por parte dela). Ela acaba convencendo a ‘administradora’ do local, que aliás conhecia muitos estrangeiros que moravam pela região, a permitir-lhe mudar para um quarto na parte de cima, que tinha um espaço para ela montar uma pequena cozinha.

remédios que já conhecia. Para ela, o que a UBS ou o hospital receitavam não era suficiente. Em um dado momento, mesmo tendo perdido o emprego como professora de inglês em uma cadeia de escolas de línguas resolveu gastar mais de 100 reais em um medicamento da farmácia chinesa Tiens, que ela já conhecia de Uganda, e que achava que era a única forma de curá-la. Mesmo tendo, por diversas vezes, dores e inchaços muito fortes a ponto de não poder sair da cama, e muito menos trabalhar, ela se negava a procurar os hospitais da região ou mesmo o Hospital das Clínicas, local que ela já conhecia e onde já tinha se consultado. Kate só chegou a procurar a AMA-Sé quando, na iminência de perder seu último emprego formal como faxineira por conta das já recorrentes faltas devidas às dores nas pernas, nas costas, e da impossibilidade de sair da cama, ela buscou o ambulatório e descobriu-o muito mais “*organizado*” do que ela imaginava. No entanto, o início do tratamento não a impediu de perder o emprego, cerca de um ano e meio depois de sua chegada no Brasil, em seguida à perda de sua apelação ao pedido de refúgio e da consequente perda dos documentos brasileiros.

Ao longo de muitos encontros – na ‘Casa de Mulheres’, na casa nova que alugou, no trabalho, na igreja, na escola de inglês, na aula de português, conforme o mapa a seguir– Kate, 45 anos, contou que nasceu perto de Entebbe, Uganda, em uma família que ela considerava rica. Mudou-se para o Quênia em 1987 e é trabalhando lá que ela conheceu seu marido e pai de seus dois filhos biológicos (pois, além deles, ela ajudou a cuidar de várias outras crianças que, em paralelo com o que acontecia na Casa de Mulheres, outras mulheres lhe solicitaram e ela em geral aceitava). Formou-se em Assistência Social e chegou a trabalhar “*ganhando muito dinheiro*” em Uganda e no Quênia, mas as relações de seu marido (e suas?) com a Lord’s Resistance Army (LRA)⁵⁶ fizeram-na decidir sair de vez de Uganda, chegando mesmo a morar na Inglaterra, onde vive seu irmão, por algum tempo. Seu marido,

⁵⁶ A Lord’s Resistance Army, ou LRA, é um grupo paramilitar da região entre Uganda, Ruanda, Sul do Sudão e Leste da República Democrática do Congo, que existe desde 1987. Acusados de vários crimes (assassinatos, pilhagens, atos de terrorismo), são ainda muito presentes na região e lutam, com um misto de crenças cristãs e discursos políticos, em princípio pela queda do regime de Uganda e pela instauração de um regime teocrático baseado nos Dez Mandamentos.

segundo ela, era o que ela chamou de “*owner of the circus*” (algo como o líder, o chefe). Ele é assassinado algum tempo (ela nunca precisou quando) antes da vinda dela para o Brasil, que foi em meados de 2009, o que parece ter influenciado bastante sua decisão de sair da região.

Kate descreveu sua rota de chegada ao Brasil por via aérea: foi preciso conseguir um visto para o Brasil no Quênia, país onde estava na época, por meio de suborno, e só assim foi possível comprar a passagem e embarcar. Ao chegar a São Paulo, a partir de Nairóbi, Kate conta que passou alguns dias vagando pelo centro até conseguir um local de abrigo – ela pediu o refúgio diretamente para a Polícia Federal no aeroporto de Guarulhos, e, nos primeiros dias em São Paulo, ficou hospedada em hotéis na região central pois não havia vagas na Casa de Acolhida. Seu mapa de deslocamentos na cidade, ao longo do tempo da pesquisa, é pontuado pelas visitas à entidade assistencial e também a outros locais que lhe possibilitavam algum tipo de auxílio – a relação com a pesquisadora é também objeto deste modo de construção de redes, quando por exemplo ela pede ajuda para o transporte de coisas para a sua casa nova, para a venda dos colares que fazia, para empréstimo de dinheiro, para acompanhá-la em seu teste de inglês antes de sua contratação e para a tradução de conversas.

Sua relação com a Cáritas atravessa todo o período de contato que tivemos, ao longo de 2010 e 2011: ao mesmo tempo em que a entidade lhe despertava muita raiva e desconfiança (Kate teve o refúgio negado duas vezes, quando apresentou-o pela primeira vez, e na segunda, quando apelou), era para a Cáritas que ela não hesitava em pedir ajuda. Foi essa entidade também que lhe ofereceu eletrodomésticos, conseguiu dois de seus empregos durante o tempo da pesquisa (um na Vila Mariana e outro no Sumaré), para onde ela recorreu ao ver-se em muitas dificuldades dada a falta de documentos e a perda do emprego de faxineira nos albergues para, ou conseguir um novo trabalho, ou “*me pagarem uma passagem e um passaporte novo para eu ir para outro lugar*” (em conversa em 16/11/2011). É nesse momento – em que se vê sem trabalho, sem dinheiro, sem possibilidades – que Kate se pergunta por

que será que não conseguiu o refúgio e nem ‘a ajuda que queria’ (qual seria ela?). Sabe-se que a resposta ao pedido de refúgio, do qual o solicitante não participa ativamente, a não ser pelo preenchimento de formulários e documentos via Cáritas e de uma entrevista com um “Oficial de Elegibilidade” do CONARE⁵⁷, é “deferido” ou “indeferido”, publicados no Diário Oficial da União sem maiores explicações. Para Kate parece ser muito difícil não poder saber o que aconteceu que seu pedido foi negado – no entanto, ela mesma se questiona: “*Did they find any crime on me?*”⁵⁸. A Cáritas, por outro lado, encarnava a desconfiança: da parte de Kate, que desconfiava do que acontecia que ela não recebia a ajuda que queria⁵⁹, e da parte da entidade, que desconfiava dela:

Quando cheguei na casa dela nesse dia, ela estava dormindo. Mais tarde, ela preparou para mim mgoye, batatas-doces com feijão, algo como um purê. Nós comemos. Ela estava agitada e me conta que conheceu uma pessoa na AMA-Sé que contou coisas sobre a Cáritas – essa pessoa tinha um emprego de faxineira e a patroa queria o número de RNE⁶⁰, mas ela não tinha, pois ainda não tinha conseguido o status de refugiada e só tinha o SIAPRO⁶¹ (o mesmo de Kate na época). A patroa resolveu checar informações sobre a Cáritas e descobriu que a organização recebia elevadas quantias de dinheiro por solicitante de refúgio que acolhia, mas que não transferia todo esse montante para os próprios solicitantes. A patroa ficou muito chocada ao descobrir essa aparente desonestidade, e Kate também.”(Diário de Campo, 28/12/2010)

Nesse mesmo dia, ela continua a conversa:

⁵⁷ As participantes dessa pesquisa não mencionaram essa entrevista – elas apenas mencionaram que foram entrevistadas pela Cáritas e lá tiveram que preencher documentos explicando os motivos de seus pedidos de refúgio. Vale perguntar se as participantes não compreenderam a diferença entre o CONARE e a Cáritas ou se a tal entrevista com o CONARE – que, a princípio, deveria ser mais ‘isenta’ pois não-religiosa e não diretamente ligada à gestão cotidiana dos benefícios que os solicitantes de refúgio teriam direito – não aconteceu de fato.

⁵⁸ “*Será que eles encontraram, algum crime em mim?*”, dando o duplo sentido: que eu tenha cometido; que cometeram comigo?

⁵⁹ Apesar de receber diversos tipos de ‘ajuda’, como mencionado.

⁶⁰ Sigla para Registro Nacional de Estrangeiros.

⁶¹ Sigla para Sistema de Acompanhamento de Processos, ou seja, consiste em um código que deve ser usado para acompanhar o processo de solicitação de refúgio.

Kate conta que, na opinião dela, a Cáritas acredita que os refugiados ou já são traficantes, ou vieram para o Brasil para sê-lo, não conseguiram e chegaram na Cáritas pedindo refúgio. Ela diz que se fosse ela, ajudaria a todos, sem exceção, pois acha que todos precisam. Não concorda que algumas pessoas mentem [eu havia questionado se ela não achava que no meio dos pedidos que recebia, a Cáritas também poderia ter que separar os que eram ‘mentirosos’], Kate acha que não é esse o problema. (Relato extraído do Diário de Campo, 28/12/2010)

Kate recebia poucas visitas durante o tempo da pesquisa: as principais eram dois homens, também de origem africana: James⁶², que morava próximo e também teve o refúgio negado, e Bernard, que chegou a passar longos períodos com ela. James estava há alguns anos no Brasil e planejava, com o indeferimento do refúgio, casar-se com uma brasileira (com quem morava na época). Subitamente, ele vai embora sem Kate saber ao certo (ou dizer) para onde. Seu outro companheiro, Bernard, havia sido preso por tráfico de drogas em São Paulo por pouco mais de um ano e já fazia quase o mesmo tempo que estava livre, vivendo em uma das casas de passagem para estrangeiros à espera de uma decisão da justiça para expulsá-lo, o que obrigaria o governo a pagar sua passagem para voltar à África do Sul, seu país de origem. Kate o abrigou por muitos meses em sua casa (Bernard não trabalhava – ele era mais velho que Kate e também sofria de problemas de saúde, além de falar muito mal português). Ela o considerava seu grande amigo, até o momento em que ela perdeu seu último emprego formal e pensou realmente em ir embora do Brasil de qualquer jeito – Bernard então encontrou outro local para morar e para passar o tempo livre.

Assim, ao mesmo tempo em que ela relacionava sua saída da Casa de Mulheres ao convívio com as “*criminosas*”⁶³ e com “*coisas que eu não queria ter visto*”, ela matinha em seu convívio íntimo um homem acusado e condenado por um crime – além, como foi possível perceber, do paradoxo da legalidade/ilegalidade já ter estado

⁶² Os nomes deles também foram trocados, para preservar suas identidades.

⁶³ No dia 24/11/2010, após uma visita que eu havia feito ao seu curso de português, Kate me telefona muito preocupada com o fato de eu estar conversando com outras mulheres além dela: sua angústia era não querer mais nenhum contato com “*a justiça*”, como ela dizia, e desejava ficar no anonimato, matendo distância das mulheres da Casa.

presente na relação dela e de seu marido com um grupo armado em Uganda. Seu mapa de deslocamentos na cidade pode ser apresentado da forma a seguir, por meio da Figura 3:

1. **AMA-Sé:** ambulatório do SUS onde Annie buscava tratamento médico para ela e seus filhos;
2. **Cáritas:** instituição católica responsável pela gestão dos pedidos de refúgio em São Paulo;
3. **Casa:** primeira e única casa alugada por Kate ao longo do tempo da pesquisa, na verdade dois cômodos com banheiro compartilhado no corredor dentro de uma espécie de cortiço horizontal cuja ‘gestora’ parecia estar habituada a alugar cômodos para diversos estrangeiros;
4. **Casa de Acolhida:** local da primeira moradia, onde ficou por quase um ano;
5. **Casa do Migrante e Igreja:** locais conítguos frequentados por Kate ora para almoçar e encontrar pessoas, ora para rezar, ora para conversar com o padre do local e pedir ajuda para apelar pela negação do refúgio, ora para doar roupas que conseguia na Cáritas e na loja de coisas usadas vizinha de sua nova casa;
6. **Curso de português:** ela optou por estudar português em um curso diferente do que era oferecido pela Cáritas no SESC-Carmo. Kate descobriu esse outro curso, que não era frequentado apenas por solicitantes de refúgio mas sim por diversos estrangeiros que estavam em São Paulo, por meio de sua extensa rede de contatos;
7. **Farmácia chinesa:** empresa de medicamentos chineses que tinha um escritório na região da Avenida Paulista. Kate conhecia essa empresa desde Uganda e confiava em seus produtos; a empresa, no entanto, funcionava de forma semelhante a outros empreendimentos de venda por meio de redes de contatos, como a ‘Herbalife’ por exemplo: se você se torna um vendedor, você tem direito a descontos e promoções nos produtos que você mesmo quer consumir; Kate tentou fazer isso mas não conseguiu compradores em sua rede, endividando-se;

- 8. Hospital das Clínicas:** local de atendimento médico considerado uma grande referência na cidade, com o qual a Cáritas mantinha uma parceria (com o Ambulatório de Psiquiatria) e para o qual encaminhou Kate, que chegou a frequentá-lo;
- 9. Poupatempo:** entidade do governo estadual que emite documentos como o CPF, a Carteira de Trabalho, etc;
- 10. SESC:** unidade da rede de SESC's do estado que oferecia algumas facilidades para os solicitantes de refúgio, como por exemplo um bom desconto no almoço, o uso da internet e cursos de português para estrangeiros;
- 11. Trabalho 1:** unidade de uma rede de albergues que a empregou como faxineira durante a maior parte do tempo da pesquisa;
- 12. Trabalho 2:** outra unidade da mesma rede;
- 13. Trabalho 3:** escola de inglês onde trabalhou durante poucas semanas

A Cáritas, os trabalhos, as aulas de português e a região central da cidade, onde ficava também sua casa, eram os pontos importantes para Kate na cidade. Ela referia-se muito pouco a atividades de lazer, a não ser as idas esporádicas à missa na igreja próxima da casa dela e da Casa do Migrante; afora isso, seu tempo livre parecia ser gasto em casa e na televisão, que ela em geral gostava muito de assistir. A casa de Kate, por sinal, era um bom exemplo de sua rede de relacionamentos que aqui foi nomeada como 'heterogêna': a cama havia sido doada pelo gestor do curso de português; havia dois fogões, ambos doados pela Cáritas, e mais uma geladeira da mesma entidade; a televisão, os utensílios de cozinha e muitas das roupas tinham sido doados por conhecidos de outras organizações não-governamentais e também trocados/comprados em dois brechós próximos da casa dela, de cujas donas ela se tornou amiga.

Nos deslocamentos na cidade, Kate em geral preferia pegar ônibus ou metrô: justamente, um de seus problemas de saúde que foi se agravando ao longo do tempo

foi uma forte dor e inchaço nas pernas, o que tornava muito difícil para ela qualquer tipo de locomoção a pé. Infelizmente, porém, a casa nova de Kate ficava na parte baixa de uma rua muito íngreme, o que significava que qualquer saída de casa exigia um grande esforço da parte dela.

3.4 HORTÊNCIA: INTERFACES ENTRE O ‘BOM’, O ‘JUSTO’ E O ‘CORRETO’

Conheci Gustavo e Hortência por meio de Kate – em um domingo (07/11/2010), quando fomos visitar a igreja, colada à Casa do Migrante, que Kate costumava frequentar. Ao final da missa, Kate me pediu para falar com o padre da igreja para ver se ele nos deixava almoçar na casa (era de graça e ela queria me mostrar como era a casa por dentro, pois eu só a conhecia do lado de fora). O padre permitiu e, aproveitando, logo que entramos nos apresentou o casal, recém-chegados da Colômbia, pois imaginou que outra pessoa (a pesquisadora) talvez pudesse conversar com os dois no lugar dele. Já neste primeiro dia, Hortência estava muito nervosa e seu marido explica os problemas que os dois tiveram com a Cáritas, que não queria acolher o pedido de refúgio deles pois, apesar de estarem vindo da Colômbia, Gustavo tinha cidadania canadense.

A trajetória que culmina com a chegada deles a São Paulo é contada neste primeiro encontro e em outros subsequentes: o pai de Hortência tinha sido assassinado havia sete anos, não se sabia por quem, e ela viveu ameaçada pelas FARC e por grupos paramilitares durante todo esse período. As ameaças eram feitas pelo telefone e a última, feita pessoalmente, fez com que Hortência, Gustavo, a mãe e a irmã de Hortência deixassem o país fazia três semanas. Eles entraram no Brasil por

Tabatinga, a pé, e ficaram lá por duas semanas mas, de acordo com o que perceberam, tanto Tabatinga quanto Manaus eram “*cheios de colombianos*”, o que os assustou. A irmã e a mãe de Hortência ficaram na Venezuela. A rota percorrida por ela, pelo marido, por sua mãe e irmã foi de ônibus até a fronteira da Colômbia com a Venezuela e, posteriormente, a pé, até a chegada em Manaus, mediante o pagamento de vários subornos ao longo do caminho. A chegada em Manaus é que permitiu o pedido de refúgio e o ‘abrigo’ em um dos locais comandados pela Cáritas na cidade. “Quando a migração envolve fuga de conflitos, é comum utilizar a rota citada [saída do país de emigração para entrada no país de imigração]; neste caso a migração costuma ocorrer a pé, atravessando fronteiras militarizadas ou então obstáculos naturais como selvas densas, desertos ou cadeias de montanhas (...)” (MATTOS, 2007, p. 181)

O casal, por sua vez, consegue com a Cáritas de Manaus cerca de R\$300 cada um e compram duas passagens de avião para São Paulo. Chegam na cidade tendo em mãos apenas os contatos do padre (que havia nos apresentado naquele dia) e logo ligam para ele e são abrigados na Casa do Migrante. Desde o princípio, porém, os objetivos da estada deles em São Paulo pareciam oscilar: foi se tornando cada vez mais claro para eles, para a pesquisadora e para pessoas ao redor do casal que o que eles gostariam de fato era conseguir um visto para Hortência ir ao Canadá com Gustavo, e para isso, supuseram poder contar com o Consulado do Canadá em São Paulo. Por outro lado, para Hortência, o ideal seria, naquele momento, poder se estabelecer no Brasil. Assim, o pedido de refúgio era, de todo modo, uma maneira de poder passar esse tempo de indefinição em São Paulo.

Assim, desde o início, o contato que o casal tem com a Cáritas é permeado por insatisfações, raiva e brigas. Para eles, era um absurdo o modo como a Cáritas os tratou - de acordo com os dois, porque o marido possuía passaporte canadense, e não fazia sentido, na opinião da entidade, ele pedir refúgio no Brasil⁶⁴. A narrativa e os

⁶⁴ Por mais que, de modo geral, o que está escrito em qualquer legislação seja sempre sujeito à interpretações e brechas, o que nesse caso levaria a pensar talvez que mesmo que eles não estivessem fugindo de um local em conflito – pois o Canadá não é um país nestes termos, mas eles estavam vindo da Colômbia – eles talvez pudessem se beneficiar de um suporte ao pedirem o refúgio, pode-se entender que este pedido de refúgio tenha no mínimo causado estranhamento da parte da Cáritas, dada

itinerários dos dois são permeados por diversos pontos pouco ‘comuns’, ao que parece, aos dos solicitantes de refúgio em São Paulo: Gustavo já tinha vivido alguns anos na cidade, tinha conseguido (e depois perdido) refúgio nos Estados Unidos e em seguida no Canadá, e os dois haviam se conhecido pela internet alguns anos antes, e casado quando da primeira visita dele à Colômbia.

Assim, durante todo o tempo em que estiveram em São Paulo, eles se frustraram muito com a “*diferença de tratamento*” oferecida para eles na Cáritas – apesar deles concordarem e reafirmarem muitas vezes que são sim diferentes daquelas pessoas que lá circulam, inclusive por terem estudado, terem graduação, experiência profissional, entre outros, além do passaporte canadense de Gustavo. Ficam muito contrariados também pelo fato da entidade ter decidido não lhes outorgar a ajuda financeira⁶⁵ a que os solicitantes de refúgio têm direito, o que fez com que eles precisassem “*se virar*” para, por exemplo, comer e obter o CPF a fim de encontrarem um emprego.

O trecho a seguir, redigido após um de nossos encontros, conta um pouco mais detalhes da história do casal e de seus primeiros momentos em São Paulo:

Hortência, 32 anos, economista de formação, conta que em São Paulo gostou logo da Avenida Paulista, e que sempre que pode vai até lá passear. Conta por exemplo que foram numa peça na FIESP no final de semana da qual gostaram muito. Ela relata que até então morava em Barranquilla. Seu pai era dono de muitas cabeças de gado e foi assassinado há sete anos e eles não sabem se pelas FARC ou pelos paramilitares, pois na época seu pai era obrigado a pagar propina por sua segurança para ambos. O assassinato de seu pai foi muito duro para ela, pois ela gostava muito dele. Ainda mais, como seu pai foi morto com oito tiros e saíram muitas fotos em todos os jornais colombianos, ela ficou muito chateada. Depois dele o único homem em quem conseguiu confiar foi Gustavo, que ela conheceu pela internet enquanto ele morava no Canadá, e ela em Barranquilla. Ela não compreende como as pessoas não entendem que ela não quer ir ao Canadá (ao se referir

sua singularidade. Vê-se, no capítulo final da história deles em São Paulo, que provavelmente a instituição não estava enganada.

⁶⁵ Assim como Kate, os dois também souberam de “histórias” de desvio de recursos e corrupção na entidade. Verdadeiras ou não, a crença nestas histórias impulsionou a raiva que sentiam e a vontade de não precisarem mais da entidade.

às desavenças com a Cáritas), diz que não gosta de frio, que gostava da Colômbia e preferia ter ficado lá e que foi por isso que Gustavo acabou indo para lá e eles casaram há pouco mais de um ano. Em um próximo encontro, porém, ela me conta que enquanto ainda morava na Colômbia havia solicitado um visto para ir visitar Gustavo no Canadá, mas que esse visto havia sido negado, um dos motivos que fez com que ele, então viesse à Colômbia. Na situação atual, ela conta que a família decidiu fugir porque ela recebeu uma ameaça pessoalmente – ela já tinha recebido várias por telefone, tanto que quase não saía mais de casa, até o porteiro do prédio perguntava como é que uma moça da idade dela (32) não saía nunca para nada. Eles fugiram para a Venezuela, pegaram um taxi até a rodoviária e de lá foram para a fronteira de ônibus, e então entraram a pé – diz que foi lá que perderam todo o dinheiro pois a Venezuela é muito corrupta e todo o tempo eles tinham que pagar propina. Ela diz que foi muito ruim chegar a Manaus – viram muitos colombianos nas ruas e acharam todos suspeitos, além de terem se sentido mal tratados. Gustavo diz ter conseguido que a companhia aérea fizesse um desconto para eles e foi assim que vieram para São Paulo com o telefone do padre, que felizmente os acolheu. Ela se sente mal na Casa do Migrante, diz que acha que as pessoas mentem muito, que fazem até mesmo tráfico de drogas e que as mulheres se prostituem e tudo isso a assusta muito. (Relato extraído do Diário de Campo, 09/11/2010)

Durante os meses passados no Brasil, o casal arquiteta uma verdadeira estratégia para conseguir o que, depois de vários encontros, aparece mais claramente como o objetivo principal: chegar ao Canadá, enfrentando para tal os dois principais entraves: a (aparente) falta de dinheiro para as passagens e, sobretudo, a não outorga do visto (nem na Colômbia, nem no Brasil, apesar dos esforço deles) para Hortência. O pedido de refúgio no Brasil torna-se, então, cada vez mais um acessório nessa luta pelo retorno ao país que, aos olhos deles (principalmente dele), ofereceria melhores condições de vida para os dois.

Diantes desses entraves, obter informações acerca do país para o qual se quer imigrar é fundamental. Neste sentido há uma busca cada vez maior pelas redes sociais. Nestas redes circulam diversas informações acerca do país de imigração, dentre elas, as rotas, as possibilidades de emprego, as possibilidades de levar a família, assim como a política do país de imigração para os imigrantes. (MATTOS, 2007, p. 176)

Aos poucos eles vão descobrindo essas várias informações – sobre o Canadá e os meios de se chegar lá – utilizando-se, é claro, da própria experiência de Gustavo e também, no início, dos contatos na Casa do Migrante. Lá, diziam eles, circulava todo tipo de informação sobre como aceder aos países ‘mais interessantes’ para se pedir refúgio – já que, ainda de acordo com eles, a grande maioria dos solicitantes ‘honestos’(pois eles, assim como Kate, afirmavam que havia um volume muito grande de pessoas que não eram refugiadas ‘de verdade’ entre aqueles que estavam solicitando – e conseguindo – refúgio) estavam muitíssimo insatisfeitos com o tratamento dado a eles em São Paulo e no Brasil.

Conforme o tempo foi passando na cidade, em meio às brigas com a Cáritas, o casal passou por diversas instituições, sempre em meio a pessoas que lhes davam grande ajuda e pessoas que desconfiavam absolutamente da história deles. Uma dessas instituições foi, por exemplo, a Igreja Anglicana, no bairro de Santo Amaro⁶⁶, que lhes levou a conhecer um promotor de justiça e sua equipe do Ministério Público Estadual, já que esse promotor era frequentador da mesma igreja. Esta equipe tentou, apesar das frustrações do casal, conseguir contatos com a Embaixada e o Consulado do Canadá – que havia negado o visto para Hortência – para que eles pudessem chegar lá, além de ter oferecido à eles um ‘estágio’ de pouco mais de um mês no gabinete do próprio promotor no Ministério Público para que eles pudessem ajudar com o dia-a-dia das funções do gabinete e para que Gustavo pudesse retomar uma das atividades que tinha no Canadá, que era a de jornalista e escritor de *blogs*. Além desses contatos – o casal chega até mesmo a ir para Brasília para falar com a embaixada canadense, com a ajuda da Igreja Anglicana – Hortência também consegue um emprego de recepcionista em um cabeleireiro no Campo Belo, no qual permanece apenas algumas semanas. Ela decide pedir demissão por não achar que o trabalho era adequado ao que ela poderia fazer. No entanto, vale dizer que, logo nos primeiros dias do contato com Hortência, uma das coisas que a fez muito feliz foi um

⁶⁶ Em uma de nossas conversas, Gustavo disse que gostaria de poder dizer que era judeu, pois assim teria como conseguir ajuda da comunidade judaica de São Paulo. De alguma forma, essa estratégia – ajudar quem nos é parecido – parece que foi usada por eles - de modo deliberado ou não - nos contatos com a Igreja Anglicana.

‘empréstimo’ de um kit de maquiagens, pois ela dizia estar muito incomodada por não poder passar “*ao menos um batom*” já que não tinha tido tempo de trazer nada disso com ela quando da fuga de Barranquilla.

Depois de 10 meses na cidade e de suas tentativas frustradas de receber apoio da Cáritas e de conseguir ajuda para emigrar para o Canadá, por fim o casal decide ir para as Bahamas, país que eles descobrem não exigir visto para colombianos; de lá, o plano era tomar um avião para o Canadá, mesmo sem ela ter o visto e, assim que chegassem, pedir refúgio (novamente)⁶⁷. Eles conseguem comprar duas passagens para as Bahamas e em junho/2011 embarcam. Depois de alguns dias nas Bahamas, o casal finalmente consegue entrar em um voo para Toronto sem que Hortência precisasse do visto, e entram no Canadá – avisando-me por email de sua conquista.

Assim, o mapa de deslocamentos de Hortência na cidade deu-se da seguinte forma, conforme a Figura 4:

⁶⁷ Uma das ações que possibilitou a criação desse ‘plano’ foi a ida, um dia à noite, ao aeroporto de Guarulhos, verificar o check-in da companhia aérea Air Canadá, que junto com a TAM fazia no momento da pesquisa vôos diários diretos ao Canadá (Toronto). Ao fazer isso, o objetivo deles era perceber se havia alguma possibilidade de embarcar no Brasil sem ter o visto no passaporte – para então pedir refúgio quando da chegada no país – mas eles logo descobrem que isso não era possível de ser feito no embarque em São Paulo – segundo a companhia, caso eles permitissem a entrada no avião de alguém sem visto, eles seriam multados e os funcionários responsáveis poderiam ser demitidos. Essa estratégia é então abandonada pelo casal.

1. **AMA-Sé:** ambulatório do SUS onde buscaram tratamento médico para as alergias de Gustavo e o mal-estar de que Hortência se queixava ao chegar na cidade;
2. **Cáritas:** instituição católica responsável pela gestão dos pedidos de refúgio em São Paulo;
3. **Casa do Migrante e Igreja:** locais contíguos onde o casal morou quando chegou na cidade;
4. **Catedral Anglicana:** igreja que passou a ser frequentada por eles e onde conseguiram grande fonte de apoio, como empregos e assistência do próprio Ministério Público – por mais que, ao final da pesquisa, o casal desconfiasse das reais intenções da ajuda conseguida pelas pessoas que frequentavam a igreja;
5. **Consulado 1:** consulado do Peru, país de nascimento do marido de Hortência;
6. **Consulado 2:** consulado do Canadá;
7. **Hospedagem 1:** hotel onde o casal ficou após saírem da Casa do Migrante, por receio de sofrerem algum tipo de retaliação após denúncias que fizeram sobre crimes que aconteceriam na casa;
8. **Hospedagem 2:** ‘quarto’ que conseguiram em cima de uma clínica de exames médicos, cuja dona compadeceu-se deles e ofereceu um lugar para ficarem, a princípio em troca de aluguel, depois, ao final, gratuitamente;
9. **Internet:** um dos locais na região central da cidade que oferece computadores e 30 minutos gratuitos para conexão na internet, local esse que, segundo o casal, não era muito conhecido pelos outros moradores da Casa do Migrante;
10. **Ministério Público Estadual:** onde conseguiram um ‘emprego’ junto com um dos procuradores, na verdade uma possibilidade de terem alguma

atividade e não precisarem perambular pela cidade sem nada para fazer enquanto não sabiam como ir embora de São Paulo;

11. Passeio: avenida Paulista, local preferencial de passeio;

12. Polícia Federal: entidade do governo brasileiro responsável por, entre diversas outras atividades, acompanhar e gerenciar a estada de estrangeiros no país;

13. Poupatempo: entidade do governo estadual que emite documentos como o CPF, a Carteira de Trabalho, etc;

14. SESC: unidade da rede de SESC's do estado que oferecia algumas facilidades para os solicitantes de refúgio, como por exemplo um bom desconto no almoço, o uso da internet e cursos de português para estrangeiros;

15. SPTrans: entidade governamental responsável pela emissão do chamado “Bilhete Único”, cartão que permite ao usuário realizar até quatro viagens num período de três horas nos ônibus municipais de São Paulo;

16. Trabalho: cabeleireiro onde trabalhou Hortência durante algumas semanas, como recepcionista.

Os pontos principais de seu itinerário foram a região central, a igreja em Santo Amaro, a região da Avenida Paulista e o bairro da Liberdade. Hortência e Gustavo referiam-se não só a atividades de trabalho e de sua busca incessante pela possibilidade de ir ao Canadá, mas também a pequenas atividades de lazer, como a ida a peças de teatro gratuitas na FIESP e também visitas ao Centro Cultural Banco do Brasil, no centro.

3.5 FERNANDA: EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Conheci Fernanda, 33 anos⁶⁸, no dia 14/10/10, cerca de dez dias depois de ter sido libertada da Penitenciária Feminina da Capital, onde cumpriu uma pena de cinco anos por tentativa de tráfico de vinte quilos de cocaína para a Europa. Ela estava sentada na sala da Casa de Acolhida, sozinha, assistindo televisão, enquanto outras mulheres egressas de prisões do estado estavam conversando não muito distantes. Fernanda conta naquele dia que ainda estava se adaptando à vida “*aqui fora*”, e que gostaria muito de poder conhecer a cidade, passear, e inclusive queria se preparar para uma apresentação de dança do ventre que faria na festa de comemoração dos quatro anos da Casa de Acolhida. Para isso precisava descobrir uma loja de roupas de dança do ventre, e não sabia como. Conversamos um pouco e eu expliquei a ela como chegar na rua 25 de Março, onde talvez ela pudesse encontrar a roupa que queria. Ela contou também um pouco de sua história antes de chegar ao Brasil: já havia sido casada, mas o marido batia nela, então ela se separou quando a sua única filha, hoje com 14 anos, era pequena. Ela chegou a ser bastante religiosa mas abandonou o véu e os trajes muçulmanos há tempos e diz nem se lembrar da última vez que tinha ido a uma mesquita.

Ela conta que chegou à Holanda, vinda do Oriente Médio,⁶⁹ mais ou menos com 13 anos, com toda a família, depois de terem passado pela Alemanha fugindo da guerra em seu país. Diz que seus pais pediram refúgio na Alemanha, mas que estava demorando muito para obterem uma resposta e então todos foram para a Holanda e se estabeleceram por lá, onde Fernanda conheceu seu ex-marido. Após cerca de três

⁶⁸ Ela diz que seu registro está errado: no seu documento, está escrito que ela tem 35 anos, quando na verdade tem 33.

⁶⁹ Fernanda aceitou participar da pesquisa contanto que seu país de origem não fosse claramente identificado. As razões para isso, segundo ela, estão relacionadas com um receio de relatoria que poderia ser cometido pelo grupo que a fez vir ao Brasil traficar drogas, caso eles pudessem descobrir que ela estava contando sua história para uma outra pessoa.

anos vivendo na Holanda, seu pai foi vitimado por um câncer e ele e a mãe decidem voltar ao país de origem pois *“se ele morresse na Holanda, ia ser muito caro levar ele de volta para ser enterrado, então preferiram voltar logo antes”*. Então seus pais e seus três irmãos homens (hoje um é cozinheiro, um trabalha em um banco e o outro é metalúrgico, e ela tem mais uma irmã da mesma idade da filha dela, catorze anos) foram embora da Holanda nessa época e, como já era casada, ela ficou e terminou por conseguir a cidadania holandesa pois seu marido à época já a possuía, mesmo sendo descendente de marroquinos. Nesse mesmo dia, ela conta que seu casamento durou muito pouco por conta das surras e dos vícios do ex-marido – é só alguns anos depois da separação formal que Fernanda decide vir para o Brasil e tentar trazer drogas de volta para a Europa. Durante o tempo em que esteve presa, sua filha ficou morando em um abrigo próximo a Amsterdã, e não com o pai, por conta dos problemas dele com drogas.

Fernanda conta que a vinda para o Brasil foi articulada, na verdade, por meio de conhecidos no seu país de origem, que ela tinha o hábito de visitar regularmente. Eles pagaram a passagem e uma estadia de cerca de dois meses para ela em São Paulo e o combinado era que ela deveria simplesmente pegar o voo de volta para Amsterdã e levar consigo cerca de vinte quilos de cocaína, dentro de duas malas. Ela acreditava, no entanto, que *“alguém me cagüetou, porque eu logo cheguei na fila do aeroporto e já veio um policial, me mandou acompanhá-lo e abriu minhas malas”* – segundo ela, a quadrilha que a contratou teria contatos com a polícia, e algo deve ter dado errado e a própria quadrilha a delatou.

Os tempos na prisão foram difíceis, sem dúvida, mas ela se recorda que foi lá que aprendeu a falar português (quando chega ao Brasil, falava apenas árabe, inglês e holandês) e fez algumas amizades importantes– uma delas, inclusive, que a fez continuar a circular pelos arredores do presídio depois de solta e a enviar *“bondes”* com frequência: comidas como chocolates e outras guloseimas, esmaltes, pequenos brincos e pulseiras para a amiga consumir ou vender para outras presas.

Logo nos primeiros encontros com Fernanda, acompanho-a a uma visita ao Consulado da Holanda em São Paulo. Ela precisava reaver o dinheiro a que tinha direito pelos anos passados presa e também apresentar-se aos agentes consulares para que eles pudessem ajudá-la na organização de sua volta ao país. É nesse encontro com uma das agentes – que Fernanda já conhecia, pois essa pessoa costumava visitar as presas de nacionalidade holandesa na penitenciária – que ela conta um pouco mais sobre o tempo passado na cadeia:

Fernanda conta que os primeiros meses, na penitenciária em São Bernardo, foram terríveis, tanto que quando ela chegou à ‘Feminina da Capital’ ela achou que estava em um hotel, dada a diferença das instalações. Nessa época, quando ela ainda não falava português, havia uma pequena loja na frente da cadeia cuja proprietária também era do mesmo país que Fernanda, e então chamaram essa mulher para auxiliar na comunicação. Fernanda e ela acabaram ficando amigas e essa mulher guardou as coisas dela – malas, roupas – durante todo esse tempo. Depois de alguns meses fora do presídio, porém, Fernanda acusa esta mulher de tê-la enganado e roubado as roupas e parte do dinheiro que Fernanda havia confiado à ela.

Diz que o seu primeiro advogado não foi nada bom: de acordo com ela, ele tinha desavenças com o juiz que julgou seu caso pela primeira vez e que foi por isso que logo de cara ela recebeu uma sentença de nove anos de prisão. Depois que conseguiu mudar de advogado e entrar com uma apelação, a pena foi reduzida para cinco anos e quatro meses de detenção em regime fechado, que terminaram em fevereiro de 2011. Ela demorou muito para conseguir a liberdade condicional, que consistiu apenas nos quatro meses finais da pena. Ela diz que os traficantes que a agenciaram para vir ao Brasil não a ajudaram em nada e que ela ficou muito feliz quando, já presa, soube pela televisão que eles foram presos também.

Fernanda mantém contato com sua filha e estava feliz pelo fato da garota estar morando em um albergue na Holanda e namorando um jovem holandês, sobre quem elas conversavam quando se falavam ao telefone, mesmo nos tempos de presídio. Conta que seu ex-marido não faz nada para ajudá-la. Diz que ele é usuário de drogas e quando ela ‘caiu presa’ aqui no Brasil, ele vendeu todas as coisas dela na Holanda, ‘queimou’ a casa e agora ela não tinha mais para onde voltar. No dia dessa visita ao Consulado, a agente explica que o Consulado já havia organizado um albergue para ela ficar quando chegasse a Amsterdã e que ela também teria direito a um empréstimo no banco para recomeçar a vida, e que tudo isso era condicionado com a expectativa de que ela não fizesse mais o que fez. Ela contou que isso a deixava muito feliz, e que ela aprendeu

mesmo com o tempo que passou aqui em São Paulo. Recebeu da agente o dinheiro que tinha direito nesses cinco anos de prisão, escondeu-o no sutiã e disse que ia mandar tudo para sua mãe. Enquanto estava presa, trabalhava na cozinha do presídio e ganhava R\$300 mensais, valor que foi somado com este benefício oferecido pelo Consulado.

(Relato extraído do Diário de Campo, 05/11/2010)

Pelas andanças na cidade – ela rapidamente descobre a localização e o caminho para a Rua 25 de Março, e gasta boa parte do seu dinheiro nessa rua e arredores – Fernanda encontrou vários empreendimentos de descendentes sírios e libaneses (que portanto falavam árabe, como ela), e seu primeiro emprego (depois de começar a fazer um curso de cabelo e maquiagem, que adorava, e um curso de informática, ambos interrompidos) foi como lavadora de pratos em um restaurante da região. No entanto, isso dura pouco, pois ela acreditava que, pelo fato de ser uma muçulmana que não se cobria e que, ao contrário, se pintava, se arrumava, gostava de roupas justas e chamativas, os donos do lugar achavam que ela era prostituta e tinham ‘segundas intenções’ para com ela. Nesse meio-tempo, ela também começou a desconfiar de sua amiga – a proprietária da loja nas proximidades da Penitenciária Feminina – e imaginou que ela ‘avisava’ os descendentes árabes que conhecia em São Paulo que Fernanda tinha estado presa, o que dificultava muito sua relação com eles. Quem a avisa disso, como ela conta, é o dono de um restaurante no Brás que visitamos juntas em meados de dezembro.

Seus itinerários em São Paulo eram bastante recorrentes e concentrados na região central da cidade, como pode ser visualizado no mapa ao final deste trecho (Figura 5).

Fernando chegou a visitar outras regiões – a Avenida Paulista, o Fórum Criminal da Barra Funda e o Conselho Penitenciário, a Avenida Faria Lima (onde estava o Consulado) e os bairros do Tatuapé e Vila Formosa, seja para passear ou por conta dos arranjos e das consequências da cirurgia plástica que fez em finais de janeiro, seja por obrigações referentes à finalização de sua pena.

Fernanda gostava bastante de passear pelo centro da cidade (especialmente para fazer compras) e ia em geral sozinha. Dizia que se sentia muito só dentro da Casa e que apesar de ter tido, no início, contato com algumas das outras moradoras (principalmente egressas, como ela), começou a achar que as mulheres estavam tripudiando dela: não a esperavam quando combinavam de sair juntas, pediam dinheiro emprestado e não devolviam, estavam envolvidas com namorados, “*os nigerianos lá na Praça da República*”, e Fernanda não queria saber deles, apesar de ter concordado em sair com um deles algumas vezes – mas dizia que o que queria mesmo era encontrar um namorado de verdade, de preferência brasileiro.

Foi no curso de cabeleireira que fez por indicação da Casa (e não terminou) que ela conheceu amigas brasileiras que chegaram inclusive a levá-la para um passeio na Praia Grande, em um final de semana de dezembro. Na ocasião dessa viagem ela conheceu e começou a se relacionar brevemente com um amigo de uma dessas moças, mas não por muito tempo – Fernanda também estava “*mal resolvida*”, como ela dizia, com dois outros homens de origem libanesa que ela tinha conhecido durante os dois meses que esteve em São Paulo antes de tentar voltar à Holanda carregando cocaína. Por conta de suas relações amorosas ela procurou por diversas vezes a tenda de uma cartomante no Viaduto do Chá – até o último dia de sua estada em São Paulo, Fernanda afirmava veementemente que tudo o que essa cartomante havia lhe dito que ocorreria aconteceu de verdade.

Após pouco mais de dois meses na Casa Fernanda encontrou um novo emprego numa gráfica acessível a pé da Casa de Acolhida. A dona era uma travesti e no local já trabalhavam outras mulheres da Casa que, como ela, não possuíam documentos brasileiros. Ela ficou muito satisfeita com o trabalho – que consistia em dobrar cartas e colocá-las dentro de envelopes, por um salário de R\$500 mensais e com um horário de trabalho bastante flexível. Foi nesse emprego que ela conheceu Bruno, o motorista que fazia as entregas para a gráfica, e iniciou um namoro com ele. Isso aconteceu mais ou menos ao mesmo tempo em que ela decidiu, em suas palavras, “*realizar outro sonho*”: fazer uma lipoaspiração na barriga e nas pernas.

Mais uma vez, foi uma amiga do curso de cabelo e maquiagem quem lhe indicou um cirurgião que havia operado uma conhecida dela. Fernanda chegou a procurar a possibilidade de fazer a cirurgia no Sistema Único de Saúde, mas com as dificuldades burocráticas, resolveu procurar o cirurgião particular indicado. Fez sua primeira consulta, acompanhada pela pesquisadora, no dia 06/01/2011 e ficou muito satisfeita com o médico e com as condições de pagamento que ele lhe propôs. Rapidamente, decidiu pedir o dinheiro que faltava para sua família fora do Brasil pois boa parte da quantia que havia acumulado com seu trabalho na penitenciária e com o benefício a que tinha direito pelo Consulado já havia sido gasto, e ela estava decidida a fazer a cirurgia que queria.

Apesar do receio de sua mãe em relação aos riscos de fazer uma cirurgia no Brasil, ela decidiu ir em frente e, em 29 de janeiro de 2011, finalmente fez a cirurgia que tanto desejava, em um hospital particular na Vila Mariana. Ela foi acompanhada da mãe de sua amiga do curso de cabeleireira e de seu namorado, que passou a noite com ela no hospital.

No entanto, antes de chegar o dia marcado para a cirurgia, Fernanda estava um pouco preocupada com o fato de não possuir documentos brasileiros. Ela não havia informado ao médico porque estava no Brasil e não sabia se teria problemas para dar entrada no hospital. No entanto, nada aconteceu e apesar dos funcionários do Hospital estranharem vê-la pagar toda a conta em espécie, ela conseguiu ser internada e fazer sua cirurgia.

Como em qualquer procedimento deste tipo – segundo o médico havia informado – ela teve um pós-operatório um pouco sensível: não podia se levantar sozinha, precisou passar mais de duas semanas com as costas curvadas e precisou fazer ao menos dez sessões de drenagem linfática. Para isso, contou com a ajuda de algumas pessoas na Casa (uma das egressas, Julia, moçambicana, foi uma das que mais a ajudou), da própria pesquisadora e também de suas amigas do curso de cabelo e

maquiagem – que se mostravam interessadas em ver o resultado da cirurgia para, quem sabe, arriscarem-se também.

A cirurgia de Fernanda, porém, teve uma outra consequência inesperada: assim que melhorou e que podia se levantar e voltar ao trabalho – cerca de um mês depois da cirurgia – ela foi expulsa da Casa de Acolhida: segundo ela própria, a direção da casa informou-a que, como ela tinha dinheiro para fazer uma plástica, não precisaria da ajuda da entidade. Para Fernanda, no entanto, foi justamente porque tinha a ajuda da Casa que ela pode fazer o que desejava.

Quando isso aconteceu, pediu ajuda ao namorado e foi morar com ele e a mãe na Vila Formosa. De qualquer forma, a saída forçada da Casa coincide com o fim da sua pena no Brasil e com a preparação para a sua volta para a Holanda – para desespero de Bruno, o namorado.

Fernanda, mais uma vez, decidiu pedir dinheiro para a família para poder comprar a passagem de volta para Amsterdã – pois ela queria de todo modo rever a filha, após mais de cinco anos afastada, e já não tinha mais dinheiro, pois o que tinha ganho durante os anos presa havia gasto com a cirurgia e com outros itens de vestuário e beleza que comprou para si:

Agora que a viagem [de volta] está se aproximando, ela contou que Bruno estava cada dia mais ciumento e que insistia muito para ela ficar aqui: dizia que queria casar com ela, que poderia abrir um salão de cabeleireira para ela, que seria muito difícil recomeçar a vida na Holanda. Ela estava preocupada com a angústia de Bruno, pois já estava decidida a voltar para a Holanda, ficar com sua filha e poder reconstruir sua vida lá. Bruno não queria ir para a Holanda com ela pois preferia ficar no Brasil com sua mãe. No entanto, eles foram juntos ao Consulado da Holanda e ela já havia mandado fazer um passaporte novo, que ficaria pronto em uma semana. Antes de ir ela só precisava terminar as sessões de drenagem, o que deveria acontecer no dia 29/04/11. Ela deveria respeitar o prazo até o dia 09/05/11 para sair do Brasil já que havia assinado o documento de expulsão para facilitar o processo. Ela contou também que continuava em contato com a amiga paraguaia da prisão e que o próprio Bruno sugeriu que ela mandasse mais coisas

para a menina; Ela se emocionou ao falar de Bruno pois, ela dizia, ele sempre foi muito legal com ela, ajudou-a muito, fez muitas coisas por ela, mas que ele agora estava sentindo que ela não o amava – na verdade, ela disse, ela queria mesmo voltar para a Holanda e ver sua filha e não estava pensando na possibilidade de ficar no Brasil, nem mesmo em nome da relação com Bruno. (Relato extraído do Diário de Campo, 30/03/2011)

É no final de abril de 2011 que ela finalmente volta para a Europa depois de comprar sua passagem com o dinheiro mandado pela família por meio de empréstimos pegos por seus irmãos e retirado no Brasil via Western Union/ Banco do Brasil, com a ajuda do seu advogado, que também falava árabe e com quem ela mantinha contato. Depois de quase seis anos no Brasil, ela embarcou ansiosa mas feliz pela expectativa de reencontrar sua filha e tentar refazer a vida no país que a acolheu, quando jovem, como refugiada junto com sua família.

Figura 5: Pontos frequentes no itinerário percorrido por Fernanda na cidade de São Paulo, 2010/11.

1. **AMA-Sé:** ambulatório do SUS onde Fernanda fez seus exames pré-cirúrgicos;
2. **Cartomante:** uma das várias senhoras que ficam no Viaduto do Chá aguardando clientes que queiram ler seus futuros nas cartas; frequentada assiduamente por Fernanda, que confiava nas previsões dessa senhora e lhe creditava ter acertado a maioria delas, principalmente em relação aos homens;
3. **Casa de Acolhida:** Local de moradia durante o tempo da pesquisa;
4. **Casa do namorado:** segundo e último lugar onde Fernanda morou durante o tempo da pesquisa, antes de voltar para a Holanda;
5. **Cirurgião plástico:** médico que foi indicado por uma colega de seu curso de cabelo e maquiagem, com quem fez sua tão sonhada plástica na barriga e nas pernas; Fernanda frequentou a clínica do médico antes e após a cirurgia pois precisou, como é de praxe, fazer diversas sessões de drenagem linfática para melhorar os efeitos da plástica;
6. **Conselho Penitenciário:** órgão da Secretaria de Administração Penitenciária que precisa ser visitado em um intervalo regular de tempo pelas pessoas que estão em liberdade condicional, como era o caso de Fernanda ao sair do presídio; ir ao Conselho significava esperar na fila e ter seu alvará de soltura carimbado, revelando que a pessoa em questão não havia desaparecido e continuava a submeter-se à justiça; uma das funcionárias do local compadeceu-se de Fernanda e ajudou-a ao ‘ignorar’ que Fernanda tinha perdido o prazo para ir ao local, pois não sabia que deveria fazer isso;
7. **Consulado:** consulado da Holanda, visitado por ela logo após sair do presídio e para conseguir emitir um novo passaporte para voltar para o país;
8. **Curso de Cabelo e Maquiagem:** curso indicado pela Casa de Acolhida que deveria oferecer aos participantes a oportunidade de serem treinados para trabalharem na área; Fernanda, por sua vez, pareceu interessar-se mais por aprender técnicas que poderia usar nela mesma, chegando a fazer um

pequeno ‘estágio’ em um dos cabeleireiros da rua onde fica a Casa de Acolhida que durou apenas dois dias;

9. Drenagem linfática: outro local onde Fernanda fez o procedimento, indicado por seu médico;

10. Exames para a cirurgia: outro local, além da AMA-Sé, que precisou ir para fazer alguns exames específicos antes de sua cirurgia; esse local era uma outra clínica particular de cirurgia plástica, onde Fernanda conheceu outras mulheres – paulistanas – que tinham feito ou estavam por fazer plásticas;

11. Fórum Criminal: conhecido como “Fórum da Barra Funda”, local onde Fernanda precisou ir como parte do procedimento de sua soltura;

12. Hospital: instituição privada onde fez a plástica;

13. Passeio: na avenida Paulista, também seu local preferido de passeio na cidade, junto com a região da rua Vinte e Cinco de Março;

14. Penitenciária Feminina da Capital: onde cumpriu a maior parte de sua sentença e onde ainda estava presa uma moça de nacionalidade paraguaia, que considerava sua grande amiga;

15. Restaurante de um amigo: também de origem árabe, este dono de restaurante era um dos que alertou Fernanda para o fato dela estar sendo ‘mal falada’ pela comunidade árabe, por conta de seu modo de vestir-se, pintar os cabelos e as unhas;

16. Trabalho 1: nos arredores da rua Vinte e Cinco de Março, como lavadora de pratos em um restaurante árabe; o trabalho durou pouco mas foi rapidamente repassado para outra moradora da Casa de Acolhida;

17. Trabalho 2: gráfica de propriedade de uma travesti, onde Fernanda trabalhou a maior parte do tempo em que esteve fora do presídio e onde outras mulheres da Casa de Acolhida também conseguiram trabalho; também foi

nesse trabalho, acessível à pé da Casa, que Fernanda conheceu seu namorado brasileiro.
--

3.6 MAIS ALGUMAS PALAVRAS ACERCA DOS RELATOS

Este capítulo teve como objetivo apresentar, com mais detalhes, as protagonistas da pesquisa, os itinerários percorridos por elas na cidade – alguns, que puderam ser realizados na companhia da pesquisadora, outros que foram relatados durante várias conversas – e as narrativas que compartilharam sobre suas vidas.

As histórias, relatos, sentimentos, conectados aos deslocamentos foram aos poucos montando uma teia de relacionamentos com a cidade e com a (re)construção da vida de cada uma, em contato com as possibilidades de ‘ajuda’ oferecidas, bem como com o contexto socio-econômico e cultural contemporâneo. A experiência da cidade, conectada às narrativas sobre a própria vida em São Paulo mas também às histórias anteriores de vida – histórias de migração, histórias significativas, histórias pessoais – foi fundamental para a apreensão dos modos de vida dessas mulheres.

A seguir serão comentadas as principais categorias de significado apreendidas por esta observação participante dos percursos delas no espaço da cidade.

4 ITINERÁRIOS E NARRATIVAS NA CIDADE DE SÃO PAULO: MODOS DE FAZER A VIDA NA CIDADE

As histórias das protagonistas se cruzaram no espaço da cidade: seja na rua, na Casa, na Cáritas, no SESC, na AMA-Sé, nas outras instituições de apoio ou ao acaso. Cruzaram-se também em outros pontos - a princípio definidos pelo escopo da investigação - pelo fato de serem mulheres estrangeiras em trânsito, pelos usos que faziam do espaço e do tempo na cidade, bem como por alguns pontos de seus itinerários, narrativas e experiências na metrópole, a despeito de suas diferentes categorias jurídicas: solicitantes de refúgio, imigrantes 'econômicas' ou ex-presas estrangeiras.

Os itinerários influenciavam e sofriam influência das diversas experiências no tempo passado na cidade. Muito da construção do 'ser mulher' e do 'ser estrangeira' deu-se na interação com os pontos de circulação e de estadia em São Paulo, sejam eles pontos 'específicos' para pessoas estrangeiras, ou pontos 'comuns' do espaço público e privado da cidade.

Esses cruzamentos serão apresentados com mais detalhes em seguida, levando-se em conta que a análise dos itinerários e de suas narrativas permitiu tecer interpretações a respeito do modo de vida dessas pessoas em São Paulo.

4.1 SER MULHER

O primeiro ponto de intersecção ou cruzamento entre as protagonistas é o fato de todas serem mulheres. Como dito, esta foi uma escolha da pesquisa: estudar os modos de vida de mulheres e, mais ainda, de mulheres estrangeiras na cidade. Mas quem são, então, essas mulheres? Como são? O que querem?

A condição de mulher, no caso das solicitantes de refúgio e refugiadas, parece ter uma influência clara ao menos no modo de tratamento oferecido por algumas das instituições de ajuda a estrangeiros em São Paulo, a começar por elas contarem com uma casa-abrigo ‘exclusiva’ para elas, a “Casa de Mulheres”, como elas mesmas denominam (em oposição à outra casa, a Casa do Migrante, onde também são aceitos homens). Para além disso, aparentemente os recursos da Cáritas, que não podem ser divididos entre todos os solicitantes de refúgio, parecem ser dados preferencialmente às mulheres com filhos e/ou às mulheres sozinhas⁷⁰. Seria então a condição de mulher um auxílio ao processo migratório em São Paulo? Faz diferença ser mulher e ser imigrante? De acordo com a Cáritas, as mulheres têm mais dificuldades de encontrar trabalho na cidade do que os homens e também costumam estar em uma situação de maior fragilidade, por estarem ou sozinhas, ou com filhos para cuidar⁷¹. Os itinerários e narrativas das protagonistas desta pesquisa mostram, no entanto, que apesar das dificuldades – que sim, existem – as mulheres terminam por encontrar meios de lidar com elas.

Oliveira (2011) é uma das que cita uma certa ‘facilidade exacerbada’ dada pelas instituições às mulheres imigrantes em São Paulo: para essa pesquisadora, vale notar que em geral as propagandas das instituições citadas nesse trabalho privilegiam fotos

⁷⁰ De acordo com a percepção de uma das voluntárias da própria Cáritas.

⁷¹ De acordo com palestra proferida pela Assistente Social e pela Coordenadora da Cáritas –SP, em 4/11/11, durante evento comemorativo dos 5 anos de existência da Casa de Acolhida, em São Paulo-SP.

de mulheres, de preferência com crianças e se possível negras e em trajes africanos; de acordo com a autora, essa opção poderia já indicar uma compreensão de que as mulheres despertariam mais pena, mais compaixão, daqueles dispostos a ajudá-las. O Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) cita que

(...) há os relatos de situações em que as mulheres migrantes sofrem preconceito e discriminação no decorrer de sua jornada migratória, seja devido à sua nacionalidade, por sua religião e práticas culturais ou simplesmente por ser mulher. Neste contexto, é comum perceber a associação das mulheres a imagens que as objetificam, inferiorizam e reduzem seus comportamentos à esteriótipos, o que torna possíveis situações de discriminação social e violência simbólica, e evidentemente dificultam sua inserção e integração na sociedade de destino. (CSEM, 2011, p. 3,4)

O contato com as protagonistas desse estudo foi feito prioritariamente por intermédio de uma instituição que, entende-se aqui, marca fortemente o modo de ser das mulheres estrangeiras que lá são abrigadas ou “acolhidas”, no dizer da Casa. Essa instituição abertamente religiosa guarda em si uma visão do feminino que pode ser descrito como se segue: potencialmente pecador, desconfiável, sujo, sujeito ao erro, mulher que deve ser submissa, que deve ser capaz de (e querer) realizar tarefas de casa, que deve aceitar seus filhos (e se possível só tê-los depois de casada e manter-se casada), que deve ser recatada, que deve ser grata (pela ajuda que recebe e pelo que Deus lhe dá), que deve ser vítima (de seus próprios erros, da violência ou da pobreza), que deve (no sentido da obrigação e da dívida), que não deve desobedecer, que não deve fumar ou usar drogas, que não deve ser preguiçosa nem vaidosa.

Ora, percebe-se claramente pelos relatos de algumas moradoras – principalmente Fernanda e Annie – que essas roupagens não lhes servem muito bem: Fernanda teve diferentes namorados, vestia-se com roupas justas, coloridas e, quando possível, curtas, pintava o cabelo de loiro, pintava as unhas – bem como boa parte das outras moradoras, por sinal, que além de tudo fumavam, bebiam e também saíam com seus “namorados”. Annie, por sua vez, não ajudava com a escala de trabalhos da Casa, saía sem os filhos, deixava-os ‘sozinhos’, não dava explicações sobre onde ia– se

bem que, a seu modo e aparentemente com razão uma vez que conseguiu o que queria, cuidava bastante bem de toda a família.

Porém tanto a Casa de Acolhida quanto a outra grande casa-abrigo para estrangeiros, a Casa do Migrante, estão localizadas em bairros de São Paulo tipicamente correlacionados à migração, internacional e nacional, e à miscigenação da cidade, bem como, na imagem do senso comum, a elementos pouco positivados, como o uso de drogas, o contrabando e o comércio popular. A própria miscigenação dos bairros parecia permitir não apenas a livre circulação das mulheres, sem chamarem muita atenção, como a existência de ‘pontos de vista’ tão opostos quando a Casa e as zonas de prostituição, a Casa e os vários cabeleireiros e lojas de roupas femininas, a Casa e as diferentes comunidades religiosas (evangélicas, protestantes, muçulmanas, budistas, etc) do bairro do Cambuci, Liberdade, Glicério e adjacências.

Em razão disso, a cidade e os seus itinerários parecem permitir outras possibilidades: uma grande pluralidade, plena de outros sentidos do ser feminino, para além dos que eram possíveis na Casa. Na cidade é possível ser mulher recatada, mulher muçulmana de roupa justa, mulher com ou sem filhos, mulher prostitua, mulher negra, mulher que não fala português, mulher velha ou nova, mulher religiosa ou não, mulher mãe ou não, mulher com visto ou não, mulher brasileira, mulher estrangeira, mulher que trabalha ou mulher que não trabalha, mulher que “torra” seu dinheiro em compras ou plásticas, mulher que não tem o que comer nem onde dormir, mulher que vai ao parque, mulher que passeia na cidade, mulher que só conhece os itinerários relativos aos interesses e necessidades ‘essenciais’ como trabalho (dinheiro), casa, comida, mulher que mente, mulher que diz a verdade. Também é possível ser mulher com características masculinas: Kate, Hortência, Annie, Miriam e Fernanda, no seu modo de serem mulheres, também exerciam funções tradicionalmente tidas como masculinas: também precisavam cuidar de sua proteção (e de seus filhos), de seu próprio sustento, de sua segurança nos percursos pela cidade e no tempo (como ter dinheiro, como encontrar uma casa, como manter-se, ou sair, do Brasil?).

Todas estas possibilidades de ser, por sinal, inseridas dentro do contexto contemporâneo que, segundo Berger e Luckmann (2004), perde sua auto-evidência e escancara o mundo do possível, dificultando, para muitos, o encontro de parâmetros.

Parece haver um contraste, então, entre o modo como essas mulheres se apresentam e as imagens institucionais de quem elas são. Mas há, porém, interfaces: as possibilidades de ganhar dinheiro e trabalhar pareciam ser, por exemplo, apropriadas a uma certa idéia de feminino mais correlacionada com o ponto de vista institucional. Faxineiras, cabeleireiras, maquiadoras, cuidadoras de crianças, trabalhadoras na cozinha de restaurantes, trabalhadoras em uma gráfica na região central – os tipos de trabalho encontrados por elas eram de fácil execução pelo tipo físico feminino, e pareciam ser os mais comumente ofertados⁷². Pareciam ser, também, trabalhos comumente realizados por mulheres de baixa renda na cidade, sejam elas estrangeiras ou não.

Em contraste, os modos de ser mulher que estas protagonistas apresentavam, diferente do ponto de vista institucional, são o que pode ser entendido aqui como modos de cuidar de si mesmas, seja no aspecto da vaidade seja quanto ao cuidado consigo na esfera da saúde. Ser mulher, mesmo que sem muitos recursos financeiros e compartilhando uma casa, significava também arrumar-se, produzir-se, maquiarse, fazer as unhas e ... até mesmo uma plástica. Significava também ir ao médico e/ou buscar outras formas de tratamento para suas moléstias; significava, em certo momento, estar disposta a relacionar-se com algum homem. Seriam esses cuidados – às vezes até mesmo além das possibilidades financeiras, como quando Kate decidiu comprar remédios mais caros ou Fernanda escolheu fazer sua cirurgia plástica – um modo de resguardar algo ainda íntimo, primeiro, fundamental, da história de cada uma delas? Ou seriam uma forma de parecerem diferentes, sim – pois os gostos referentes à roupas, cabelo, escolhas de médicos, muitas vezes eram símbolos de seus países de origem? Ou ao mesmo tempo, eram uma forma delas aproximarem-se de um certo perfil de mulher, que se arruma e se pinta, que tem um certo tipo de corpo,

⁷² Valeria aqui uma reflexão da razão pela qual prevalence esse tipo de oferta de trabalho para estrangeiras. Seriam essas as únicas opções para elas como para quaisquer outras mulheres “de fora” do mercado de produção? Ou seriam o resultado das únicas buscas realizadas?

de modo semelhante aos desejos de outras mulheres da cidade? Mais uma vez, a cidade permitia a pluralidade e a possibilidade de parecer ser como se queria (ou podia). Estar na cidade alargava as opções.

Aqui é possível esboçar uma das principais diferenças entre o que as mulheres apresentavam, na esfera do feminino, e o que as instituições de apoio à estrangeiros pareciam entender que elas eram: as mulheres não eram apenas dirigidas pela satisfação de suas necessidades básicas, mas também por desejos.

Como mulheres, como pessoas, elas também tinham seus desejos. Campos (2009) é um dos autores que procuram definir o que são desejos e o que são interesses: para o autor, falar de ‘interesses’ dos sujeitos é falar, dentro de um ponto de vista racionalista, que os sujeitos podem calcular o que é preciso fazer para resguardarem sua sobrevivência física e social: é falar que os sujeitos – aqui, as mulheres – tem consciência de suas necessidades, e de que essas necessidades podem ser moduladas por distintas formas de controle social.

Porém, principalmente a partir da notoriedade alcançada pela invenção da teoria psicanalítica pelo médico austríaco Sigmund Freud, pode-se também entender que, para além dos interesses conscientes, os sujeitos são também permeados por desejos.

O desejo seria uma tendência psíquica do sujeito humano de buscar o prazer, o gozo, com certo grau de independência de sua própria sobrevivência; ou seja, a busca do prazer e do gozo não se subordina completamente à racionalidade do interesse, ainda que a considere em diferentes graus conforme o sujeito e o contexto (CAMPOS, 2009, p. 27).

O que elas queriam então? Quais eram seus interesses, o que desejavam? As narrativas de Kate, Annie e Hortência pareciam partilhar de um desejo de uma vida mais ‘pacífica’ ou ao menos distante de episódios de violência – as três que solicitaram refúgio, sendo que nenhuma conseguiu – apenas Annie obteve a residência permanente no Brasil, como ela diz, *“por conta da escola dos filhos”*. Não foi possível obter o refúgio mas – afora para Kate que, ao término da pesquisa, continuava em uma situação incerta e delicada – as outras duas ‘dão um jeito’ e

conseguem, ao menos a curto prazo, estabelecer-se de um modo que lhes permitisse alcançar essa possibilidade de viver sem medo da violência.

O desejo delas, parece, vai ao encontro de uma melhor qualidade de vida, partilhado por elas mas também por boa parte dos habitantes da metrópole. O que seria isso, por sua vez? Nos relatos e itinerários, percebe-se a busca por casa para morar, trabalho, eletrodomésticos, roupas, itens de beleza, televisão, novelas e filmes, comida, escola, instituições religiosas e saúde, elementos presentes em todos os relatos, mesmo que em formatações diferenciadas – enquanto para umas o desejo era ter a possibilidade simplesmente de ter uma casa sua, fora da Casa de Acolhida (como, no início, para Kate), para outras não poderia ser qualquer casa (como para Hortência, quando sai, “forçadamente”, da Casa do Migrante, após uma entrevista que ela e o marido deram para um jornal e que, no entender deles, lhes colocava em risco na casa pois mencionava que coisas “erradas” aconteciam ali). No quesito “roupas e itens de beleza”, Hortência e Fernanda pareciam aproveitar bastante as facilidades de preço da região central da cidade, enquanto Annie preferia, em geral, manter suas roupas africanas, Kate usava muitas peças de segunda-mão à venda em uma loja vizinha de sua nova casa (e de cuja dona ela ficou amiga) e Miriam não parecia importar-se com o que vestia e nem com maquiagens ou cabelo – ela, na verdade, cortou o cabelo bem curto pois vendeu-o para um salão de beleza (prática alías bastante comum na cidade).

Em relação ao acesso aos serviços de educação e saúde, vale lembrar que, por mais deficiências que ambos os sistemas tenham na cidade, a mera existência deles é algo diferente do que ocorre em alguns dos países de origem delas, principalmente nos casos de Annie, Kate e Miriam. Se esse fato não era motivo para que elas relatassem sempre uma grande satisfação com os serviços oferecidos também não lhes trazia grandes frustrações⁷³. Fernanda, que realizou sua tão sonhada plástica no Brasil,

⁷³ A Casa de Acolhida tinha uma parceria com dois equipamentos de saúde: a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora do Brasil que, solicitada, oferecia à Casa palestras – das quais a pesquisadora presenciou uma sobre higiene e a importância de lavar as mãos e os alimentos e manter a limpeza dos espaços – e a AMA-Sé, que inclusive contava com um Agente Comunitário de Saúde de origem congoleza.

ficou feliz com essa possibilidade oferecida pela cidade, pois não só ela achou que o preço que lhe cobraram era bastante razoável e muito mais em conta do que ela teria pago na Europa, como também ela não enfrentou absolutamente nenhum empecilho por não ser cidadã brasileira – se bem que com dinheiro no bolso.

Finalmente, outro desejo que parece permear alguns relatos foi o da conquista de novos relacionamentos: afetivos, sexuais, profissionais. Apesar de relatar contatos vários com pessoas da mesma origem que ela e que falavam lingala⁷⁴, Annie manteve-se restrita ao seu círculo familiar (ela era também a única com uma filha muito pequena). As demais protagonistas deste estudo iniciaram vários outros relacionamentos e redes de sociabilidade na cidade: conhecidos, colegas de curso, amigos, colegas de casa/quarto, namorados, empregadores, colegas de culto, chefes, hóspedes (de um dos hotéis onde Kate trabalhou por exemplo), colegas do SESC, conhecidos da Cáritas, donos de lojas e restaurantes, etc.

As possibilidades oferecidas pela cidade e a rede de relacionamentos pareciam estar intimamente conectadas. Mas não bastava apenas ter esses contatos, mas sobretudo poder acessá-los e, por que não? submeter-se à eles. As portas da cidade existiam, mas nem sempre estavam abertas.

São essas as mulheres, descritas por essa pluralidade de sentidos, de que se fala nesta pesquisa. Não muito diferentes, talvez, das mulheres brasileiras nas grandes cidades. São mulheres que precisam encontrar trabalho, casa, cuidados com a saúde, escola para os filhos, e que com pouco dinheiro ou pouca ajuda formal para isso.

Em contrapartida, são mulheres que parecem fazer parte de uma categoria que recebe mais ajuda se comparadas aos homens estrangeiros: além de contarem com uma Casa “só para elas” e seus filhos, parecem obter certos benefícios de algumas entidades de assistência dada sua imagem mais frágil e seu perfil primordial de vítimas – que é, com alguma frequência, rapidamente correlacionado a um julgamento moral de

⁷⁴ Língua falada principalmente na República Democrática do Congo e em províncias de Angola e muito usada pelas moradoras da Casa de Acolhida – sem dúvida, uma forma ‘segura’ de conversar sem que fossem incomodadas.

fragilidade de valores e de possibilidade de “queda”⁷⁵ no mundo do crime e da devassidão (como poderia ser interpretada a atividade da prostituição ou os “*namoros com os nigerianos*”, como elas diziam, ou os próprios flertes com o tráfico de drogas).

Assim, os elementos que permeavam o desejo (e os interesses) destas mulheres parecem ser aqueles mesmos – em diferentes roupagens, no entanto – que permeiam desejos e interesses de muitas outras pessoas que transitam no espaço da metrópole – sejam elas estrangeiras, indesejadas, refugiadas, migrantes, ou não. Ser mulher, aqui, estava muito mais correlacionado ao imaginário feminino presente na metrópole do que ao imaginário apresentado e representado pelas instituições de ajuda a estrangeiros.

4.2 SER MULHER, E SER MULHER ESTRANGEIRA

Outro ponto que se desvela nos itinerários e relatos é justamente o que teria a “estrangeiridade” a ver com a vivência delas na cidade. Este trabalho escolheu tentar compreender os modos de vida de mulheres estrangeiras. O que é, no entanto, ser ‘estrangeiro’? O que faz nomeá-las assim?

Ser estrangeiro, estrangeira, é não ser deste lugar, é ser de fora, ser diferente, ser outro. É ser objeto de curiosidade e desconfiança; é correr o risco de ser tido como exótico ou estranho; é precisar conhecer e se fazer conhecer para poder ser acreditado. É necessário um esforço próprio e dos outros para enfrentar essas diferenças. É um potencial fator de conflitos.

⁷⁵ Usando aqui a expressão de Fernanda: *cair presa*, cair (em um sub-mundo), cair em tentação?

Das dificuldades óbvias⁷⁶ para um estrangeiro no início de sua estada na cidade - locomoção, conhecimento das instituições, compreensão da língua, compreensão dos costumes e hábitos, chega-se inclusive ao que de provavelmente é o símbolo mais marcante da vivência do estrangeiro, ou seja, estar (ou não) disposto a fazer ‘trocas e negociações’ entre a ‘nova’ cultura e a ‘velha’ cultura. Estes são pontos que pareciam ser contidos e debatidos ‘entre’ as próprias mulheres mas muito pouco – ou quase nada, ao menos nos espaços institucionais – com as pessoas que tinham a função específica de acolhê-las. Eram os pares que – às vezes, quando tinham vontade, quando lhes parecia interessante – ajudavam com as pequenas informações do cotidiano, com os códigos culturais, com os modos de encontrar o que precisavam na cidade (fossem comidas específicas, ou roupas, ou igrejas ou mesmo trabalho).

Assim, as negociações culturais precisavam, é claro, ser feitas, mas não pareciam obter, primeiramente, tamanha importância para a estada delas na cidade. Ao contrário, o encontro com pessoas ‘diferentes’ e a vida numa cidade tão miscigenada quanto São Paulo parecia facilitar, mais do que atrapalhar, a escolha dos caminhos. No entanto, esse ponto parecia ser ligeiramente diferente quando se pensa na relação das instituições de apoio a estrangeiros e nas mulheres por elas apoiadas.

Ser estrangeira tinha a ver com falar uma língua que poucos – afora os outros estrangeiros e uma ou outra funcionária – entendiam; tinha a ver com hábitos de cuidar de casa, dos filhos, das roupas, que não eram os esperados pela cultura da Casa de Acolhida ou da própria Cáritas; tinha a ver com precisar entender o território não só em sua linguagem falada ou escrita mas, sobretudo, em seu modo de organização, de valorização e de costumes.

Por outro lado, a estrangeiridade poderia ser pensada de modo diluído em um espaço como a Casa de Acolhida: local de abrigamento para um conjunto de estrangeiras

⁷⁶ E, com alguma frequência, negligenciadas, ao menos aparentemente, pelas instituições de apoio. Hortência e seu marido por exemplo nunca tinham sido informados da existência de um sistema de “Bilhete Único” no transporte público da capital, o que lhes facilitaria muito a vida pois economizariam algum dinheiro, e que inclusive teria contribuído com a própria Cáritas, que teria “um problema a menos” para resolver caso eles estivessem um pouco mais cientes do funcionamento da cidade,. Como boa parte dos solicitantes de refúgio, era para a própria Cáritas que eles corriam (no início) para pedir dinheiro e informações.

que as tornava uma coisa só, que era o não-ser-brasileira – mesmo com as diferenças entre cada uma delas, nem sempre ressaltadas nem mesmo compreendidas. Apesar de alguns esforços por parte da Casa – como, por exemplo, a realização de um culto ecumênico (com uma pastora e um padre) no dia do aniversário de quatro anos da instituição – o espaço não contava com nenhum tipo de referência a outras culturas, línguas, religiões ou modos de vida. Não havia música, não havia cores, não havia mapas, não havia quem falasse outros idiomas fluentemente (apenas uma funcionária de origem chilena – ou seja, ela própria estrangeira), não havia comidas típicas (somente em raras exceções, principalmente quando da ‘gestão’ de uma cozinheira-substituta). O que havia pelas paredes eram textos religiosos em português, paisagens brasileiras, imagens de Jesus Cristo, crucifixos.

As demais instituições mandatadas a lidar com estrangeiros em São Paulo - Cáritas, Casa do Migrante, Polícia Federal - também eram espaços sentidos como marcados pela oposição brasileiro/não-brasileiro e não pela multiplicidade de estrangeiridades da qual as protagonistas eram apenas uma parte. Eram raras as situações – exceção feita com outros estrangeiros, como dito, e/ou com alguns voluntários ou estudantes interessados no tema, ou mesmo com a pesquisadora – em que as mulheres travavam um diálogo sobre seus países, suas culturas, seus hábitos culturais. Essas questões pareciam ser “apagadas” pela grande categoria “estrangeiras”, o que lhes significava, na esfera institucional, simplesmente uma dificuldade jurídica, linguística e de “comportamento” e, sobretudo, um lugar passivo, de objetos de uma assistência.

No entanto, os enfrentamentos vividos e relatados por ela com as instituições de apoio a estrangeiros na cidade não foram correlacionados por elas como uma dificuldade, por parte das instituições, de compreender ou conhecer seus modos de vida estrangeiros. Suas queixas em relação a essas instituições diziam respeito às discordâncias em relação às regras, aos problemas de divisão de tarefas na casa, à ajuda distribuída com esforço e aparentemente – para elas – sem critério. Havia uma diferença de prioridades, havia uma linguagem que não se compreendia, e havia também uma desconfiança quase *a priori*. Para elas, ser estrangeiras – para além das dificuldades em conseguir documentos no Brasil – seria em si uma questão? Os

embates, frequentes, com as instituições de apoio falariam do sentido desta estrangeiridade?

Vale ressaltar, no entanto, os modos de negociar essas diferenças inerentes à noção de “estrangeiridade” com a cidade. Primeiramente, no espaço da cidade as diferenças pareciam ser um pouco menos marcantes – quando não sentidas como potencialmente positivas. Em algumas situações, ser estrangeira permitia um tratamento melhor do que não ser (por exemplo, a Casa de Acolhida contava com a visita regular de um agente de saúde da AMA-Sé que era um refugiado congolês; as solicitantes de refúgio obtinham um desconto considerável nos almoços do SESC-Carmo); em outras situações, ser estrangeira permitia um tratamento no mínimo semelhante aos demais (como no caso dos postos de saúde ou escolas); em outras ainda, envolvia maiores dificuldades, como a necessidade de apresentar o protocolo de refúgio ou mesmo o alvará de soltura em lugar de uma carteira de identidade para entrar em um prédio de escritório para uma entrevista de emprego; a necessidade de pedir à Casa de Acolhida um comprovante de residência para inscreverem-se na Biblioteca Municipal ou para emitirem seus Bilhetes Únicos, entre outros.

Assim como as protagonistas dessa pesquisa não se usaram da categoria “estrangeiras” para falar sobre as dificuldades que tinham no relacionamento com certas instituições e pessoas, tampouco elas mencionaram sentirem-se menosprezadas pelo simples fato de possuírem outra nacionalidade: mais uma vez, este ponto parecia ser sentido de modo mais sutil, como quando diziam que era difícil alguém confiar nelas, que haviam problemas frequentes de desentendimentos ou que se sentiam lesadas em certas relações profissionais. Não era uma questão, a princípio, do valor dado à estrangeiridade, se maior ou menor do que o valor dado ao não-estrangeiro. Mas, sim, uma questão do sentido de ser diferente e do que essa diferença exhibe como marca. Ser estrangeira era não poder ser confiável? Ou não poder confiar em ninguém, dada a barreira ao conhecimento das intenções ‘reais’ dessa pessoa, pelo fato de haver uma diferença e, nessa diferença, uma potencial fraqueza para o lado das mulheres?

As tensões em jogo entre a ‘nova’ cultura e a ‘velha’ cultura que a ação de assistência à estrangeiros deve considerar, inescapavelmente, também aparece nos trabalhos de Santinho (2009a, 2009b), Pussetti (2009a, 2009b), Fassin (2010), Agier (2008) e Garcia (2009), entre outros. Em linhas gerais, tanto nesta pesquisa quanto nesses trabalhos, o embate costuma ser permeado pela noção de ‘assistência’ (ou ‘assistência humanitária’) e pelas concepções de ‘verdade ou mentira’ (morais, portanto) relacionadas à chegada desses estrangeiros, à sua migração.

Os enganos, as desconfianças e os desencontros foram bastante presentes nos relatos das protagonistas e nas falas das instituições (“via” as próprias ou “via” as mulheres) sobre a condição delas: a dificuldade de confiar e o consequente volume de situações em que se sentiram ‘enganadas’ (moradoras com moradoras, estrangeiras com estrangeiras e com brasileiros, brasileiros com estrangeiras, funcionárias com moradoras e moradoras com funcionárias, empregadas com patrões e patrões com empregadas, funcionárias e moradoras com a pesquisadora, e a pesquisadora com funcionárias e moradoras). Que dificuldade seria essa, o que na verdade está em jogo quando se adverte que “*elas são difíceis de confiar*” (fala da Diretora da Casa, logo no início da pesquisa) ou de que “*eu fui enganada por elas*” (fala de Fernanda sobre outras moradoras) ou mesmo “*eles estão mentindo*” (falas de Kate e Hortência sobre outros solicitantes de refúgio), e até “*vou processá-los porque eles me roubaram*” (fala de Miriam sobre seus antigos patrões)? Teria isso a ver com a estrangeiridade?

Mais uma vez é relevante ressaltar o contexto que permeia estes encontros interpessoais: a migração, a chegada no país enquanto indesejada, enquanto não-convidada e, em alguns casos, claramente relacionada à um ato ilícito e imoral e, em outros, em vias de provar sua ‘inocência’ ou sua ‘verdade’, de fazer sua narrativa eficaz (FASSIN, 2010) – coisa que nem sempre pode ser feita. Há elementos a serem escondidos, portanto, ou ao menos não escancarados, e outros que se prefere mostrar, e isso faz parte dos modos de funcionar não só das mulheres/moradoras bem como da instituição e da própria pesquisadora. Há interesses e desejos em jogo, da parte das mulheres e da parte das instituições. Desconfiar não parece ser uma atitude descolada do contexto, muito ao contrário.

Essas características, porém, não são exclusivas dessa rede de relacionamentos: um relacionamento qualquer, um contato interpessoal aleatório, é permeado pelas decisões do que se quer mostrar e do que não se quer mostrar. No entanto, no caso das protagonistas desse trabalho, a questão da ‘confiança’ parece estar ainda mais relacionada ao próprio existir dessas mulheres enquanto estrangeiras e indesejadas na cidade, exigindo uma força ainda maior para que se possa mostrar ‘realmente’ só aquilo que deve ser visto – para conseguirem algo. É claro, então, que todos(as) que chegam à Cáritas e à própria Casa de Acolhida devem contar histórias de violência – é assim que, por ventura, pode-se conseguir o refúgio (ou ao menos a ajuda de custo durante o tempo da solicitação), e devem parecer ‘necessitados’ (haja vista a expulsão de Fernanda quando da recuperação de sua plástica – “*quem faz uma plástica não é necessitada*” foi uma das explicações dadas à ela pela Casa). É claro também que a Casa deve ter regras e punições (como a expulsão): pois sabe-se, mesmo que não se queira, que as mulheres não correspondem exatamente àquele desejo de objeto-que-recebe-ajuda. As mulheres tinham consciência disso, e provavelmente as próprias instituições também. Ser estrangeira e lidar com estrangeiros era também perceber esse imaginário em torno do sentido da estrangeiridade, para as próprias mulheres e para as instituições.

Confiar/desconfiar é parte indissociável das histórias de vida e das formas de apoio institucional oferecidas para essas mulheres. Note-se que essa paridade atravessa também a relação com a pesquisadora, tanto por parte, principalmente, da instituição quanto das mulheres⁷⁷, e atravessa a relação das mulheres com outros espaços da cidade, dados os relatos de que se fizeram enganar, ‘sacanear’, ‘usar’, etc. A construção da confiança - com as moradoras, com a instituição, com a pesquisadora - parece só ter sido possível aos poucos e em algumas situações, após a convivência prolongada, as demonstrações concretas de valor e ‘caráter’⁷⁸ e, sobretudo, ao

⁷⁷ Foi preciso certo esforço para que as moradoras deixassem de identificar a pesquisadora com o staff da Casa – o que seria mais do que natural uma vez que era na Casa que aconteceram os primeiros encontros e o contato com elas foi feito através da Casa.

⁷⁸ Não contar às funcionárias da Casa certos detalhes das histórias delas; não julgá-las; estar de fato – e por interesses também – querendo conhecê-las.

advento da possibilidade de mostrar-se, sem grande receio de perder algo que lhes parecia importante – que seria, no caso das moradoras, a identidade necessária de vítimas. A confiança foi se construindo na travessia, ao longo da duração do tempo em São Paulo – duração, travessia, temporalidade: outras categorias evocadas pela experiência da migração e também presentes no relato dessas mulheres estrangeiras.

No entanto, os pontos de conexão entre a estrangeiridade, entre o paradigma da confiança/desconfiança nos relatos e os itinerários das protagonistas - e a criminalidade/violência que permeia as rotas e motivos de migração - merecem ser analisados com mais detalhes.

A desconfiança parece basear-se em um “cheiro” de criminalidade, ilegalidade, imoralidade, advinda da existência dessas pessoas. O estrangeiro como perigo, o desconhecido e o diferente como negativos. Como visto, o aspecto ‘imoral’ das mulheres/moradoras aparece nas contradições entre o desejo das instituições de ajuda e o que de fato define as escolhas das mulheres, mas também – e a história de Hortência pode ser um exemplo – nas tênues linhas que separam a legítima vontade de ‘mudança’ e o ato imoral: como a mentira, o ‘uso’ dos recursos que não lhes era devido, o ‘aproveitamento’ talvez dos contatos da igreja, e até mesmo – como fizeram também Kate e Fernanda – das possibilidades que ter alguém que lhes acompanhava (a pesquisadora) oferecia.

A criminalidade/imoralidade/ilegalidade está presente também no próprio percurso e chegada ao Brasil, “sem ter sido chamada”, e na entrada na Casa: percurso esse que envolveu subornos (no caso de Kate e de Hortência), envolveu mentiras nos postos de alfândega (para Miriam e Annie), envolveu primeiro conhecer o território e só então decidir-se por, por exemplo, pedir o refúgio (no caso de Annie) – elegendo-o a opção ‘mais rentável’.

Para Mattos (2007), entre outros, a necessidade de subornos e pagamentos de atravessadores quando da entrada ‘sem ser chamado’ em um país parece ser bastante frequente e é facilmente constatável quando da conversa com os migrantes, ou mesmo quando se observa boa parte das notícias sobre o tema na Europa ou nos Estados Unidos. Assim, haveria, nos itinerários e nas narrativas, de fato razões para

tal desconfiança e para um possível emparelhamento da estrangeiridade com a negatividade. Vale retomar, aqui, a localização das principais instituições de assistência: na região central, com fácil acesso, em um local onde ser ‘diferente’ é praticamente a regra, mas também em um local ainda pouco investido e pouco valorizado dentro da própria cidade.

Porém, apesar de haver crimes (ou atos imorais) cometidos no percurso da migração (e cada vez mais, pois se tenta, ao menos nos países que são ainda os principais destinos daqueles que conseguem migrar para mais longe de suas fronteiras terrestres, inventar sempre mais crimes que os migrantes possam vir a cometer), esses crimes são em geral correlacionados aos migrantes (e não aos atravessadores e/ou aos agentes públicos que aceitam os subornos) e essa percepção pode acabar por influenciar as políticas públicas criadas para lidar com eles ‘em solo’ do país de refúgio (pode-se observar, por exemplo, os relatos e fotos de Agier e Prestianni, 2011, sobre os centros de detenção de refugiados em países europeus como França, Grécia e Itália).

Em São Paulo, a despeito das regras de comportamento exigidas das moradoras, de fato não se observa o espaço físico da Casa de Acolhida como análogo a um centro de detenção de estrangeiros⁷⁹. Observa-se, sim, o que já foi salientado como um fato que parece ser único, até onde se conhece, da formatação institucional de auxílio a estrangeiros na literatura, o compartilhamento da instituição por mulheres – todas estrangeiras - cujas ‘categorias jurídicas’ são conhecidamente diferentes: as solicitantes de refúgio e as egressas do sistema prisional brasileiro⁸⁰. Que sentido pode haver nessa ‘mistura’, o que ela indicaria?

⁷⁹ O que não se verifica totalmente, no entanto, no espaço da Casa do Migrante: por fora, um imóvel pichado, cujas poucas janelas voltadas para a rua possuem grades e a porta - pesada - fica sempre trancada e com as chaves com um ‘porteiro’ que lembra a imagem de um carcereiro. Por dentro, porém, o imóvel torna-se muito bonito, arborizado, iluminado - de fato oposto ao que se vê do lado de fora. A Casa do Migrante conta também com uma política diferente da Casa de Acolhida quanto às regras de permanência na Casa: enquanto que na segunda, caso queiram, as mulheres poderiam passar todo o dia lá, e as três refeições eram sempre oferecidas, na primeira todos deveriam deixar a Casa ‘para a limpeza’ as 7hs e só poderiam voltar as 17hs - e não havia almoço.

⁸⁰ E uma imigrante econômica, Miriam.

A partir dos relatos e itinerários, bem como das contribuições de outras pesquisas, como as de Agier (2008, 2011) e Garcia (2009), parece que essa ‘mistura’ indica justamente haver uma correlação, uma sobreposição, uma relativização, até mesmo um questionamento – de quem/quais seriam de fato as pessoas criminosas/imorais/ilegais e quais não, a quem pertencem as categorias que lhes são outorgadas, quais os elementos que de fato identificam e formatam a existência dessas mulheres na cidade. Esta correlação pode ser encarada de modo ‘positivo’ (no sentido da abertura de possibilidades)- talvez as egressas do sistema prisional estejam, ao cometer seus crimes, apenas buscando outras formas de vida que lhes permitam maiores possibilidades – quanto de modo ‘negativo’ (no sentido do fechamento)- talvez essas solicitantes de refúgio estejam de fato mentindo e sejam criminosas também, só que não egressas do presídio. No entanto, provavelmente as egressas sejam as maiores beneficiadas pela ‘mistura’ pois, por exemplo, no bairro a Casa era conhecida como “a Casa das Estrangeiras” (e não a ‘Casa das Presas’ ou algo do tipo). Sob o ponto de vista da possibilidade de ‘esconder’ suas verdadeiras identidades; também para as solicitantes de refúgio, porém, o compartilhamento dos espaços com as egressas poderia trazer novas opções – o emprego na gráfica próxima da Casa, cuja dona era uma travesti, foi ‘descoberto’ pelas egressas mas era compartilhado por mulheres tanto nessa condição jurídica quanto na de solicitantes de refúgio, que nem sempre encontravam outros trabalhos, mesmo enquanto possuíam o protocolo de registro da solicitação de refúgio. Funcionárias da Casa, em algumas oportunidades, chegaram a afirmar que, na opinião delas, as ex-presas tinham mais facilidade e traquejo do que as solicitantes de refúgio. As ex-presas, de todo modo, estavam há mais tempo no Brasil.

Os embates entre as mulheres e as ofertas de ajuda - principalmente as institucionais, relacionadas à Casa de Acolhida e à própria Cáritas, mas também, de modo mais específico na história de Hortência, à Igreja Anglicana e a outras pessoas que cruzaram seu caminho - também parecem ser atravessados pelo desejo, por parte das instituições, de se ajudar alguém, no entanto um alguém que não parece poder ser/desejar ser quem se é (pois a relação de ajuda que se está supondo aqui é de um tipo tal que precisa de um objeto – específico – para poder ter lugar e sentido, e esse

objeto é um estrangeiro, um estranho, um algo que não se sabe se se quer conhecer mesmo). Exemplifica-se: para a Casa de Acolhida poder ‘ajudar’ essas mulheres dentro daquilo que a instituição supõe que seja uma mulher na situação de ‘estrangeira-que-chega-em-São-Paulo-ou-que-saiu-da-prisão’ é preciso que essa mulher ‘se encaixe’ nessa formatação institucional, pois senão o próprio ato de ajudar – motivo da existência da Casa – não se dá. Essa é também uma das constatações dos estudos de Harrell-Bond (2002), sobre as ações das organizações de assistência para refugiados no continente africano, e dos estudos de Fassin (2010), sobre a razão humanitária e seu modo de operar, submetendo as lógicas políticas aos jogos morais da compaixão, da repressão e da assistência.

Assim, para a Casa, também era muito difícil poder lidar com os desencontros que inevitavelmente eram causados pelas diferenças de compreensão da situação e dos desejos das moradoras, de ambos os lados – a Casa (seu *staff*) sofria com as reclamações das mulheres sobre a qualidade da comida, a escala, a falta de refrigerantes, sabão e papel higiênico, a sujeira dos banheiros – uma vez que a Casa entendia essa mensagem como uma ingratidão em relação à ajuda que lhes era prestada.

No entanto, parece, do ponto de vista das moradoras – que de fato não eram sempre gratas ao que lhes era dado e que facilmente ‘acomodavam-se’ ao confortável papel (desejado pela instituição, e em parte pelas moradoras) de vítimas, passivas, objetos de compaixão, que lhes era proposto – a ‘ajuda’ de que necessitavam era um pouco diferente, qualitativa mais do que quantitativamente, do que ali estava presente – daí, talvez, a força e o valor das redes construídas no espaço da cidade, fora da Casa. ‘Aceitar’ a ajuda da Casa significaria, além do bom-comportamento, aceitar o lugar social que lhes era fornecido, incompatível com boa parte das histórias de vida que lá se encontravam – mas que, como dito, poderia ser ‘negociado’, pois para algumas era uma solução bastante confortável e que gerava uma formação de compromissos pouco custosa. Para outras, no entanto, era impossível, impensável, insuportável – e para outras ainda, era uma saída temporária.

Mas ser estrangeira era não ser totalmente compreendida e não se fazer sempre compreender (propositalmente, não falar português...), era potencialmente estabelecer uma relação de conflito e tensão, já que se era diferente. Era, sobretudo, não ser brasileira, não ser daqui, não ser do “pedaço” (MAGNANI; TORRES, 2008) – mas estar nele, tornar-se parte dele, aos poucos e com concessões. Ainda mais: era fazer parte de um “pedaço” ou mesmo de uma “mancha” na cidade que continha, já, outros estrangeiros: os bairros centrais como a Liberdade, a Sé, o Parque Dom Pedro II – espaços da cidade historicamente conectados à imigração e que, ainda hoje, contam com um número elevado de habitantes não nascidos no Brasil. É deste ponto, então, que parte-se para a última categoria de análise trazida por esta pesquisa.

4.3 SER MULHER, E ESTRANGEIRA, NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 2000

Finalmente, uma série de interfaces e correlações puderam ser apreendidas pelos itinerários percorridos pelas protagonistas nos espaços da cidade, no intervalo de tempo da pesquisa.

De acordo com Dalmolin e Vasconcellos (2008), que fizeram um estudo semelhante com pessoas em sofrimento psíquico e suas redes de sociabilidade na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul:

O transitar pelos espaços públicos possibilita uma rede de sustentação, por vezes pouco visível, para a troca de afetos ao sentir-se útil na realização de pequenos serviços e na participação dos espaços de lazer no bairro. A cidade é também um espaço gerador de conflitos, que ajuda a construir estratégias capazes de transpor as barreiras criadas diante das suas diferenças. (DALMOLIN; VASCONCELLOS, 2008, p.54)

A cidade, para as protagonistas do presente estudo, também se mostrava nessa duplicidade: como desafio, como algo que ‘forçava’ uma mudança de atitude, e ao mesmo tempo como possibilidade de acolhimento e sustentação. A metrópole desafiava: para Kate, era difícil entender sua língua; para Hortência, custou-se a aprender os meios de transporte e as vantagens do Bilhete Único; por outro lado, para Miriam, por exemplo, a cidade era pontuada por uma série de grupos e pessoas com histórias semelhantes (ou mais difíceis) que as dela, o que era visto como uma possibilidade de apoio; para Annie, da mesma forma, a cidade de São Paulo oferecia estratégias de luta por seus direitos, como a Defensoria Pública, as escolas e creches do estado e mesmo os conjuntos habitacionais, onde ela acaba por conseguir alugar um apartamento. Fernanda, por sua vez, encontrou na cidade uma multiplicidade de modos de ser mulher, que contribuíram para a realização de seu sonho de fazer uma cirurgia estética.

Em que espaço urbano centraram-se os itinerários percorridos por elas? Observa-se que parte importante dos percursos se deu ao redor da Baixada do Glicério e do Parque Dom Pedro II, além da Praça da Sé, regiões consideradas ‘degradadas’ por parte dos habitantes da cidade mas ao mesmo tempo das mais plurais, onde é fácil circular, já que há muitas pessoas ‘diferentes’ no mesmo espaço - e que, como as participantes dessa pesquisa, muitos estrangeiros limitam seus percursos no espaço urbano pelos locais que podem ser atingidos a pé, ou seja, nas proximidades da região central. Salvo em alguns casos e por objetivos bem específicos como o trabalho, a moradia, os cultos religiosos, a ida a instituições relacionadas ao processo jurídico, não se circula muito além dos bairros centrais como Sé, Liberdade, República, Cambuci, Bom Retiro e Brás⁸¹, não só porque ‘custa caro’ deslocar-se, como também não há uma razão específica para tal.

⁸¹ Xavier (2010), em seu trabalho sobre os projetos migratórios de bolivianos em São Paulo, é uma das que salientam que os estrangeiros – no caso, bolivianos – não se restringem apenas à zona central da cidade em seus deslocamentos e nem mesmo na escolha por um local de moradia e trabalho. De todo modo, no presente trabalho, observou-se ainda uma grande maioria de caminhos percorridos pelas mulheres na região central, à exceção da família de Annie, que decide morar em Itaquerá, e de um dos pontos percorridos por Fernanda, a penitenciária onde havia cumprido a maior parte de sua pena.

É possível ressaltar os itinerários recorrentes para elas; tanto os percursos relacionados ao fato de serem estrangeiras (locais que deveriam visitar, ou que sabiam que poderiam visitar), quanto os percursos relacionados aos cuidados com a saúde, ao trabalho e ao lazer. Esses percursos foram agrupados e ilustrados na Figura 6:

Itinerário “Institucional”: Entidades frequentadas ou visitadas por elas por conta de sua situação de estrangeiras;

Itinerário “Saúde”: Equipamentos de saúde referidos por elas e onde conseguiram ser atendidas;

Itinerário “Trabalho”: Locais onde conseguiram trabalho (restaurantes; albergues da juventude, gráfica, hospital, unidade de saúde, escola);

Itinerário “Lazer”: Locais públicos, abertos e gratuitos que visitavam para lazer.

O itinerário “institucional” era necessário: ser estrangeira significava ter necessariamente que passar por certos pontos, fazer certos caminhos e conhecer os caminhos que os estrangeiros faziam.

O itinerário “saúde” era até certo ponto simples: a AMA estava próxima das duas principais casas de acolhimento, havia um Agente Comunitário de Saúde de origem congoleza que chegava mesmo a visitar a Casa de Acolhida; o Hospital das Clínicas tinha um programa de atendimento a “refugiados” no ambulatório de psiquiatria; a Casa de Acolhida procurava fazer parcerias com uma outra Unidade Básica de Saúde, a Nossa Senhora do Brasil, bem próxima da Casa. Além disso, uma das protagonistas da pesquisa foi internada em um hospital privado, apesar de não ter documentos consigo (nem brasileiros, nem outros) porém podendo pagar o custo da internação.

Em relação ao itinerário “trabalho”, percebe-se que as mulheres dessa pesquisa trabalhavam próximas de suas casas – seja no centro, seja na zona leste da cidade, quando Annie muda-se para lá. Boa parte dos locais de trabalho estavam na região central – e também muitos foram ‘descobertos’ a partir dos contatos seja com a Casa, com a Cáritas ou com outras estrangeiras.

O quarto itinerário demarcado, o itinerário do “lazer”, também se mostra acessível a pé das duas grandes casas de acolhimento de estrangeiros – ia-se à Praça da República, à Avenida Paulista (a pé), ao Parque da Aclimação, à Praça da Luz; acrescentam-se também as idas às igrejas – na Liberdade, no Brás e no próprio Glicério – como atividades para além dos cuidados com a casa, com as crianças e o trabalho. Atividades gratuitas, acessíveis, públicas.

A apropriação desses espaços da cidade se deu ao longo do tempo. No início, nos primeiros dias na cidade ou na nova instituição, conhece-se pouco e arrisca-se menos; é ao longo das semanas, meses ou até anos que é possível ‘sair’ um pouco do círculo conhecido. Essa ‘passagem’ e essas novas formas de usar a cidade parecem se dar, além de no tempo, também por intermédio das redes de sociabilidade: são as pessoas que se vai conhecendo que apresentam novos espaços e mostram outros elementos da cidade, acessíveis ou não, acessados ou não, acessíveis segundo algumas condições, alguns códigos e algumas formações de compromisso.

Além das relativas facilidades de, por exemplo, conseguirem atendimento médico/de enfermagem/ de saúde mental na mesma AMA-Sé, na UBS Nossa Senhora do Brasil ou no Hospital das Clínicas, de compartilharem – para Kate e Hortência, principalmente – os descontos das refeições no SESC e das visitas às principais instituições de apoio a solicitantes de refúgio, como a Cáritas e a Polícia Federal, outros pontos principalmente da região central da cidade mostraram-se recorrentes e importantes para elas, por diferentes motivos: a Praça da República, a Rua 25 de Março, o Poupatempo, a região da Avenida Paulista, as diferentes igrejas (apenas Fernanda não frequentava nenhum culto) e o Parque da Aclimação (para as que tinham filhos), próximo à Casa de Acolhida.

Outros pontos, é claro, tinham sua importância específica para cada uma das mulheres: as visitas à Penitenciária, para Fernanda; as idas ao curso de português mais distante e ‘fora da zona de influência’ da Cáritas, para Kate; a nova casa de Annie, em Itaquera; a igreja e os trabalhos na Bela Vista de Miriam, a igreja e os trabalhos de Hortência na Vila Mariana e Santo Amaro.

Os ‘motivos’ de deslocamento eram, na grande maioria dos casos, ligados ao cumprimento de obrigações e/ou à satisfação de alguma necessidade/desejo específica: encontrar trabalho, trabalhar, comprar, encontrar escola, levar na escola, ir ao médico – e, com menor frequência (como na população paulistana em geral, talvez?) as atividades de lazer e/ou prazer – que eram circunscritas, afora para Hortência, as idas às compras e à observação das luzes de Natal na Avenida Paulista, bem como ver televisão e dormir. Só Fernanda, no tempo de duração da pesquisa, visitou outra cidade para lazer: a Praia Grande, no litoral Sul do estado.

Assim, o tempo na cidade também era usado de diferentes maneiras: a divisão entre as atividades da semana e do final de semana eram marcadas para aquelas que trabalhavam, mas também para as outras, pois as instituições de apoio funcionavam de modo diferenciado nos finais de semana; ‘ter tempo’, por outro lado, significava muitas vezes ‘não ter nada para fazer’ e ter que esperá-lo passar, pois não se fazia sempre ou de modo periódico – afora as exceções nomeadas acima – outros usos do território da cidade, como os espaços de lazer gratuitos. O tempo ‘livre’, quando não ‘aproveitado’ na escala de trabalho durante o tempo na Casa de Acolhida, era gasto por vezes na televisão, por vezes dormindo, por vezes nos pontos de internet dos metrô Sé ou São Bento.

Os usos do tempo correlacionam-se, também, à própria noção de transitoriedade que esses modos de ser mulheres e estrangeiras implicavam – estar na Casa era uma passagem, estar em São Paulo também, estar no Brasil, também. O tempo com começo, meio, e fim (mesmo sem data): aquele do qual, por vezes, demora a passar, por outras, passa muito rápido. Como relacionar-se com o espaço da cidade sem saber até quando ele poderá ser desfrutado? Ou sem saber até quando será necessário aguentá-lo? Pois a capacidade de ir e vir no espaço, para estas protagonistas, estava restrita: pouco dinheiro, poucas opções em vista, para onde ir, se não der para ficar?

Ser mulher, estrangeira, na cidade de São Paulo nos anos 2000: percorrer trajetos, negociar percursos, estar em trânsito, ser em trânsito.

4.4 DAS CATEGORIAS TRATADAS NESTE CAPÍTULO

O presente capítulo procurou analisar, com maior profundidade, as categorias salientadas pelo acompanhamento dos itinerários das cinco mulheres protagonistas deste trabalho, bem como de seus relatos – e de alguns relatos institucionais – sobre estes percursos e sobre suas histórias de vida. As três categorias de sentido salientadas aqui foram o modo de ser mulher, o modo de ser estrangeira e as relações com o espaço e o tempo na cidade. **Ser mulher: condensar diferentes sentidos da feminilidade, negociar fraquezas e forças, desejos, necessidades e interesses. Ser estrangeira: ser objeto de desconfiança, dar-se a conhecer e esconder o que não se quer mostrar. Ser mulher, estrangeira, nos anos 2000 em São Paulo: poder circular, ser alvo de instituições, encontrar acolhimento nas multiplicidades da cidade.**

Essas três categorias de sentido estão atravessadas, sobretudo, por um ponto fundamental que a análise dos itinerários e das narrativas trouxe à tona, qual seja: a despeito das diferenças nas categorias jurídicas e nos momentos dos processos jurídicos em que se encontravam, as protagonistas, a partir do momento em que eram classificadas e se classificavam como mulheres estrangeiras vivendo na cidade, era este modo de ser que se sobrepunha aos outros, muito mais do que as especificidades que as categorias jurídicas pareciam ou talvez deveriam lhes dar.

A existência de instituições como a Casa de Acolhida – ou “Casa de Mulheres” – parece ser, assim, um fato que permite analisar e simbolizar a proximidade das experiências que elas poderiam ter na cidade: mesmo que a Casa, por vezes, ressaltasse diferenças de comportamento entre as mulheres refugiadas e as mulheres ex-presas, o fato é que elas relatavam e mostravam circular de modos semelhantes pela cidade, seja nos espaços, nas relações com o tempo, nos enfrentamentos com as dificuldades ou mesmo no gozo das possibilidades que elas tinham, de trabalho, lazer, cuidados de saúde ou consigo mesmas.

A diferença de categoria jurídica era, sim, um potencial complicador – uma vez que ser solicitante de refúgio poderia significar ter mais alguns benefícios, assim como ser imigrante “econômica” há mais tempo no Brasil possibilitou um “fácil” acesso aos documentos brasileiros. No entanto, na vida prática, nas vivências na cidade, estas diferenças eram apagadas, dando lugar à habilidades pessoais, redes de relacionamento e sociabilidade e, também, à uma certa dose de sorte ou acaso.

5 À TÍTULO DE CONCLUSÕES

Em um esforço de concluir o que a análise dos itinerários dessas mulheres na cidade trouxe como compreensão de seus modos de vida, os seguintes pontos podem ser salientados: a interação entre o modo de ser mulher, e estrangeira, com os pontos de circulação possíveis e desejados na cidade (portanto, também com as instituições de apoio) e a relativização das ‘categorias jurídicas’ (ou mesmo sua perda de importância) quando se observa a fundo os enfrentamentos e negociações cotidianas dessas mulheres no espaço da cidade.

Neste esforço de conclusão foram feitos também alguns apontamentos quanto aos modelos de interação das instituições de ajuda a estrangeiros com suas pessoas-alvo, dentre elas as mulheres, e dessas pessoas-alvo com as instituições.

É fundamental ressaltar – nesta tentativa de compreensão ‘microscópica’, baseada em apenas cinco histórias de vida – a importância do olhar contextual e ‘macroscópico’ que atravessa a vivência de ser estrangeira e ‘indesejada’, bem como do ser ‘funcionária de instituição de caridade’, ‘diretora’, ‘assistente social’, ‘advogada’, pesquisadora, cidadã paulistana, cidadã documentada, cidadã indocumentada. As histórias de vida dessas mulheres estão inseridas neste mundo ‘global’, que (quase) não tem fronteiras para algumas coisas e têm enormes barreiras para outras, que se individualiza cada vez mais, que busca os ‘riscos’ e as ‘evidências’ de todo tipo de comportamento, que sofre com a precarização do trabalho, que têm ‘pessoas mais pessoas’ do que outras, que discrimina, que julga, que moraliza, mas também que permite certos atos de criatividade e de inventividade na construção das subjetividades e das formas de vida – que se dão, concretamente, por meio das ações, sentimentos, desejos, formatos, caminhos, no espaço do mundo, por meio das pessoas que aqui habitam.

Muito do que pareceu estar inscrito nos percursos e desejos dessas mulheres não pareceu ser, assim, tão diferente (esperava-se talvez que fosse?) do que são os

desejos oferecidos pelo contemporâneo: a casa, a comida, o trabalho e o dinheiro, o amor (e o sexo), a família, a ascensão social, a fé, o respeito, a beleza, o reconhecimento.

As histórias dessas protagonistas permitem um olhar um pouco mais específico sobre o que será que essas mulheres querem, e como elas se constroem no espaço e no tempo transitório da cidade. A propósito, retoma-se aqui um elemento, já discutido, que permeia o ato da migração – o do sentido de mudança. As mulheres decidem vir ao Brasil em busca de uma mudança: financeira, de qualidade de vida, de fim de violências, de novos relacionamentos. Migração como tentativa de mudança.

A mudança financeira é tema recorrente para se ‘explicar’ ou ‘classificar’ as leva de migração internacional. De modo geral, o Brasil parece oferecer oportunidades de trabalho e emprego que vem se tornando interessantes também para seus vizinhos e, ao mesmo tempo, é sabido pelo de envio de drogas para o exterior, o que engendra uma leva de pessoas interessadas nesse negócio. Mas havia outras mudanças buscadas, além “apenas” de melhores condições econômicas de vida e da busca por proteção contra ‘fundados temores de perseguição’. Mudanças de status (sozinhas/casadas/acompanhadas), mudanças no corpo, mudanças de possibilidades, mudanças de conhecimento e de relacionamentos.

Chegar a São Paulo enquanto estrangeira também teve suas implicações: lidar com as instituições de ajuda, negociar desconfianças e dar-se a conhecer, estabelecer relações transitórias e cuidadosas, poder lidar com as diferenças que o fato de ‘não-ser-daqui’ impõem.

Ainda mais, chegar à cidade possibilitou o encontro com a multiplicidade dos caminhos, concreta e subjetivamente. Agier (2008) é um dos autores que salienta que há importantes diferenças entre aquele indesejado (estrangeiro) que é ‘acolhido’ em um campo (de refugiados, de detenção de estrangeiros) e um indesejado (estrangeiro) que chega a uma cidade. A cidade de São Paulo não apresenta modelos de contenção de estrangeiros como outros territórios no mundo hoje apresentam, mesmo que na capital paulista existam aquelas instituições ‘apenas’ para estrangeiros. A experiência dos estrangeiros na cidade aponta que há muito mais um agrupamento das diferentes

categorias de estrangeiros indesejados *versus* os não-estrangeiros do que diferenças demarcadas ‘dentro’ do grupo de estrangeiros (por mais que elas existissem, não eram salientadas a todo momento nem pelos estrangeiros, nem pelas instituições de abrigo, abertas a todos os não-brasileiros). Além disso, o ‘acolhimento’ se dá dentro de um espaço urbano mais amplo, que influencia sem dúvida as estratégias institucionais e as lógicas pessoais de busca de novos modos de fazer a vida. No entanto, as outras instituições de assistência – ONGs, Cáritas, Refugees United, Pastoral, etc – parecem optar por manter fortemente a avaliação do status jurídico como critério para a oferta de ajuda⁸².

Fassin (2010) e Agier (2006;2008) são dois dos autores que apontam para a necessidade de se enxergar para além dos modos jurídicos de tratamento dos corpos, ou das novas expressões biopolíticas. Para os autores, os refugiados (ou indesejados em geral) aparecem constantemente tragados por estas questões, objetos que são de uma série de políticas de assistência. São, também, questionamentos vivos e ‘lembranças vivas’ dos problemas do mundo, das desigualdades – das diferenças.

De modo geral, percebe-se que, ao serem mulheres, e estrangeiras, a transitoriedade de suas estadas na cidade é atravessada por suas interações com outras pessoas, com um trabalho ou uma atividade de lazer, ou mesmo com as instituições de ajuda. Dentre estas interações percebe-se que as relações de ‘ajuda efetiva’ se dão, principalmente, nos espaços fora das instituições: nas redes de sociabilidade criadas e nos espaços acessados e acessíveis da cidade – sem negar, no entanto, a importância dos espaços institucionalizados, a despeito das tensões relatadas pelas protagonistas deste trabalho. Por que será que, afora raras exceções, parece ser tão difícil reconhecer o apoio recebido nesses espaços? Seria ele tão ruim, tão descolado, tão tutelar ou infantilizante assim?

⁸² As aparentes razões para tal escolha foram apenas mencionadas nesse trabalho. Uma análise mais detalhada destas práticas institucionais se faz necessária, podendo se basear não apenas no presente estudo mas também nos trabalhos de Harrell-Bond (2002), Agier (2008), Garcia (2009) e Fassin (2010) por exemplo.

Parece, ainda, que os itinerários e os relatos destas protagonistas evocam uma gama maior de vivências e possibilidades das que lhes são, em um primeiro momento e em um discurso mais manifesto, oferecidas: de fato, muitas trabalham como faxineiras, muitas têm dificuldades para encontrar emprego, muitas são religiosas, muitas mostram-se mães preocupadas e carinhosas com seus filhos. Mas elas são e querem ser mais (no mínimo no sentido quantitativo) do que isso. Querem novas possibilidades, querem dinheiro, querem poder comprar o que gostam, querem inserir-se – às vezes – no mundo dos habitantes da cidade, querem escolher o que comer e a que horas dormir, querem escolher com quem sair e o que ingerir.

Chega-se, então, a uma reflexão possível sobre as entidades que se propõe a ‘ajudar’ estas pessoas indesejadas. Que tipo de ajuda, afinal, essas pessoas precisam? Como apontar para uma mediação destas tensões entre estrangeiras e instituições, entre transitoriedades de espaço e tempo e acolhimento na cidade, entre desconfianças e atos imorais, entre necessidades de adaptação daquele local (ou grupo, ou comunidade, ou instituição) que decide receber estrangeiros e de adaptação dos próprios estrangeiros ao local, já existente, para onde decidiram ir?

Estas perguntas talvez devam(essem) ser as primeiras a serem feitas por aqueles que se propõe a ‘ajudar’ pessoas que aqui chegam na condição de ‘indesejados’, dentre elas, as mulheres – e seus filhos. No entanto, por mais simples que elas possa parecer, a falta deste questionamento pode, entende-se, engendrar grandes enganos na compreensão dos relatos, percursos, escolhas e possibilidades que mulheres como as protagonistas deste trabalho fazem. Qual o objetivo, então, de uma instituição que se presta a ajudar pessoas que aqui chegam, seja ‘direto’ do exterior, seja vindas da penitenciária?⁸³

Lidar com pessoas na condição de estrangeiras e indesejadas envolve uma compreensão da complexidade do fenômeno da migração e não apenas seu aspecto jurídico (ou social) – também parte importante. Envolve estar aberta, enquanto instituição, às diferenças que essas pessoas trazem em si. Envolve trabalhar para que

⁸³ Para a Casa, esse objetivo parecia ser, manifestamente, “*ser uma Casa de Acolhida, e não um albergue*”, como na fala da Diretora quando da primeira visita realizada.

não mais se trabalhe: trabalhar para que essas pessoas não mais precisem de apoio especial, nem casa gratuita, nem comida gratuita, nem limpeza, nem tutela: trabalhar para que essas pessoas possam não mais precisar e sim poderem ir ao encontro da satisfação de seus próprios desejos e necessidades da melhor maneira possível.

Talvez seja possível pensar na idéia, simples mas de difícil execução, das instituições procurarem ser justamente um local de passagem, de trânsito, que possibilite isso mesmo, a passagem, a não-estadia, o pequeno vácuo de tempo onde viverá-se sob custódia e cuidado de outros para que se possa, enfim, cuidar da própria vida e subsistência. (FASSIN, 2010; AGIER; PRESTIANNI, 2011). Poderia-se enfocar, então, o papel protagonista que a pluralidade da cidade parece ter enquanto peça-chave da ‘adaptação’ dos que aqui chegam como estrangeiros, ou melhor dizendo, da construção de seus modos de vida em São Paulo. Colocar-se como local de passagem engendraria, assim, um paradoxo: cuidar para que não se precise mais cuidar, apoiar para que não se precise mais de apoio, acolher para que outros acolhimentos possam ser encontrados – no entanto, para que esse objetivo seja viável, parecia ser preciso um esforço grande, penoso, em alguns pontos impossível, pois em contradição total com os valores previstos pela própria instituição, religiosa, conforme já apontava Garcia (2009). Seria preciso enxergar e acreditar nas moradoras como elas eram/queriam ser e se mostrar.

Para realizar essa tarefa, também seria necessário levar em conta aspectos culturais. Não há como imaginar uma interação possível sem considerar este ‘véu’, esta ‘capa’ que cobre a todos, a seus modos – a formação cultural de cada um. Já lembra Moro (2009), ao falar sobre a importância da consideração da cultura na relação com migrantes:

(...) Pensar essa alteridade significa permitir a estas mulheres viver essas etapas de maneira não traumatizante e familiarizar-se com outras idéias, outras técnicas... A migração traz com ela essa necessidade de mudança. Ignorar esta alteridade é não apenas privar-se do aspecto criativo do encontro com o Outro mas também cair no risco de que essas mulheres não se inscrevam nos nossos sistemas de prevenção e de cuidados. É ainda obrigá-las a uma solidão na elaboração do seu sofrimento – para pensar, temos necessidade de co-construir, de intercambiar, de confrontar as nossas percepções às dos outros; se tal não for possível, o

pensamento não se apóia senão em si próprio e nas suas impressões. Esta não-confrontação pode igualmente conduzir a uma rigidificação. É a troca com o Outro que nos transforma (MORO, 2009, p. 209)

Por isso, além das potenciais reflexões sobre o que se busca ao se fomentar uma ajuda a estrangeiros, valeria pensar sobre o que essas estrangeiras buscam nas relações de ajuda.

Se se toma como premente a relação entre migração e mudança, talvez seja possível pensar que um outro aspecto dessa travessia pelo país de destino, ou pelo país transitório, da migração, seja a possibilidade de transformação da vida e das relações. Para Campos (2009), um dos elementos para se pensar a relação entre os sujeitos e seus contextos é o conceito de autonomia. Autonomia entendida como a capacidade de cada sujeito de lidar com suas determinações: nunca de modo absoluto, mas relativo, em graus e gradações. “A autonomia dos sujeitos é sempre relativa, sempre dependente de fatores sobre os quais têm uma compreensão e uma interferência” (p. 30)

Os percursos na cidade envolvem fatores institucionais, contextuais, políticos, sociais e individuais. Envolvem conhecer pessoas na rua, no ônibus, na igreja, na praça, na fila da Cáritas, no SESC, no cabeleireiro, na Casa; conhecer pessoas por intermédio de outras pessoas, por meio de doenças e necessidades de cuidados com a saúde, no trabalho, na Polícia Federal, no curso de português. Os percursos na cidade envolvem percorrer distâncias a pé, de ônibus, de metrô; envolvem encontrar mercados e lojas de roupas e utensílios domésticos de segunda-mão ou à baixos preços; envolvem procurar casas para morar, assim como escolas, creches e hospitais; envolvem entender o mapa da cidade, suas linhas de transporte e seus modos de funcionar. Para que esses percursos possam ser vividos, iniciados, transitados e finalizados de modo mais fluido, efetivo e produtivo, intervenções nesses diferentes aspectos podem ser pesquisadas e pensadas – levando-se em conta a complexidade e a multiplicidade dos sujeitos e das relações, dos contextos e da cidade.

Migrar como mudança: para ela se efetivar, é preciso que instituições e migrantes, eles e elas próprios, acreditem nesse campo de possibilidades.

REFERÊNCIAS

1. ACNUR. Solicitações de refúgio nos países industrializados caem em 2010. 28/03/2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/solicitacoes-de-refugio-nos-paises-industrializados-caem-em-2010/> Acesso em: 04/04/2012

2. ACNUR. Haitianos recebem residência permanente no Brasil. 30/08/2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/haitianos-recebem-residencia-permanente-no-brasil/> Acesso em: 16/11/11.

3. ACNUR. Quase 40 mil civis líbios fogem do oeste do país para a Tunísia. 03/05/2011. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/quase-40-mil-civis-libios-fogem-do-oeste-do-pais-para-a-tunisia/> Acesso em: 17/11/11.

4. AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

5. AGÊNCIA ESTADO. Apreensão de drogas é recorde no aeroporto de Guarulhos. 22/12/2010. Disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/apreensao+de+droga+e+recorde+no+aeroporto+de+guarulhos/n1237889849185.html>. Acesso em 22/05/2011.

6. AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 197 – 215, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2.pdf> Acesso em 09/05/2012.

7. _____. **Gérer les indésirables**: des camps de réfugiés au gouvernement humanitaire. Paris: Flammarion, 2008.

8. _____.;PRESTIANNI, S. «Je me suis réfugié là!» Bordes de routes en exil. Paris: Donner Lieu, 2011.

9. ALMEIDA, G.A. **Direitos Humanos e Não-Violência**. São Paulo: Atlas, 2001.

10. ANDRADE, J. H. F.; MARCOLINI, A. A política brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v.45, n.1, p.168-176, jun 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100008 Acesso em 20/10/2008.

11. ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 60 – 96, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000100003&script=sci_arttext Acesso em 20/10/2008.

12. AUGÉ, M. **Por una antropología de la movilidad**. Barcelona: Gedisa, 2007.

13. BAREMBLITT, G. **Introdução à Esquizoanálise**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 1998.

14. BAUMAN, Z. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

15. BECK, U. **La société du risque: sur la voie d'une autre modernité**. Paris: Flammarion, 2008.

16. BELLI, B. **A politização dos direitos humanos: o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as resoluções sobre países**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

17. BERGER, P.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Vozes: Rio de Janeiro, 2004.

18. BEZERRA JÚNIOR, B. A solidão de não pertencer: uma observação a partir de um fragmento de Clarice Lispector. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (orgs). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 199 – 209.

19. BIBEAU, G. Didier FASSIN : Pouvoir et maladie en Afrique. *Anthropologie sociale dans la banlieue de Dakar*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. Les champs de la santé, 1992, 359p., bibliogr. **Anthropologie et sociétés**, vol 17, no 1-2, pp 253-260, 1993. Disponível em <http://www.erudit.org/revue/as/1993/v17/n1-2/015260ar.pdf> . Acesso em 19/07/2012.

20. BOSI, E. **O tempo vivo da memória social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
21. BOUCHET-SAULNIER, F. **Dictionnaire pratique du droit humanitaire**. Paris: La Découverte, 2000.
22. BRASIL. Lei 6815 de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de agosto de 1980. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm. Acesso em 20/06/2011.
23. _____. Decreto no. 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 11 dez de 1981. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86715.htm. Acesso em 20/06/2011.
24. _____. Lei 9474 de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm. Acesso em 20/10/2008.
25. _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema penitenciário no Brasil: dados consolidados**. Brasília: DEPEN/MJ, 2006. 119 p. Disponível em <http://www.prsp.mpf.gov.br/prdc/area-de-atuacao/torviolpolsist/Relatorio%20DEPEN%20-%20Sistema%20penitenciario%20no%20Brasil%20-%20dados%20co.pdf>. Acesso em 13/05/2011.
26. _____. Ministério da Justiça. Medidas compulsórias. 2007. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ0428DBCEITEMID332D78E06C8843B294375C9012D65C71PTBRNN.htm>. Acesso em 04/06/2011.
27. _____. Ministério da Justiça. **Anistia a estrangeiros irregulares atende expectativa do governo**. Brasília, DF. 07/01/2010a. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA5F550A5ITEMIDBA915BD3AC384F6C81A1AC4AF88BE2D0PTBRNN.htm>. Acesso em 04/06/2011.

28. _____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias: Infopen. **Formulário Categorias e Indicadores Preenchidos: São Paulo**. Brasília, DF. 2010b. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>. Acesso em 04/06/2010.

29. _____. Ministério da Justiça. Refúgio. Brasília, DF. [s/d]. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDE5FFE0F98F5B4D22AFE703E02BE2D8EAPTBRNN.htm> Acesso em 04/06/2011.

30. CARIGNATO, T.T.; ROSA, M. D.; BERTA, S. L. Imigrantes, migrantes e refugiados: encontros na radicalidade estrangeira. **REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v 26-27, p. 93-118, 2006. Disponível em <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/viewFile/36/28> Acesso em 20/05/2011.

31. CÁRITAS. S/d. Disponível em <http://www.caritassp.org/p/teste-2.html> Acesso em 17/07/2012.

32. CAMPOS, G. W. S. Clínica e saúde coletiva compartilhadas: teoria paidéia e reformulação ampliada do trabalho em saúde. In: AKERMAN, M.; CAMPOS, G. W. S.; MINAYO, M. C. S. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC, 2009.

33. CINTRA, M. E. R.; MACUL, P. G. S. Uma experiência de Arteterapia aplicada em na sala de espera de um Centro de Acolhimento para Refugiados. **Psicologia para América Latina**, Buenos Aires, n.5, fev. 2006. Disponível em <http://psicolatina.org/Cinco/arteterapia.html> Acesso em 10/09/2008.

34. CSEM (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios). Os desafios da migração feminina. Resenha Migrações na Atualidade, ano 21, no 85, nov 2011. Disponível em <http://www.csem.org.br/publicacoes/resenhas> Acesso em 17/07/2012.

35. CYTRYNOWICZ, R. Instituições de assistência social e imigração judaica. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 169 – 184, jan.- abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n1/09.pdf> Acesso em 10/09/2008.

36. DALMOLIN, B. M. **Esperança equilibrada**: cartografias de sujeitos em sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
37. _____.; VASCONCELLOS, M. P. C. Etnografias de sujeitos em sofrimento psíquico. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 49-54, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102008000100007&script=sci_arttext Acesso em 30/04/2010.
38. DANTAS, S. D. An intercultural psychodynamic counselling model: a preventive work proposition for plural societies. **Counselling Psychology Quarterly**, Londres, vol 24, n 1, pp 1-14, mar 2011.
39. DELEUZE, G. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990.
40. _____. **Conversações**. São Paulo: 34, 1992.
41. _____.; GUATTARI, F. **El anti edipo**: capitalismo y esquizofrenia. Buenos Aires: Paidós, 2009.
42. DERDERIAN, K.; SCHOCKAERT, L. Respostas a fluxos migratórios mistos: uma perspectiva humanitária. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 107 – 119, jun 2009. Disponível em <http://www.surjournal.org/conteudos/pdf/10/miolo.pdf> Acesso em 30/10/2008.
43. DESLANDES, S. F. Concepções em pesquisa social: articulações com o campo da avaliação em serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 103-107, jan.-mar. 1997. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v13n1/0228.pdf> Acesso em 05/11/2008.
44. _____. **Frágeis deuses**: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.
45. ESTEVES, J. P. Poder e subjectividade. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 19, p. 151-170.
46. FASSIN, D. **Pouvoir et maladie en Afrique**: anthropologie sociale dans la banlieue de Dakar. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

47. _____. The biopolitics of otherness: undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. **Anthropology Today**, Londres, v. 17, n 1, p. 3-7, 2001.

48. _____. Et la souffrance devint sociale: de l'anthropologie médical à une anthropologie des afflictions. **Critique: revue générale des publications françaises et étrangères**. Paris, n. 680-681, p. 16-21, 2004.

49. _____. La biopolitique n'est pas une politique de la vie. **Sociologie et sociétés**. Montreal, v. 38, n 2, p. 35-48, 2006.

50. _____. **La raison humanitaire**. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.

51. _____.; VASQUEZ, P. Humanitarian exception as the rule: the political theology of the 1999 Tragedia in Venezuela. **American Ethnologist**, v. 32, n. 3, p. 389-405, 2005.

52. _____.; RECHTMAN, R. **The empire of trauma: an inquiry on the condition of victimhood**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

53. FERREIRA, J. **Soigner les mal-soignés: ethnologie d'un centre de soins gratuits de Médecins du Monde**. Paris: L'Hartmann. 2004.

54. FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

55. GALETTI, R. Migração de estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivanos. In: PATARRA, N. **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FUNAP, 1995.

56. GARCIA, E. S. C. **Estados de Suspensão: modos de resistência de refugiados palestinos reassentados na cidade de Mogi das Cruzes (SP)**. 2009, 165p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

57. GAZETA DO POVO. França ganha apoio da UE para bloquear trem com imigrantes". Disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/conteudo.phtml?tl=1&id=1117465&tit=Fra>

[nca-ganha-apoio-da-UE-para-bloquear-trem-com-imigrantes](#). Acessado em 22/05/2011.

58. GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 3-15.

59. GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**: Lisboa, v X, n 1, p. 161-173, 2006.

60. HABERMAS, J. Arquitetura moderna e pós moderna. **Novos Estudos CEBRAP**, n 18, p. 115-124, set 1987.

61. HARRELL-BOND, B. Can humanitarian work with refugees be human? **Human Rights Quarterly**. Baltimore, v. 24, p. 51-85, 2002.

62. HAYDU, M. **Refugiados angolanos em São Paulo: integração ou segregação?** 2010. 198p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

63. HUSSERL, E. **Philosophy as a rigorous science**. New York: Harper Torchbooks, 1965.

64. JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

65. KRISTEVA, J. **Étrangers à nous-mêmes**. Paris: Folio, 1988.

66. LAFER, C. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). In: MAGNOLI, D. (org). **Histórias da paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

67. LAGE, G. C. Revisitando o método etnográfico: contribuições para a narrativa antropológica. **Revista Espaço Acadêmico**, n 97, jun 2009.

68. LECHNER, E. **Migração, saúde e diversidade cultural**. Lisboa: ICS, 2009

69. LÉVI-STRAUSS, C. Introdução: história e etnologia. In: _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
70. MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/107/10704902.pdf>. Acesso em 30/05/2011.
71. _____.; TORRES, L. L. **Na metrópole**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008.
72. MATTOS, D. V. I. As redes de tráfico e contrabando humano: uma análise geográfica. In: SEYFERTH, G.; PÓVOA NETO, H.; ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. (orgs). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: UFSM, 2007.
73. MINAYO, M. C. S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
74. MOREIRA, J. B.; BAENINGER, R. Local integration of refugees in Brazil. **Forced Migration Review**. Oxford, v. 35, p. 48-49, jul 2010. Disponível em http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:5869. Acesso em 30/07/2011.
75. MORO, M. R. Por uma clínica transcultural ao serviço de uma política de acolhimento e do cuidar: reflexões a partir da experiência francesa. In: LECHNER, E. (org). **Migração, saúde e diversidade cultural**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
76. NICOLACI DA COSTA, A. M. Sociabilidade virtual: separando o joio do trigo. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 50 – 57, mai – ago 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27044.pdf>. Acesso em 06/04/2011.
77. OLIVEIRA, M. M. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 183 – 196, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a14v2057.pdf>. Acesso em 07/04/2010.
78. OLIVEIRA, P. S. **Vidas compartilhadas: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana**. São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 1999.

79. OLIVEIRA, T. B. **O esquecimento do passado por refugiados africanos**. 2011, 88p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

80. PÉLBART, P. P. **A vertigem por um fio**. Políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

81. PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

82. POLLOCK, J. What is in a label? **Forced Migration Review**, Oxford, v. 37, 2011. Disponível em <http://www.fmreview.org/non-state/Pollock.html> Acesso em 02/02/2012.

83. PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (orgs). **Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005

84. PUSSETTI, C. Biopolíticas da depressão nos imigrantes africanos. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, no. 4, pp 590 – 608, 2009a. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/04.pdf>. Acesso em 10/02/2011.

85. _____. Psicologias indígenas: da antropologia das emoções à etnopsiquiatria. In: LECHNER, E. (org) **Migração, saúde e diversidade cultural**. Lisboa: ICS, 2009b.

86. RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: 34, 2005.

87. REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.149 – 164, 2004. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000200009. Acesso em 30/11/2009.

88. RIERA, J. Imigrants et réfugiés: pour quoi faire une distinction? **Revista Nations Unies Chronique**. Genebra, v. XLIV, n. 4, 2006. Disponível em <http://www.un.org/french/pubs/chronique/2006/numero4/0406p31.htm>. Acesso em 04/10/2009.

89. RODRIGUES, A. PF desbarata máfia nigeriana de ‘mulas’ e prende 32. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 20 jul 2012, Cidades/ Metrópole, p. 4.

90. ROSA, M. D. BERTA, S. L. CARIGNATO, T. T. ALENCAR, S. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 497 – 511, 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-47142009000300006&script=sci_arttext. Acesso em 04/09/2010.
91. SANTANA, C. L. A.; LOTUFO NETO, F. Psicodinâmica e cultura: a implantação de um programa de saúde mental para refugiados em São Paulo. In: DEBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (orgs). **Psicologia E/migração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
92. SANTINHO, M. C. Labirintos do trauma: a verbalização do sofrimento nos refugiados em Portugal. In: PEREIRA, L. S.; PUSSETTI, C. (orgs). **Os saberes da cura: antropologia da doença e práticas terapêuticas**. Lisboa: IPSA, 2009a.
93. _____. Reconstruindo memórias: jovens refugiados em Portugal. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.18, n. 4, p. 582 – 589, 2009b. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000400003&script=sci_pdf. Acesso em 30/07/2010.
94. SATO, L.; SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. São Paulo, **Psicologia USP**, São Paulo, vol 12, no 2, p 29-47, 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642001000200003&script=sci_arttext Acesso em 09/09/2011.
95. SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.
96. SCALABRINI, s/d. Disponível em: http://www.scalabrini.org/index.php?option=com_content&view=article&id=596&Itemid=76&lang=pt Acesso em 18/07/2012.
97. SEYFERTH, G.; PÓVOA NETO, H.; ZANINI, M. C. C.; SANTOS, M. O. (orgs). **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações**. Santa Maria: UFSM, 2007.

98. SILVA, C. A. S.; RODRIGUES, V. M. Refugiados: o reassentamento solidário no território brasileiro. **Travessia: revista do migrante**. São Paulo, ano XXII, v. 64, mai. – ago. 2009.

99. SOUZA, V.; CZERESNIA, D. Considerações sobre os discursos do aconselhamento nos centros de testagem anti-HIV. **Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 11, n. 23, p. 531 – 548, set.-dez. 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000300010. Acesso em 20/05/2009.

100. SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

101. STARTHERN, M. Entrevista: no limite de uma certa linguagem. **Mana**, no. 5, vol 2, pp 157-175, 1999.

102. UOL Notícias. Imigrantes ilegais podem chegar a 300 mil no Brasil. 07/09/2008. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/internacional//2009/07/02/ult1859u1169.jhtm> Acesso em 17/11/2011.

103. UNHCR. **Total population of concern to UNHCR**: refugees, asylum seekers, IDPs, returnees, stateless persons, and others of concern to UNHCR by country/territory of asylum, end-2008. 10/06/2009. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/4a0174156.html> Acesso em 24/04/10.

104. UNHCR. **Global trends 2009**. Genebra, 2010. Disponível em <http://www.unhcr.it/cms/attach/editor/PDF/global%20trends%202009.pdf> Acesso em 20/05/2011.

105. VAINER, C. B. Os refugiados do desenvolvimento também têm direitos humanos? In: FERREIRA, A. P.; VAINER, C. B.; PÓVOA NETO, H.; SANTOS, M. O. **A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

106. WORLD BANK. **Refugee population by country or territory of asylum**. World Bank, 2010. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/SM.POP.REFG> Acesso em 24/04/10.

107. XAVIER, I. R. **Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na Região Metropolitana de São Paulo**. 2010, 271p. Dissertação (Mestrado em Demografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ANEXOS

1 Lista de questões que orientaram as conversas com as protagonistas da pesquisa

- Identificação: nome, nacionalidade, profissão, idade, há quanto tempo está no Brasil?
- História da chegada ao Brasil: o que a levou a procurar o país? Como se decidiu pelo Brasil? Como chegou até o país? E como chegou a São Paulo? Veio só ou com outras pessoas?
- Chegada em São Paulo: Quando chegou a cidade, como se localizou? Procurou que pessoas ou instituições? Como está a legalização de sua estada no país?
- Vida em São Paulo: onde mora? Onde já morou? Como consegue sustento para viver? Com quantas pessoas mora? Como se relaciona com a língua portuguesa? Conhece pessoas de seu país que também estão no Brasil? Qual seu círculo de relações? O que faz durante a semana? E nos finais de semana? Quais as instituições que frequenta? Com que frequência vai à instituição? Por que e para que? (perguntas e visitas conjuntas)
- Emoções expressadas : como se sente no momento? Em comparação a como estava antes de vir para o Brasil, é melhor, pior ou igual? Quais as maiores preocupações? Quais os pontos que mais incomodam? O que deseja para si? Como se vê dentro de alguns anos? Desde que chegou no Brasil, já teve ou têm algum problema de saúde? E o que fez para cuidar de si?
- Como cuida de sua saúde? Onde vai, com que frequência e para que?
- Outros: assuntos específicos relacionados a cada uma das mulheres.

CURRÍCULO LATTES